

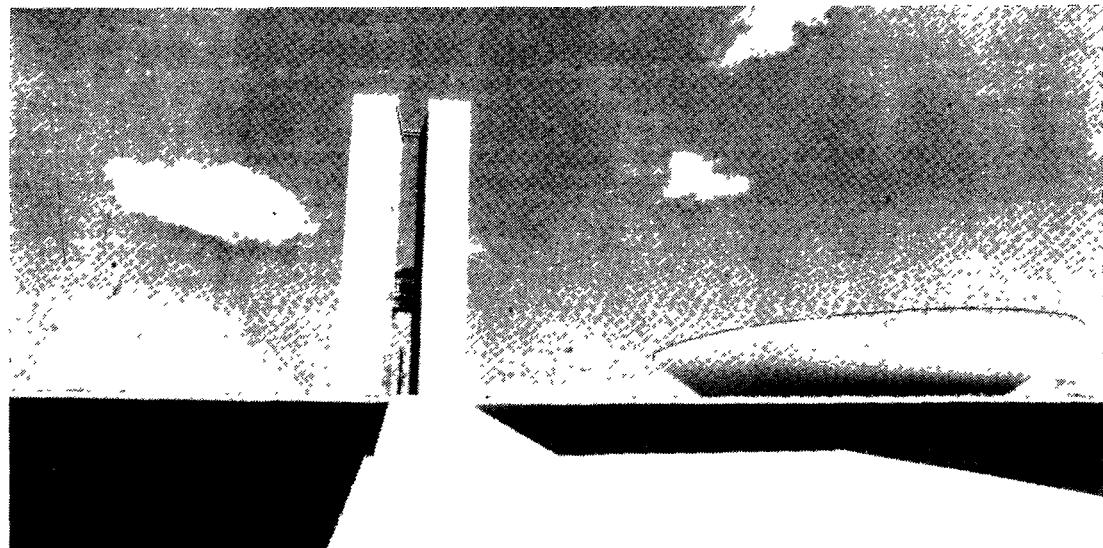


# República Federativa do Brasil DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXVIII — Nº 038

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 1983



## CONGRESSO NACIONAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 98.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE MAIO DE 1983

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Discursos do Expediente

**DEPUTADO AGENOR MARIÁ** — Atraso que vem ocorrendo no pagamento dos operários das chamadas "frentes de trabalho" no Rio Grande do Norte.

**DEPUTADO JOSÉ FREJAT** — Valor cultural da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas — EBAP, para a cidade do Rio de Janeiro e a ameaça que pesa sobre o desaparecimento desse estabelecimento.

**DEPUTADO JOSÉ FOGACA** — Solidariedade de S. Ex.<sup>a</sup> ao movimento grevista de estudantes da Universidade Federal de Pelotas.

**DEPUTADO MILTON BRANDÃO** — Estado de abandono do Nordeste.

**DEPUTADO HÉLIO DUQUE** — Privatização do ensino público superior brasileiro.

**DEPUTADO OSVALDO MELLO** — Solicitação ao Ministro da Fazenda e ao Presidente do Banco Central, no sentido de que analisem denúncia do Sindicato de Construção Civil do Pará, referente à licitação para construção da sede do Banco Central em Belém — PA.

**1.2.2 — Comunicação da Presidência**

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

**1.3 — ORDEM DO DIA**

Projeto de Decreto Legislativo n.º 21/83-CN, que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.973, de 30 de novembro de 1982, que amplia a isenção do imposto sobre a renda concedida às empresas de pequeno por-

te, e dá outras providências. **Aprovado**, após usarem da palavra em sua discussão os Srs. Hélio Duque e Joacil Pereira. À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo n.º 26/83-CN, que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.975, de 20 de dezembro de 1982, que altera as alíquotas do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), nos Territórios Federais. **Aprovado**, com o voto contrário do PMDB. À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo n.º 32/83-CN, que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.974, de 9 de dezembro de 1982, que dispõe sobre a criação de cargos no Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, Código TCU-DAS-100, do Quadro Permanente da Secretaria Geral do Tribunal de Contas da União, e dá outras providências. **Aprovado**. À promulgação.

— Projeto de Decreto Legislativo n.º 33/83-CN, que

### PARECER N.º 45, de 1983-CN

Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 44, de 1983-CN (n.º 26/83, na origem), do Senhor Presidente da República submetendo à apreciação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.001, de 4 de janeiro de 1983, que "reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União e dá outras providências".

**Relator: Deputado Marcelo Linhares**

Com a Mensagem n.º 44, de 1983-CN, o Senhor Presidente da República encaminha, para apreciação, pelo Congresso Nacional, nos termos do § 1.º do art. 55 da Constituição, o texto do Decreto-lei n.º 2.001, de 1983, reajustando os valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União e dando outras providências.

O diploma legal em exame estabelece, de pronto, o reajustamento dos vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União, em 40% (quarenta por cento) a partir de 1.º de janeiro e 30% (trinta por cento), a partir de 1.º de junho de 1983, sendo que a 2.ª parcela incidirá sobre os valores encontrados após a incidência da 1.ª parcela.

O salário-família é reajustado para .... Cr\$ 1.200,00 (um mil e duzentos cruzeiros), por dependente.

Considerando que as despesas decorrentes da sua aplicação serão atendidas à conta das dotações constantes do Orçamento da União para 1983, e que as bases do reajustamento estão em acordo com as concedidas aos servidores civis do Poder Executivo, somos pela sua aprovação, nos termos do seguinte

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 50, DE 1983-CN

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 2.001, de 4 de janeiro de 1983, que "reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Artigo único. É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 2.001, de 4 de janeiro de 1983, que "reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria-Geral do Tribunal de Contas da União e dá outras providências".



**4 — ATA DA 101.ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE MAIO DE 1983**

**4.1 — ABERTURA**

**4.2 — EXPEDIENTE**

**4.2.1 — Discurso do Expediente**

**DEPUTADO JORGE UERQUEDA** — Considerações sobre o Projeto de Lei n.º 1/83-CN.

constante da Ordem do Dia da presente sessão, que altera a Lei n.º 6.227/75, que autorizou a constituição da Indústria de Material Bélico do Brasil — IMBEL.

**4.2.2 — Questão de ordem**

Suscitada pelo Sr. Lomanto Júnior e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência

de quorum para o prosseguimento da sessão.

**4.2.3 — Comunicação da Presidência**

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

**4.3 — ENCERRAMENTO**

**II — Voto do Relator**

A proposição em exame situa-se em consonância com as disposições do art. 55, item III, da Lei Maior, que facilita ao Presidente da República a expedição de Decreto-lei sobre questões referentes à fixação de padrões de remuneração de servidores públicos.

No que tange ao cerne da proposta, constante esclarece o Sr. Ministro Jarbas Nobre, são observados os mesmos parâmetros adotados no reajuste de vencimentos dos servidores do Poder Executivo.

Destinam-se tais reajustamentos a recuperação do poder aquisitivo dos servidores públicos, minado pelo processo inflacionário porque atravessa o País.

Considerando que as despesas decorrentes da sua aplicação serão atendidas à conta das dotações constantes do Orçamento Geral da União para o exercício de 1983 e que o texto legal seguiu as mesmas bases do reajustamento concedido pelo Poder Executivo ao seu pessoal, somos pela sua aprovação, nos termos do seguinte

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 51, DE 1983-CN**

**Aprova o texto do Decreto-lei n.º 2.007, de 11 de janeiro de 1983, que “reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro das Secretarias da Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências”.**

O Congresso Nacional decreta:

**Artigo único.** É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 2.007, de 11 de janeiro de 1983, que “reajusta os vencimentos e proventos dos funcionários do Quadro das Secretarias da Justiça Federal de Primeira Instância e dá outras providências”.

Sala das Comissões, 28 de abril de 1983. — Senador Álvaro Dias, Presidente — Deputado Carlos Virgílio, Relator — Deputado Fernando Bastos — Deputado Nelson Costa — Senador Gastão Müller — Deputado Mário Assad — Senador Pedro Simon — Deputado Vicente Queiroz — Deputado José Melo — Senador Virgílio Távora — Senador Helvídio Nunes — Senador Mauro Borges.

**PARECER N.º 47, de 1983-CN**

**Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem número 40, de 1983-CN (n.º 22/83, na origem), do Sr. Presidente da República submetendo a aprovação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei número 1.997, de 30 de dezembro de 1982, que “reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências”.**

**Relator: Deputado Gomes da Silva**

Com a Mensagem n.º 22, de 1983, o Senhor Presidente da República submete à

apreciação do Congresso Nacional, nos termos do § 1.º do art. 55 da Constituição, o texto do Decreto-lei n.º 1.997, de 1982, que “reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências”.

O texto legal em exame estabelece de pronto o reajustamento dos valores de vencimentos, salários e proventos daqueles servidores em 40% (quarenta por cento), a partir de 1.º de janeiro e 30% (trinta por cento), a partir de 1.º de junho do corrente ano, sendo que o reajustamento da 2.ª parcela incidirá sobre os valores resultantes do reajustamento da 1.ª parcela.

O salário-família é reajustado para ..., Cr\$ 1.200,00 (um mil e duzentos cruzeiros) mensais, por dependente.

Considerando que o diploma legal em exame observou as mesmas bases do Decreto-lei n.º 1.984, de 1982, que concedeu reajustamento de vencimentos, salários e proventos aos funcionários civis do Poder Executivo e que as despesas decorrentes de sua aplicação correrão à conta das dotações do Orçamento do Distrito Federal, para o exercício de 1983, somos, no âmbito desta Comissão, pela sua aprovação, nos termos do seguinte

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 52, DE 1983-CN**

**Aprova o texto do Decreto-lei número 1.997, de 30 de dezembro de 1982, que “reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências”.**

O Congresso Nacional decreta:

**Artigo único.** É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.997, de 30 de dezembro de 1982, que “reajusta os valores de vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal, bem como os das pensões, e dá outras providências”.

Sala das Comissões, 28 de abril de 1983. — Senador Jutahy Magalhães, Vice-Presidente, no exercício da Presidência — Deputado Gomes da Silva, Relator; — Senador Galvão Modesto — Senador Guilherme Palmeira — Deputado Randolph Bittencourt — Deputado Jonathas Nunes — Senador Marcelo Miranda — Senador Passos Pôrto — Deputado José Carlos Fonseca — Deputado Epitácio Cafeteira — Senador Alvaro Dias (vencido) — Deputado Celso Barros — Senador Hélio Gueiros.

**PARECER N.º 48, de 1983-CN**

**Da Comissão Mista, incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 47 de 1983-CN, (n.º 029/83 na origem), do Senhor Presidente da República submetendo à apreciação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.004, de 6 de janeiro de 1983, que “reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Tribunais do Trabalho e dá outras providências”.**

**Relator: Senador Jutahy Magalhães**

Com a Mensagem n.º 47, de 1983-CN, o Senhor Presidente da República, nos termos do § 1.º do artigo 55 da Constituição, submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 2.004, de 1983, reajustando os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Tribunais do Trabalho e dando outras providências.

O texto legal em exame estabelece, de pronto, o reajuste dos referidos vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Tribunais do Trabalho em 40% (quarenta por cento), a partir de 1.º de janeiro e 30% (trinta por cento), a partir de 1.º de junho do corrente ano, sendo que a 2.ª parcela incidirá sobre os valores encontrados após a incidência da 1.ª parcela.

O salário-família é reajustado para Cr\$ 1.200,00 (um mil e duzentos cruzeiros), por dependente.

Considerando que o diploma legal, em exame, obedece às mesmas bases do reajustamento concedido ao pessoal do Poder Executivo e que as despesas decorrentes da sua aplicação serão atendidas à conta das dotações constantes do Orçamento da União, para o exercício de 1983, somos pela sua aprovação, nos termos do seguinte:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 53, DE 1983-CN**

**Aprova o texto do Decreto-lei n.º 2.004 de 6 de janeiro de 1983, que “reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Tribunais do Trabalho e dá outras providências”.**

O Congresso Nacional decreta:

**Artigo único.** É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 2.004, de 6 de janeiro de 1983, que “reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores dos Tribunais do Trabalho e dá outras providências”.

Sala da Comissão, 27 de abril de 1983. — Deputado Francisco Amaral, Presidente — Senador Jutahy Magalhães, Relator — Senadora Eunice Michiles — Senador Marcelo Miranda — Senador Gabriel Hermes — Deputado Carlos Chiarelli — Senador Helvídio Nunes — Deputado Aurélio Peres — Deputado Antônio Florêncio — Senador Lourival Baptista — Senador João Lobo — Deputado Nilson Gibson.

**Ata da 98.ª Sessão Conjunta, em 3 de maio de 1983**

**1.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura**

**Presidência do Sr. Moacyr Dalla**

**AS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva —

Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canellas — Gastão Müller — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Eneas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

#### E OS SRS. DEPUTADOS:

##### Acre

Alércio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

##### Amazonas

Artur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

##### Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athaíde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

##### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

##### Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Euclério Ribeiro — PDS; Jaime Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

##### Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Joaquim Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

##### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moisés Pimentel — PMDB;

Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

##### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

##### Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aloísio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edmílson Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agrípino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

##### Pernambuco

Airon Rios — PDS; Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fluza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

##### Alagoas

Albírio Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Colôr — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

##### Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rolemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Seixas Dória — PMDB.

##### Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissón Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etielviro Dantas — PDS; Félix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genivaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leônidas Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Vingildálio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

##### Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Mirthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodoro Ferrão — PDS.

##### Rio de Janeiro

Álvaro Valle — PDS; Alcides do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arlindo Teles — PDT; Bocayúva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Doso Coimbra — PMDB; Décio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

##### Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulce — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Mauricio Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cicero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

##### São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Francisco — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Caramago — PDS; José Genoino — PT; Maluly

Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Côdo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

#### Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiwa — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

#### Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio de Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

#### Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB.

#### Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Garea — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moleta — PMDB; Ary Kiffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Vâlmore Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

#### Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melro — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

#### Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB;

Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

#### Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

#### Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mazarildo Cavalcanti — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 461 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Agenor Maria.

**O SR. AGENOR MARIA** (PMDB — RN. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a minha presença nesta tribuna na manhã de hoje tem uma significação não só humana, mas essencialmente necessária e oportuna. Desde os idos de 1979, com a eclosão das secas verdes do Nordeste, o Governo federal criou as frentes de emergência. As frentes de emergência representam levas imensas, contingentes inumeráveis de nordestinos, que, não encontrando outra ocupação por força da estiagem prolongada, são obrigados a se alistar nos serviços organizados pelo Governo federal. Acontece, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que, desde essa época, o homem pobre do Nordeste, o rurícola, o operário rural não só está marginalizado, como jogado na sarjeta do sofrimento, do abandono e da dor. A importância em cruzeiros estipulada para pagamento desse operário, Cr\$ 2.800,00, é tão miserável que tenho a impressão de que a maioria das pessoas que habitam o Sul do País, o Sudeste, o Centro-Oeste não pode conceber que um Governo que quer ser respeitado e se diz Governo de todos os brasileiros possa estipular tal quantia, que representa um salário infímo para todos os nordestinos que lá estão jogados e abandonados à sua própria sorte. Mesmo assim, esse salário miserável de 2.800 cruzeiros por semana não está sendo pago. Atrasa 4, 5, 6 semanas. Agora, no Nordeste, novamente as levadas de desesperados procuram as feiras para assaltá-las e assim conseguir o alimento necessário para mitigar a sua fome. É de se perguntar: que Governo é este, imposto à Nação através de um golpe militar e que mata, a cada ano que passa, o anseio maior, a esperança maior de milhões de brasileiros que apenas querem ter o direito de se alimentar? A minha presença nesta tribuna tem como objetivo denunciar o que se passou, ontem, na cidade de Currais Novos. Esta é a terceira cidade em importância no Rio Grande do Norte. Ontem recebi um telefonema dizendo que mais de 800 operários rurais das frentes de trabalho se encontravam naquela cidade, sem crédito, e já há mais de 4 semanas não recebem seus salários e sem condições de fazer a feira. Não iam atacá-la porque a polícia, embalada, proibia que aqueles homens levasssem para casa algum feijão, alguma farinha para mitigar a fome dos seus entes queridos. Daí a minha presença, hoje, na sessão do Congresso, para pedir providências aos líderes da Situação. Trata-se de um Go-

verno que cada dia cai mais no conceito do povo, ou fica mais distante dele, porque há um fosso profundo entre o Governo e a Nação. Portanto, o Governo é este que aí está, distante da Nação, e a Nação é aquela que está lá, fatigada, cansada, entediada, faminta.

Sr. Presidente, é necessário que as Lideranças do Governo, a partir de agora, se deem conta do fato de que esses dois mil e oitocentos cruzeiros que o operário do Nordeste recebe para passar uma semana com sua família não dão para comprar nem uma feijoada em Brasília. Seria conveniente que se pagasse, semanalmente, àqueles trabalhadores.

Com essas palavras tenho certeza de que o Governo atenderá a essas reivindicações justas e humanas daquele povo, ou não sei para onde vai esta Nação, já entediada por aqueles que não têm mais motivos para acreditar num Governo que cada dia mais cai no conceito do povo. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Frejat.

**O SR. JOSÉ FREJAT** (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Rio de Janeiro está ameaçado de esvaziamento cultural com a possibilidade de extinção da EBAP — Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas. Trata-se de escola que tem prestado inestimáveis serviços no setor da administração pública, ao Brasil e aos países da América Latina. É um estabelecimento padrão na América Latina e se encontra em situação crítica e em vias de ser extinto. Em face disso, Sr. Presidente, há um movimento no Rio de Janeiro para impedir o desaparecimento da EBAP. Alunos, ex-alunos e outras pessoas interessadas formaram uma comissão, no Rio de Janeiro, para a defesa dessa escola. Quero, nesse sentido, transcrever um trabalho do Prof. Wagner Siqueira, ex-aluno da EBAP, membro da Comissão Coordenadora do Movimento em Defesa da EBAP e Presidente do Conselho Regional de Técnicos de Administração, trabalho esse que mostra a situação e a luta dos interessados em salvar aquele órgão da Fundação Getúlio Vargas. Esse trabalho, sob o título "Resgatar a EBAP, Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro", é do seguinte teor:

"Está em curso um amplo movimento de ebapianos de todas as épocas, com o apoio da comunidade de administradores e de vários setores, visando evitar a extinção do curso de graduação da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas. Curso pioneiro na América Latina, há mais de trinta anos a EBAP vem prestando grandes serviços na formação de administradores públicos, inclusive de outros países. Embora bastante esvaziado nos últimos tempos, constitui um patrimônio histórico-cultural do Rio de Janeiro — mais um monumento que está sendo destruído neste país sem memória. A extinção foi decidida pela própria entidade mantenedora, a Fundação Getúlio Vargas. E nada levava a crer que pudesse haver qualquer reversão.

Inconformados com esse verdadeiro absurdo, porém, o Conselho Regional dos Técnicos de Administração e o Sindicato dos Técnicos de Administração no Rio de Janeiro, representando a comunidade de administradores e o pensamento de muitos ebapianos, deram início a um Movimento em Defesa da EBAP, que logo passou a congregar muitos alunos e professores da escola, an-

tigos e atuais, desenvolvendo um intenso trabalho de divulgação e contatos para evitar a consumação do fato. O movimento já alcançou grandes vitórias: evitou que a extinção passasse em brancas nuvens, promovendo um grande debate público em torno da questão, inclusive pela imprensa, que muito tem contribuído nesse sentido; com isso, levou a própria Fundação a se manifestar formal e publicamente sobre o assunto; sensibilizou e mobilizou não só os ebanianos, mas também personalidades e importantes setores em torno dessa luta; conseguiu fazer com que, oficialmente, a direção da Fundação Getúlio Vargas se disponha a rever sua decisão; realizou o **Encontro em Apoio à EBAP**, de grande repercussão. Desse modo, está reavivando uma chama que estava praticamente extinta.

Agora, trata-se de transformar o movimento numa poderosa torrente que, sensibilizando setores públicos e privados, encontre fórmulas para resgatar a EBAP. A extinção do curso de graduação da EBAP, um dos poucos cursos de Administração Pública do país e de toda a América Latina, é mais um dado do processo de esvaziamento cultural do Rio de Janeiro, representando uma perda considerável para o nosso Estado, neste momento em que se comemora o centenário do patrono da instituição, Getúlio Vargas, que com tanto carinho tratou e desenvolveu a Administração Pública no Brasil. Lutar pela reativação desse curso, portanto, é lutar contra o esvaziamento do Estado e por sua reafirmação como centro cultural do Brasil. E isso para não se falar na importância desse curso para o país, num momento em que uma grave crise ressalta ainda mais a necessidade da formação de bons administradores públicos para arrancar o Brasil da crise e do subdesenvolvimento.

Mas não basta recriar o curso apenas para mantê-lo nos níveis anteriores à sua extinção. Precisamos do curso, sim. Mas não somente como um centro de alto nível na formação de administradores e como base para um grande programa de pós-graduação, que tende a ser abstrato e afastado da realidade sem um curso de graduação. A idéia — muito mais ousada — é resgatar o curso com base em uma proposta de ter na EBAP um foco de pesquisa, elaboração e irradiação de uma teoria administrativa genuinamente brasileira, voltada de fato para o estudo e a solução dos problemas nacionais. Uma cultura organizacional própria é condição essencial para a revolução gerencial que o Brasil ainda não realizou na economia e na administração. Não serão os modelos importados e traduzidos que levarão o país a resolver satisfatoriamente os seus problemas administrativos em todos os setores. Falta-nos a **Organização Macunaima**, um corpo doutrinário e metodológico desenvolvido realmente a partir e em função dos nossos problemas específicos de Administração. Daí a importância da EBAP, tanto na graduação como na pós-graduação.

A luta contra a extinção do curso de graduação da EBAP está permitindo levantar e discutir tais problemas. E uma proposta como essa pode se tornar viável, na medida direta do avanço de nosso movimento e de sua capacidade de sensibilizar os poderes públicos, a comunidade e a própria Fundação Getúlio Vargas. Esse é o objetivo do **Movimento em Defesa da EBAP**. E constitui um de-

ver de todos aqueles que pretendem fortalecer o Rio de Janeiro como centro cultural, desenvolver a Administração Pública e contribuir para o desenvolvimento do Brasil."

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Universidade Federal de Pelotas está vivendo um grande impasse. Milhares de estudantes se encontram em greve naquela Universidade. Estive lá na semana passada e pude observar a agudeza da crise que vive aquela instituição de ensino superior. E hoje os jornais do Rio Grande do Sul registram que a greve já dura 48 dias e que cinco estudantes já observam greve de fome.

Os estudantes lutam pela manutenção do transporte gratuito, que não é um precedente e não é uma concessão, porque existe há muitos anos, desde a criação do **Campus**. É, portanto, um direito historicamente adquirido pelos estudantes da Universidade de Pelotas. Mas faço referência a este fato, a esta situação dramaticamente vivida, experimentada neste momento pela Universidade de Pelotas, apenas para chamar a atenção para a política gradual e inexorável que vem sendo empreendida neste País no sentido de implantação do ensino pago e da desmoralização cada vez maior das universidades públicas.

Hoje, leio no **Jornal de Brasília** que o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, reunido há dois dias aqui em Brasília, entregou um documento à Ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, apontando a má situação financeira dos estabelecimentos federais de ensino superior no País. Nesse documento o Conselho ainda adverte a Ministra sobre o possível fechamento de várias faculdades, no prazo de duas semanas, por falta de verba.

Se evocarmos a situação afeitiva e dramática, vivida pelos estudantes da Universidade Federal de Pelotas, se trouxermos também à colação os problemas de ordem financeira que estão sendo enfrentados por inúmeras universidades brasileiras, verificaremos que essas universidades vivem, realmente, momentos de grandes dificuldades.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quem gerou essa situação afeitiva, quem gerou essa situação terrível vivida hoje pelas universidades, foi o próprio Governo brasileiro, que fez com que o orçamento federal para a educação fosse sendo reduzido de forma criminosa, de ano para ano, desde 1964. Em 1964, 12% do orçamento federal eram destinados à educação; hoje, cerca de 4%, apenas. O empobrecimento real das universidades gerou esta situação. O Governo transformou as universidades em instituições magras, esquálidas, desprovidas de verbas, e hoje diz que a única saída é transformá-las em entidades privadas para implantação do ensino pago. O Governo quer privatizar o ensino superior e colocar as universidades na dependência das grandes empresas, do grande capital. Obviamente, no momento em que as universidades tiverem que se submeter aos interesses das grandes empresas, teremos definitivamente extintas, neste País, a liberdade de cátedra e a autonomia acadêmica.

Portanto, nós nos solidarizamos com os estudantes da Universidade Federal de Pelotas, que não apenas lutam pela manutenção do transporte gratuito, que é um direito histórico, adquirido quando da implantação do **Campus**, mas resistem contra

a implantação do ensino pago no País. Nós nos solidarizamos, do Congresso Nacional, com a posição que vem sendo adotada pelos estudantes da Universidade Federal de Pelotas, e denunciamos que esse processo de privatização do ensino superior e o de implantação do ensino pago têm sua origem no acordo que o Brasil assinou, em 1958, com USAID, que gerou esse estado de deterioração das universidades públicas brasileiras. Em 1968, 62% do ensino superior estavam nas mãos do setor público; hoje, 75% do ensino superior estão nas mãos do setor privado. Portanto, a privatização do ensino já é uma realidade neste País. Apesar de 25% resistem, mas estão para ser derubados, agora, pelo projeto que está sendo examinado pelo Conselho de Reitores das universidades brasileiras.

Ficam aqui o nosso repúdio, o nosso protesto e o registro da situação que está sendo vivida pelos estudantes da Universidade de Pelotas.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao Deputado Milton Brandão.

**O SR. MILTON BRANDÃO** (PDS — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, mais uma vez estamos nesta tribuna para registrar a nossa presença no Nordeste e declarar a esta Casa o que vimos naquela região. Sr. Presidente, o Nordeste está abandonado, sua população faminta, seus dias contados. O pior, é que há indiferença total em relação a isso.

Não é possível. Quero clamar ao Presidente João Figueiredo, para que nos ouça. Já dissemos nesta tribuna que talvez nossa palavra esteja sendo interceptada, porque a imagem que temos do Presidente não é esta. S. Ex.<sup>a</sup> é homem que possui sentimento de solidariedade humana, é patriota. E, neste instante, Sr. Presidente, eu me aventuro a apelar para os Ministros militares — o Ministro Walter Pires, o Ministro Maximiano Fonseca, o Ministro Délia Jardim de Matos — para que nos ouçam e levem ao Presidente nossa palavra de parlamentares. Há pouco falou um parlamentar da Oposição, o ilustre Deputado Agenor Maria. De vez em quando usam a tribuna parlamentares do Nordeste, parlamentares de todos os pontos do Brasil, para reclamar contra essa insensibilidade. No entanto, Sr. Presidente, as providências não estão à vista, estão sendo ainda mais retardadas, e até mesmo se diz que se pretendia desativar as frentes de serviço no Nordeste, o que foi impedido pelo clamor das populações, pelo apelo dramático dos Prefeitos, dos Vereadores de cada comunidade.

Sr. Presidente, temos formação civil, formação cívica e moral, como temos também formação militar. Foi no Colégio Militar do Ceará que aprendemos a sentir o que é a Pátria, a ter patriotismo, a respeitar nossos semelhantes, a termos disciplina, a termos amor ao Brasil. E é por isso que nós nos dirigimos aos Ministros Militares, já que os civis não nos ouvem, não nos atendem. Estamos estarrecidos diante da falta de providências para o descalabro que reina no Nordeste. A fome impõe, repito. Paga-se a um trabalhador, numa frente de serviço, 11.250 cruzeiros por mês, e ainda atrasam esses pagamentos. Na Comissão do Interior, foi aprovado, a requerimento nosso, por unanimidade, com emenda apresentada por ilustre colega, medidas para o disciplinamento dessas frentes, e apelávamos ao Ministério do Interior no sentido de que as ampliasse, que não fosse sómente um operário recrutado em cada família, mas que fossem mobilizados todos os trabalhadores, de ambos os sexos, e também os menores em condições de serviço.

Não é possível. Sr. Presidente, essa indiferença da Nação pela nossa sorte. Clamamos, pedimos, e neste instante lançamos também o nosso apelo a todos os nordestinos, de todos os pontos do Brasil, para que nos ajudem, ajudem o Parlamento nessa luta, pois só assim seremos realmente dignos desta Pátria, que nos foi legada por nossos antepassados. Sr. Presidente, nós não estamos cumprindo o nosso dever. (Muito bem. Muito bem.) (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Hélio Duque.

**O SR. HÉLIO DUQUE** (PMDB — PR. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Srs. Congressistas, autoritariamente, como é a norma do regime tutelador da sociedade que aí está, o Ministério da Educação e Cultura programa o definitivo assalto à privatização do ensino público superior brasileiro. O anteprojeto de lei que cria o "regime especial", atinge as 34 universidades federais, mudando estruturalmente a participação financeira, reduzindo a índices mínimos, por parte do Governo, obrigando pelo que chama de "orçamento global" e "desvinculação do DASP", uma dupla violência contra os estudantes, através do ensino pago e, contra os professores, pelo achatamento salarial e criação dos "professores extraordinários."

Busca-se a privatização do ensino superior, rebaixando, ainda mais, a sua qualidade. Com graves consequências para toda a sociedade, que, por isso mesmo, não pode assistir impassível ao genocídio educacional que se procura perpetrar contra o que restou do ensino superior público gratuito no País.

O anteprojeto de lei que "dispõe sobre o regime especial comum aplicável às universidades federais", acaba de ser enviado aos reitores das instituições federais, para, num prazo recorde, ser debatido pelos seus departamentos e, em seguida, devolvido ao MEC. Este "monstrengão", filho legítimo da burocracia privatista que tomou conta das coisas da educação, deverá em seguida ser encaminhado pelo Ministério ao Conselho Federal de Educação e, posteriormente, ao Congresso Nacional.

Ora, o prazo exíguo de menos de 30 dias para que os corpos docentes e discentes das instituições universitárias federais debatam a proposta, caracteriza a má fé do MEC em não desejar dialogar e debater democraticamente.

A Sr.<sup>a</sup> Ministra da Educação há de reconhecer que num tal prazo é de todo impossível mobilizar toda a comunidade acadêmica para a democrática discussão de uma medida que afetará a base estrutural das universidades federais. A contribuição dessa comunidade é a mais importante, para as posteriores considerações do Conselho Federal de Educação e do próprio Congresso Nacional. Aqui, nesta Casa, vamos resistir à aprovação de tudo aquilo que negue os fundamentos históricos da universidade brasileira. E isso, desde já, é bom ficar muito nítido nos arraiais da burocracia educacional do MEC.

Sr. Presidente, dentro da grande crise brasileira, onde a própria crise da universidade é grave, os burocratas do MEC reduzem a questão a uma simples reestruturação da universidade à questão de orçamento e administração de pessoal. Com razão está a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, quando destaca: "a democratização do poder de decisão, a garantia de uma carreira docente unificada e da estabilidade funcional, bem como a questão do ensino público gratuito e de mais verbas para a educação e pesquisa". São pressupostos básicos, por onde, necessariamente, passa a discussão da reestruturação

que autoritariamente se pretende empurrar pela goela abaixo da comunidade universitária brasileira.

Ao participar, em Curitiba, na semana passada de um debate com os professores da Universidade Federal do Paraná, quando ouvi mais do que falei, fiquei estarrado e chocado com o desprezo que ao elaborar o seu desastrado anteprojeto de lei, o MEC devota à categoria. A isso acrescente-se a situação orçamentária da UFPA. Em 1982, o governo destinou 12,5 bilhões de cruzeiros. Já, em 1983, consignou 15 bilhões de cruzeiros. Realmente, inacreditável, Srs. Congressistas. Mas este fato de asfixia financeira da instituição tem, sem dúvida, como pano de fundo a geração do caos para justificar o ensino pago. Ovi neste encontro que a base de mobilização que eles ali desenvolvem tem como único fundamento a "abertura de canais de negociação, nunca de confrontação".

Por que, então, não estabelecer o diálogo? Ou será que os privatistas do ensino superior que estão encastelados no MEC se opõem ao livre debate?

A posição da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná, subscrita igualmente pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, se reflete sobre o anteprojeto na análise feita na assembleia realizada em 12 de abril de 1983 e que aqui transcrevemos:

Os professores das universidades públicas brasileiras, no final do ano passado, paralisaram suas atividades como recurso extremo de se contraporem aos intentos do MEC para implantar, por decreto-lei, as chamadas "pré-condições" para a reestruturação da Universidade, consubstanciadas no que se denominou "orçamento global" e "desvinculação do DASP".

Na época, o movimento docente considerou estas pré-condições como caminho para transformar as universidades federais autárquicas em fundações, liquidando de vez os 25% do ensino superior público no Brasil.

Nesse sentido, o presente anteprojeto de lei é totalmente inaceitável pela comunidade universitária brasileira, pelas razões adiante expostas.

Repete este anteprojeto as malfadadas "pré-condições" constantes dos avisos n.os 473 e 474, do MEC. A não aceitação destas "pré-condições" constou da pauta de reivindicações do movimento docente durante a última greve das universidades autárquicas, a qual só chegou ao fim diante do compromisso escrito assinado pela Ex.<sup>ma</sup> Sr.<sup>a</sup> Ministra Esther de Figueiredo Ferraz (conforme Carta do Presidente da ANDES), nos seguintes termos quanto à reestruturação:

"(...) que o projeto seria tratado de maneira global, não mais se destacando as pré-condições, e que alguns pontos dos Avisos n.os 473 e 474 estariam já superados, como, por exemplo, a perda do reajuste semestral das fundações. Garantiu a participação da comunidade universitária em todo o processo e que o projeto final seria enviado ao Congresso Nacional, sob a forma de projeto de lei, a ser votado, e não de decreto-lei.

Por outro lado, o anteprojeto inexplicavelmente não contempla nenhuma das sugestões contidas no documento sobre a reestruturação da universidade elaborado pela ANDES e encaminhado ao MEC, documento este que foi fruto de uma ampla e demorada consulta ao

conjunto dos docentes de todas as universidades do país.

É nesse sentido que o presente anteprojeto surpreende os professores, na medida em que regionaliza as universidades, alterando a "ordem administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar", reduzindo a reestruturação da universidade à questão de orçamento e administração de pessoal como se outras questões básicas motivo das lutas reivindicatórias do movimento docente — entre as quais destacamos: a democratização do poder de decisão, a garantia de uma carreira docente unificada e da estabilidade funcional, bem como a questão do ensino público gratuito e de mais verbas para a educação e pesquisa — não devessem acompanhá-la.

Quanto à carreira docente, o presente anteprojeto — se transformado em lei — liquida com a isonomia salarial. Mesmo o MEC garantindo os salários inicial e final da carreira (art. 3.º), a possibilidade de gratificações (previstas no art. 18) abre espaço para a queda da isonomia salarial em todos os níveis.

Além disso, o fato de as gratificações não serem incorporadas ao salário diminuirá sensivelmente os proventos da aposentadoria.

Quanto aos regimes de trabalho, estes ficam pelo anteprojeto sob a total responsabilidade das universidades, não se garantindo as conquistas do magistério superior, especificamente a dedicação integral e exclusiva que tem significado um grande avanço para a profissionalização docente e para a melhoria do ensino e pesquisa nas IES brasileiras.

O art. 17 estabelece limite de gastos com o pessoal, abrangendo dois períodos orçamentários. É de se perguntar como as universidades irão proceder quando faltar recursos a partir de um determinado mês face à inflação galopante que assola este país e ainda o disposto no art. 12 do anteprojeto (que impede ônus adicional ao Tesouro Nacional?).

O anteprojeto não esclarece suficientemente a questão orçamentária, isto é, não se prevê a verdade orçamentária, exigência fundamental para a existência de autarquias de regime especial. Só a verdade orçamentária — levando em consideração as reais necessidades financeiras da universidade numa economia em crise por uma alta taxa de inflação — garante a sobrevivência material das universidades.

Por fim importante destacar que o art. 17, parágrafo 2.º, retira a semestralidade das fundações. E ainda que este anteprojeto ressuscita a figura do professor colaborador (agora batizado de "extraordinário"), o que levanta o espectro do professor horista e de todas as consequências disso para o ensino superior.

Diante disso tudo, parece fundamental que se amplie o debate e que não se atropele assunto de tão vital importância para o futuro do ensino superior público no Brasil.

Neste sentido, seria um grande passo se o Conselho Universitário convocasse uma Assembleia Universitária para uma ampla troca de opiniões sobre o tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Com a palavra o nobre Deputado Osvaldo Melo.

**O SR. OSVALDO MELO** (PDS — PA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, queremos chamar a atenção do Sr. Ministro da Fazenda e do Presidente do Banco Central para as irregularidades havidas na licitação processada

perante o setor competente do Banco Central, referente à construção da sede do referido Banco, em Belém, Capital do Pará.

A licitação aludida, conforme denúncia que estamos recebendo da Diretoria do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Pará, foi conduzida por manobras e critérios ao arrepio do Decreto-lei n.º 200, e seu Regulamento, e fazemos um apelo, em nome da insuspeição e lisura que devem presidir tais atos, no sentido de que a mesma seja anulada, para que os métodos legais e regulamentares prevaleçam, sem prejudicar as empresas paranaenses, visando ao fortalecimento das economias regionais.

Com a finalidade de tornar bem claro os objetivos deste pronunciamento, e para que constem dos Anais desta Casa, reproduzimos os expedientes que recebemos dos empresários interessados no assunto:

"Em: 26 de abril de 1983.

Of. n.º 16/83

Senhor Deputado:

Estamos anexando, para vosso conhecimento, expediente que enviamos ao Ilmo. Sr. Presidente do Banco Central do Brasil a respeito de seu posicionamento em relação ao resultado da Licitação para a construção do edifício-sede do Banco Central de Belém.

Inicialmente (14-3-83), enviamos Telex, expondo razões pela qual seria justo contemplar como vencedora a empresa Estacon, cuja proposta estava a menos de 0,5% abaixo do preço médio, o que deveria merecer, pelas vantagens econômicas, locacionais e, de tradição na área e no ramo, evitando desperdícios de deslocamento de uma nova empresa para a área e pressão contra o empresariado local que essa nova empresa do ramo, e tradicionalmente fora daquela região, virá causar a todo o setor. Contemplava-se o órgão público com 0,75% de preço abaixo do da empresa que o Comitê de Licitação elegeu como vencedora, e evitava-se esse problema na região, uma vez que é muito tenua, contornável e legalmente superáveis as razões do Comitê de Licitação; bastaria determinar vencedora, a empresa mais próxima, abaixo do preço médio obtido, como é normal ser feito: "contemplar a empresa mais próxima abaixo do preço médio, dentro de uma faixa de confiabilidade".

Outro fato importante é que o preço da Estacon, 0,55% abaixo do preço médio, não pode ser contestado de inviável porque ele está mais de 1,8% acima do preço médio (já com lucro) declarado pelo órgão, na abertura das propostas.

A partir da não aceitação como válida de nosso apelo em condições normais, justas e necessárias, na fase grave para o setor local que atravessamos, restou ao Sindicato revelar crumente a necessidade de se deixar de conduzir licitações por critérios que, não previstos no Decreto-lei n.º 200 e seu Regulamento, uma vez que tais disposições permitem manobras que se tem o direito de supor, pelo casuismo que encerram e, para as quais a lei dá instrumentos claros, que a tornam o processo infenso a essas suposições.

Gratos pela atenção ao problema, por uma solução equânime que poderá até ser a anulação da licitação, para que ocorra em processo livre de casuismo de

"médias", firma atenciosamente a presente.

Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará. — Eng.º Otávio Bittencourt Pires, Presidente".

"Banco Central do Brasil

Presidência

Presi-532/83

Brasília (DF), 15 de abril de 1983  
Do: Chefe do Gabinete do Presidente  
Ao: Doutor Otávio Bittencourt Pires  
M.D. Presidente do Sindicato das Indústrias de Construção do Pará

Refiro-me ao telex em que V. S.ª solicita seja examinada a possibilidade de entregar a empresa local a execução das obras de construção do edifício-sede do Banco Central do Brasil nessa Capital, objeto de Concorrência Pública promovida pela Comissão de Obras deste Órgão.

2. Em nome do Sr. Presidente deste Órgão, esclareço a V. S.ª que, consultado a respeito, o Comitê de Licitações informou que a idéia, apesar dos altos objetivos que a ditaram, não se mostra exequível, uma vez que o Edital da Concorrência em preço não autoriza seja dispensado tratamento preferencial, em qualquer de suas fases, a empresa regional.

3. Diante disso, e considerando ainda o princípio de inalterabilidade dos procedimentos licitatórios já inaugurados, lamento comunicar a V. S.ª que, apesar do especial empenho dedicado ao exame do assunto, não será possível acolher a sugestão apresentada.

Atenciosamente,

Dilson Sampaio da Fonseca.

"Em 22 de abril de 1983

Of. n.º 014/83

Ilmo. Sr.

Dr. Carlos Langoni  
MD. Presidente do Banco Central do Brasil

Brasília — DF

Senhor Presidente:

Refiro-me à atenção de V. S.ª que, pela PRESI-532/83, transmite, através de seu Chefe de Gabinete Dr. Dilson Sampaio, razões sobre a nossa ponderação feita através de Telex e que, permita-nos esclarecer, inconsistentes, pelo motivos seguintes:

1.º — O tratamento não era "preferencial" para a empresa local, era, isto sim, preponderantemente vantajoso para o Banco Central e, ademais, segundo conhecemos as leis que regem o processo licitatório, há de ser explicado, neste caso, o porquê da escolha com desvantagem de preço para o órgão.

2.º — A desvantagem, é evidente, ao ser considerada vencedora uma empresa que se propôs a executar a obra com preço a maior, em 0,75%, de que uma empresa local.

3.º — A explicação de que foi considerada a "inalterabilidade do processo licitatório" é uma dupla falácia porque primeiro, acertar no preço médio, como previsto no Edital, não é previsto na Lei Reguladora de Licitações e segundo, porque chamar "Loteria Licitatória" de processo licitatório cria confusão.

4.º — Não se trata simplesmente em "ter de entregar a empresa local" e sim,

de não "entregar" a empresa sem sede, filial ou vivência na região e cujo preço está acima da média "lotérica" do processo imaginado pelo COMITÉ, ao invés de atenderem que o preço de uma empresa local era 0,55% abaixo da dita média "lotérica" fruto evidente da vantagem locacional da empresa que o COMITÉ de Licitações quer eliminar.

5.º — O que solicitamos foi racionalidade no processo a favor do órgão e das empresas locais, tais como: a) "condições de manter a reserva do mercado com visível vantagem de no mínimo mais de 0,75 do preço para o órgão público; b) intervenção racional de uma autoridade no processo atípico de "acertar na mosca" para quem não tem "lobby"; c) internalizar os recursos que aqui ficariam através de uma empresa competente que está com um preço dentro de uma faixa de confiabilidade (se a "média lotérica" for confiável) indesmentível e impossível de ser impugnado; d) corrigir rumos estranhos, no processo de licitação, preferindo empresa, desde que confiável, que está mais próxima, por baixo da média (o que é mais racional) ao invés da empresa favorecida, aí sim. "dispensando tratamento preferencial", com a "entrega a preço mais alto" que a média.

Lamentando não ter sido podido "acolher sugestões" que são quase como uma norma em processos deste tipo, ficamos mais uma vez no aguardo de, quando será a vez das "Colônias do Norte e Nordeste" poderem ser atendidas, mesmo quando seus interesses coincidam com as das leis da Nação.

Atenciosamente

Otávio Bittencourt Pires, Presidente." Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Está encerrado o período destinado para breves comunicações.

A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às dezoito horas e trinta minutos, neste plenário, destinada à discussão dos Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 8, 15, 18 e 35, de 1983-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis n.ºs 1.978, 1.977, 1.979 e 1.980, de 1982.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

## ORDEM DO DIA

### Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 21, de 1983-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 17, de 1983-CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.973, de 30 de novembro de 1982, que amplia a isenção do imposto sobre a renda concedida às empresas de pequeno porte, e dá outras providências.

Em discussão o projeto.

O Sr. Hélio Duque — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Tem a palavra V. Ex.ª para discutir.

O SR. HÉLIO DUQUE (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Liderança do PMDB sente-se extremamente gratificada de estar aprovando uma medida como esta. Eis que ela parte para um processo de equidade fiscal e de justiça em relação a este segmento tão penalizado pela

violência da carga tributária, que é a micro e pequena empresa neste País.

Na verdade, Sr. Presidente, 40 mil microempresas neste País, para sobreviverem, precisam de uma efetiva redução dos seus encargos burocráticos e também dos seus encargos fiscais. A Liderança do PMDB pretende que medidas de prioridade aos investimentos sociais fossem trazidas ao Congresso Nacional, para, através de efetiva equidade, na busca da justiça, podermos criar realmente um País fundamentando naqueles princípios tão bem conhecidos pela Casa, dando-se base a uma política de desenvolvimento que se compatibilize também com os aspectos da justiça social.

Hoje, Sr. Presidente, a pequena, a média e a microempresas são geradoras em mais de 70% do total de empregos na economia brasileira. O momento exige a fixação de uma política de empregos. Através de medidas aprovadas por esta Casa é que nós, também, poderemos atacar essa frente. É uma questão de prioridade nacional, por quanto o emprego precisa tornar-se uma prioridade absoluta neste País.

Essa iniciativa, entendemos, se estende não apenas ao aspecto fiscal, burocrático e administrativo, como também é um componente muito importante para a geração de emprego neste País.

Por isso, desde já queremos dizer que é total a aprovação da Liderança do Partido do Movimento Democrático Brasileiro em relação a essa Mensagem.

**O Sr. Joacil Pereira** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra, como Líder.

**O SR. JOACIL PEREIRA** (PDS — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, pedi a palavra apenas para registrar com muito agrado a manifestação de apoio da Líder da Oposição, do PMDB, nesta Casa, à Mensagem Presidencial e ao projeto de lei dela decorrente, que visa justamente a isentar as pequenas, as médias e as microempresas de determinados tributos.

Folgo em ver que, pelo menos, de vez em quando, a Oposição faz justiça ao grande e notável esforço do Presidente João Baptista Figueiredo. Prefiro discutir, portanto, o assunto na devida oportunidade. Acho que, sem dúvida, nós estamos discutindo essa matéria fora do tempo, quando ela inexiste oficialmente. E as duas Casas do Congresso terão o ensejo feliz e constitucional de estudar à larga essa proposição, aprovando-a, rejeitando-a, ou emendando-a, se for o caso. São esses os reparos que gostaria de fazer agora. Além do mais, Sr. Presidente, quero solidarizar-me — o que seria até despiciendo — com as homenagens que o Congresso Nacional, por todos os seus partidos, prestarão hoje à tarde à insigne figura do estadista — discutidíssimo, por sinal — Getúlio Dornelles Vargas. Hoje, à tarde, na sessão conjunta, o PDS se fará representar por um dos oradores que discutirão sobre a vida e a obra do ilustre Presidente desaparecido.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

Em votação no Senado. Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.) Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 26, de

1983-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 22, de 1983-CN, vencidos os Senhores Senadores José Fragelli, Pedro Simon e Gastão Müller e o Senhor Deputado Olavo Pires), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.975, de 20 de dezembro de 1982, que altera as alíquotas do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), nos Territórios Federais.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto com voto contrário do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 32, de 1983-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 27, de 1983-CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.974, de 9 de dezembro de 1982, que dispõe sobre a criação de cargos no Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, Código TCU-DAS-100, do Quadro Permanente da Secretaria Geral do Tribunal de Contas da União, e dá outras provisões.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo n.º 33, de 1983-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer n.º 28, de 1983-CN), aprovando o texto do Decreto-lei n.º 1.976, de 20 de dezembro de 1982, que dispõe sobre a situação, perante a Previdência Social, da construção residencial unifamiliar que indica, e dá outras provisões.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Os projetos de decreto legislativo que acabam de ser aprovados pelas duas Casas do Congresso Nacional, dispensada a redação final, nos termos regimentais, vão à promulgação.

**O Sr. Hélio Duque** — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Tem a palavra V. Ex.<sup>a</sup>, como Líder.

**O SR. HÉLIO DUQUE** (PMDB — PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Liderança do PMDB sente-se rejubilada pela ocorrência hoje de uma sessão comemorativa do centenário deste grande e inolvidável brasileiro que foi o Presidente Getúlio Vargas. Na verdade, a partir das 14,30 horas, o Congresso Nacional irá prestar esta homenagem a Getúlio Vargas, no seu centenário de nascimento por refletir o sentimento majoritário da Nação brasileira àquele homem público, que, pela importância como se inseriu na História deste País, deixou um legado de verticalidade a modernização deste País. Getúlio Vargas, por três vezes, foi Deputado Estadual no Rio Grande do Sul; por duas vezes, Deputado Federal; foi ainda Ministro da Fazenda e Governador do seu Estado natal. Em 1930, aflora como figura maior de um novo tempo brasileiro, tão bem sintetizado nessas aspirações de modernização, com os levantes tenentistas de 1922, 24 e 26, e a inserção da classe média brasileira no processo urbano. Mil novecentos e trinta foi um marco-referência de que o Brasil deve muito orgulhar-se. Há de se destacar, Sr. Presidente, contudo, que, a partir de 1937, num movimento que tinha como fundamento a liberdade, a democracia e um novo tempo político neste País, inseriu-se no contexto político brasileiro, com o "Estado Novo", um estado autoritário e totalitário. E nós, que sempre nesta Casa nos manifestamos contra qualquer tipo de ação banidora da liberdade da sociedade, não podemos louvar o aspecto político daquilo que veio a ser os oito anos de "Estado Novo". Entretanto, Sr. Presidente, retornando à cena da vida política brasileira, a partir de 1950, Getúlio Vargas soube criar as condições objetivas para que os governos que se seguiram, como, por exemplo, o de Juscelino Kubitschek e os demais, pudessem dar o "grande salto" para a industrialização deste País, porque já existia a usina siderúrgica de Volta Redonda, porque já existia a Companhia Nacional de Álcalis, porque já existia a PETROBRÁS, enfim, porque já existia todo um nível de planejamento efetivo e eficiente, que se vai traduzir de maneira mais significativa a partir do seu segundo Governo iniciado em 1951. Com efeito, a Assessoria Econômica do Presidente Vargas, integrada pelos economistas Rômulo Almeida, Inácio Rangel e Jesus Soares Pereira, foi o germe da atual Secretaria de Planejamento.

Sr. Presidente, pelo muito que fez pelo Brasil e pela maneira triste pela qual findou seus dias, embora denunciativa de uma situação cujas ilações persistem na vida presente, neste Brasil de 1983, a Liderança do PMDB não poderia, nesta sessão do Congresso Nacional, deixar de registrar a sua grande satisfação, porque esta Casa hoje, em sessão especial, irá homenagear aquele que foi o grande descorinador de um Brasil novo. (Palmas.)

**O SR. JOACIL PEREIRA** (PDS — PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, dois ilustres Deputados ocuparam a tribuna para formular um apelo às autoridades constituídas, desde o Presidente da República e o Ministro do Interior, até aos Ministros militares, para que sejam tomadas medidas em favor do Nordeste. Eu me acosto a este apelo, repledio, embora, certas colocações. Venho da Paraíba e sei que, há, em verdade, um atraso no pagamento dos serviços de emergência. Mas justiça se faça, Sr. Presidente, Srs. Congressistas: nenhum Governo, em qual-

quer tempo, despendeu tanto em favor dos atingidos pelas secas no Nordeste como o Governo do Presidente João Baptista Figueiredo. E, no atual Governo, ressalte-se a atuação do Ministro Mário David Andreazza, figura queridíssima na região nordestina, justamente pela sua atuação permanente em favor daquela área sofrida de nosso País.

De sorte que, embora solidário com o apelo que levarei pessoalmente ao Ministro do Interior, que é a autoridade competente para recebê-lo, divirjo de certas colocações feitas pelos oradores.

No que diz respeito a um esboço de projeto elaborado pelo MEC sobre o ensino superior, gostaria apenas de dizer que não existe projeto algum. Há mero esboço sendo discutido pelos organismos técnicos, pelos órgãos das Universidades Federais em todo o País. Depois, voltará esse trabalho ao Conselho Federal do Ensino Superior, para só, então, ser encaminhado ao Presidente da República. E, se S. Ex.<sup>a</sup> concordar, será então a matéria convertida em projeto de lei.

**O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy** — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Deputado.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** (PT — SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) — O Partido dos Trabalhadores, de São Paulo, ontem à noite, tomou uma decisão importante. A bancada, após reunião com a direção executiva, resolveu não mais obstruir os debates que levariam à votação do nome de Mário Covas, para Prefeito de São Paulo, indicado que foi pelo Governador Franco Montoro. Essa decisão foi tomada sem ter havido qualquer negociação e sem a concessão de qualquer favor por parte do PT. São Paulo conta com 84 Deputados, dos quais 42 são do PMDB, inclusive o Presidente da Assembléia. Desta maneira o Presidente da Assembléia poderá votar como Deputado e como Presidente — duas vezes — no caso de haver empate, com o voto de minerva. A presença dos Deputados do PT fará com que haja **quorum** para votação. Assim, não dependerá de qualquer acordo ou negociação com o PTB, que esteve negociando o seu voto em favor de cargos. O Partido dos Trabalhadores votará não ao nome de Mário Covas, porque não aceita o processo indireto de votação. A nota do Partido dos Trabalhadores, enviada ontem à imprensa e que provocou uma revolução na Assembléia, segundo diz hoje o *Jornal da Tarde*, diz o seguinte:

“Ao enviar o nome de Mário Covas para a Prefeitura da Capital, o PMDB rompeu com a campanha pelas eleições diretas para o cargo. Essa posição é a mesma do PDS, que sempre procurou impedir a participação da população, em especial da classe trabalhadora das capitais, que é mais politizada. O nome do prefeito será aprovado na Assembléia Legislativa de qualquer maneira. E o caminho escolhido pelo PMDB para obter essa aprovação foi o da barganha de cargos com o PTB ao nível do Estado, no mesmo instante em que esse partido, ao nível nacional, adere ao governo do PDS. De passagem, é importante notar que o PDS, de modo oportunista e incoerente, busca fortalecer a barganha do PTB, contestando-se com eventuais sobras do acordo.

Dante desses fatos, a obstrução pela obstrução deixa de ter justificativa política, sendo ineficaz para impedir a aprovação do prefeito bônico, servindo apenas de instrumento para barganhas

inconfessáveis. Assim, a bancada do PT resolve posicionar-se na tramitação do nome do prefeito, sem nada negociar, cessando desde logo a obstrução e exigindo que a votação se faça pelo processo nominal, visando, com essa posição: 1) que o povo saiba, com clareza como votou cada Deputado; 2) que o PMDB assuma integralmente o ônus de trair a bandeira das eleições diretas, impedindo, mais uma vez, que o povo de São Paulo escolha o melhor programa e o melhor prefeito. A bancada do PT, finalmente, se mantém na sua posição inicial e reafirma que se coloca até o fim contra o processo de indicação do prefeito, sem qualquer consulta à população.”

Desta maneira, o Partido dos Trabalhadores vem conclamar todos os demais partidos nesta Casa para que, da forma mais rápida possível, vote pelas eleições diretas para prefeitos em todos os municípios, capitais, áreas de segurança e, também, para Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Moacyr Dalla) — Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 11 horas e 44 minutos.)*

## Ata da 99.<sup>a</sup> Sessão Conjunta, em 3 de maio de 1983

### 1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa Ordinária, da 47.<sup>a</sup> Legislatura

*Presidência do Sr. Nilo Coelho*

**AS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Aloisio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Adenbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Ca'mon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canellas — Gastão Müller — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Eneas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

### E OS SRS DEPUTADOS:

#### Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

#### Amazonas

Artur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

#### Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athaíde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

#### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amorim — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

#### Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Euclio Ribeiro — PDS; Jaime Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Victor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

#### Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Joaquim Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

#### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moisés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

#### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

#### Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aloísio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edmíl Tavares — PDS; Ermâni Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

#### Pernambuco

Airon Rios — PDS; Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Flauza — PDS; Ro-

berto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

#### Alagoas

Albírio Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Col'or — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

#### Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rolemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Seixas Dória — PMDB.

#### Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissón Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etilviro Dantas — PDS; Félix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medaúar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildálio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

#### Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Mirthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferreira — PDS.

#### Rio de Janeiro

Álvaro Valle — PDS; Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arlindo Teles — PDT; Bocayúva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Clemir Ramos — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Décio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galli — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio, Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

#### Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Casteljón Branco — PDS; Christóvam Chiaradá

— PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Reinald — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulce — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Oswaldo Murta — PMDB; Ozanah Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

#### São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior PTB; Felipe Cheide — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluhy Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Côdo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

#### Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

#### Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio de Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

#### Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Mar-

tins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB.

#### Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Góes — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moretta — PMDB; Ary Kiffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Mamede — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimaraes — PMDB.

#### Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Cacilda Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vainerlinde — PMDB; João Paganelli — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melo — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

#### Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rosseti — PDT; Nelson Marquesan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sival Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

#### Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

#### Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mazarildo Cavalcanti — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coêlho) — Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada a homenagear a memória de Getúlio Dornelles Vargas, pelo transcurso do centenário do seu nascimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora.

**O SR. VIRGÍLIO TÁVORA** (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tão gratificante quanto honrosa, a designação, por meu partido, de ser portador do seu sentir, no momento em que são comemorados 100 anos do nascimento de Vargas, traz-me, numa volta ao passado, um reencontro com vultos cujas imagens, com o correr do tempo, haviam já iniciado a se esmaecer.

Amigos ou inimigos, correligionários ou adversários, indiferentes ou interessados, todos nós, brasileiros, estamos vivendo a quadra de lembranças evocadas pela figura singular, talvez mesmo única, na política pátria, daquele muito eminente homem cujo centenário de nascimento ainda ecoa por toda a parte e que, num momento supremo, "deixou a vida para entrar na História".

Getúlio Vargas, na amplidão dos nossos fastos, é e será um nome imperecível.

Eu me permitiria, Srs. Congressistas, dizer que minha presença na tribuna, neste instante, é o fruto de uma compulsão. Não venho a um discurso, a uma conferência, a uma aula, a uma biografia; venho — repito, e permitam-me conversar comigo mesmo — reviver homens e fatos, relembrar incidentes e circunstâncias, recordar, saudoso, a minha mocidade e a longa caminhada que tive percorrido, com a modéstia de minhas forças, é verdade, mas com a constância do jamais abandonado desejo de ser útil ao meu povo e ao meu País.

O privilégio que o voto dos meus conterrâneos me outorgou enseja-me ocupar a mais alta tribuna do Brasil, leva-me à audácia de pedir a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, e a meus honrados colegas que me assistam, com o calor de suas presenças, neste desenrolar de fatos, homens e coisas em que, compulsivamente, insisto, se desdobram a minha inteligência e a minha sensibilidade.

Nascido e criado em berço político e militar, militar e político eu mesmo, por toda a minha vida, pago, ainda hoje, o preço de minha formação, de minha educação e do meu temperamento. Eis porque não poderia ver passar sem imensa emoção a efeméride do centenário do nascimento de Getúlio Vargas, cuja presença e atuação no cenário da nacionalidade tanto e tanto modificaram nossos hábitos, nossos costumes, nossa própria maneira de ser e de agir.

Seja-me lícito pequeno retrospecto:

Em termos de normalidade brasileira, os quinze anos que precederam a Revolução de 30 foram manifestamente anômalos.

A tranquila Presidência Wenceslau Braz, embora a I Guerra Mundial sucedeu o inesperado: o falecimento de Rodrigues Alves, eleito para sucedê-lo, e a ascensão meteórica de Delfim Moreira, cuja saúde praticamente o inibia para o exercício do cargo.

É público e notório que foi Afrânio de Melo Franco, o ilustre prócer mineiro, o virtual Chefe do Estado até a escolha de um novo dirigente efetivo.

O binômio Minas X São Paulo cindiu-se: e a solução encontrada, inédita na velha República. A Presidência foi entregue a um Estado pequeno, na figura de Epitácio Pessoa, compatriício de méritos invulgares, mas personalidade forte, ciosa de sua autoridade.

A política do café com leite, porém, reagiu. E sob o peso de sua força numérica e econômica impôs o retorno aos velhos moldes. Artur Bernardes, em meio a avalanchas de distúrbios civis e militares, estes animados por Nilo Peçanha, ambicioso de voltar, como efetivo, ao posto supremo, que ocupara por sucessão de Afonso Pena, Artur Bernardes, eu dizia, ocupou o Catete. Tão ou mais autoritário do que Epitácio, e talvez ainda mais cônscio da autoridade, Bernardes guardava mágoas derivadas das hostilidades que envolveram a sua candidatura e a sua campanha. Governou todo o seu tempo sob o estado de sítio, buscando, a qualquer preço, manter o poder civil e combater a influência militarista na política.

O movimento revolucionário que estourara em 1922 — explosão da bravura e do idea-

lismo de um pugil de jovens, da qual o Episódio dos 18 do Forte foi o exemplo mais dramático — debelado com o pulso firme e a inteligência lúcida do paraibano, recrudesceria sob Bernardes, com a Revolução do 5 de Julho, em São Paulo, sob o comando de Isidoro Dias Lopes, de Miguel Costa, de João Cabanas e de Joaquim Távora, cujo sangue generoso resgataria com seu sacrifício os erros de muitos. O tenentismo vinha formar ao lado da classe média em ascensão, entrecocando-se com as oligarquias agrárias. E a Coluna Prestes, consequência de uma semiderrota, de uma semivitória, entrou para a História do Brasil, faltando-lhe apenas um Xenofonte para torná-la conhecida no Orbe.

Cansado, o País recebeu com euforia a candidatura única de Washington Luiz, que bem governara São Paulo, e que parecia restaurar o curso da velha alternância de mineiros e paulistas.

Durou pouco o sonho do acordo entre mineiros e paulistas, ainda que o novo Presidente não tivesse de contar com os sucessos revolucionários que marcaram os governos de seus antecessores imediatos: o movimento dos 18 do Forte, a revolta da Escola Militar, em 22, e a rebelião de 24. E que o idealismo e os sonhos libertários e democráticos dos jovens militares de então, conhecidos na época como "o tenentismo", encontravam eco popular. E Washington Luiz, voluntaroso e tenaz, aferrado ao seu plano econômico e financeiro, sonhando com uma nova moeda — o cruzeiro — forte, lastreada e durável, não admitiu a alternância do poder e impôs, autocraticamente, a candidatura de Júlio Prestes, que ele mesmo já houvera feito seu líder na Câmara dos Deputados, primeiro, e, depois, Governador de São Paulo.

Minas Gerais, sob o Governo de Antônio Carlos, este virtual candidato natural à sucessão do paulista, reagiu. E reagiu lançando a candidatura de Getúlio Vargas, Presidente do Rio Grande do Sul e ex-Ministro da Fazenda de Washington. É notório que Washington Luiz se surpreendeu com a reação, que somava Minas, Rio Grande e a Paraíba e, mais, animava tanto todos os opositores de sempre quanto aqueles que, nos Estados, não se bafejavam das benesses das oligarquias reinantes. Ademais, força é acentuá-lo, o desequilíbrio havido no mercado interno dos Estados Unidos como resultante do "crack" da Bolsa, em 1929, arrastava para o fracasso todo o programa econômico-financeiro traçado pelo prócer paulista.

O Brasil de então estava amadurecido para as modificações reclamadas, sobretudo a transformação dos pleitos eleitorais, que eram uma vergonha nacional, em apuração correta e democrática da expressa vontade do povo. Afinal de contas, no sistema reinante, até mesmo os representantes da Oposição elegiam-se — para não dizer que eram nomeados — de acordo com o Governo.

A crise econômica interna, reflexo direto da crise norte-americana, somava-se ao ideário tenentista e compunha-se com as reivindicações de uma nova escola de políticos. Getúlio Vargas, governando o Rio Grande do Sul, era incensurável por Washington Luiz, de quem fora correto correligionário e seu Ministro da Fazenda. E Getúlio realizou o milagre, na histórica dissensão gaúcha, de reunir em frente única todos os seus conterrâneos, sob as bengões de Borges de Medeiros e de Assis Brasil. Como se isso não bastasse, o candidato sul-rio-grandense tinha o apoio maciço de Minas, com Antônio Carlos na sua Presidência, e da Paraíba, com a varonil figura de

João Pessoa. E contava com o suporte, material e moral, de líderes da importância de Epitácio Pessoa e de Artur Bernardes, chefe de prestígio incontestável.

Da tribuna da Câmara dos Deputados, já em 29, João Neves da Fontoura, que foi o principal tribuno da Revolução, anunciará que a Aliança Liberal ia para o prêlio das urnas, mas que, esbulhados pela ata falsa, e sufocados pela opressão, apelariam para o prêlio terrível das armas.

A eleição — como era de esperar-se — com 17 Governadores e o Presidente da República apoiando Júlio Prestes, contra três Estados, foi uma farsa. E o jovem paulista foi considerado eleito, reconhecido, e apresentou-se para a posse.

O caminho seria o apelo às armas. Getúlio, no Sul, tinha a seu lado um notável lugar-tenente — Osvaldo Aranha, talento singular e util, grande organizador e grande de encantador, capaz de aglutinar dedicações e entusiasmos. E contava, no campo militar, com o concurso de Pedro Aurélio de Gois Monteiro, oficial superior, moço, inteligentíssimo, havido como, na época, a melhor cabeça do Exército. E os gaúchos eram, tradicionalmente, grandes guerreiros.

E, pelo Brasil afora, a pregação sustentada, antes na Câmara, e, depois, nos concílios, por homens como Neves da Fontoura e Luzardo, José Bonifácio e Adolfo Bergamini, e ampliada no calor e entusiasmo dos jovens militares, levantou o País. No Norte, sob a liderança de Juarez Távora, o campo estava arado, semeado e regado com a pregação tenentista.

Era a hora da colheita, que veio rápida e fulgurante, dirigida pela figura carismática e risonha de Getúlio Vargas, um homem que, a esse tempo, não tinha nem inimigos.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, permitem-me que continue nas minhas reminiscências, que imperativamente se impõem à minha memória e à minha sensibilidade, ainda que desordenada e desataviadamente.

Era o fim do que se chama "a República Velha".

Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas assumiu o poder e organizou o seu Governo, fechado o Parlamento e estabelecida a ditadura, fato comum às revoluções vitoriosas. O Brasil político e o Brasil popular, de então, esperavam viver apenas um hiato constitucional, até que as reformas reclamadas se assentassem e regressássemos ao Estado de direito. Mas, o grande chefe gaúcho tinha planos e programas, sociais e econômicos, que punha em primeiro plano, e não tergiversou em pô-los em execução.

A política trabalhista, cujas bases daí datam, pode-se dizer, com o auxílio da ação e visão de Lindolfo Collor, constitui seu maior apanágio. Getúlio Vargas, ao demais, possuía a formação, naturalmente, caudilheira e se influenciara pelo sucesso que o fascismo representara na Itália, onde Mussolini lograra a ordem, a unidade e o progresso de uma nação antes batida por todas as dificuldades. E, além disso, fora sempre um borgista histórico, que vivera e fizera política nos moldes da Constituição positivista e autoritária do Rio Grande, vendo Borges de Medeiros governar, quase discricionariamente, por um quarto de século.

Prestigiado, por outro lado, pelos "tenentes" que ocupavam as Interventorias, o Chefe procrastinava a convocação de eleição para uma Constituinte. A execução de suas idéias seria mais rápida sem o crivo do Senado e da Câmara. O "deixa estar para ver como é que fica" convinha-lhe,

mas desagradava os civis que foram marginalizados. São Paulo, sobretudo, exasperava-se com as delongas. E sofria com a sua ausência do Poder.

Era inevitável senão uma anti-revolução, pelo menos um movimento que buscasse a reconstitucionalização do Brasil.

E eclodiu, eu diria necessariamente, a Revolução Constitucionalista de 1932, quando São Paulo tomou das armas exigindo a normalidade da vida legal. Confidados no seu poderio populacional e econômico-financeiro, nas suas tradições e nos seus vultos públicos, os paulistas partiram para a luta sem buscar praticamente alianças. Nenhum mais eloquente testemunho do que este escrito pelo General Euclides Figueiredo, o virtual comandante militar do Movimento de 32:

"Falhamos no ponto em que deveríamos concretizar todos os brasileiros, ou a maioria deles. Erro da Conspiração, em grande parte devido à presunção de que, sendo a causa tão justa e por ser o grande Estado que se punha em arma, todas as demais Unidades da Federação o acompanhariam. Por este erro, o de não termos sabido transformar em ação os anseios, as esperanças, as aspirações vagas do Brasil democrata, todos nós fomos responsáveis."

Getúlio sufocou o belo movimento; mas, clarividente, foi de encontro aos seus objetivos, confirmando o chamado do povo às urnas para eleger os Constituintes que teriam de promulgar a Constituição de 1934. Cercado da simpatia e da confiança popular, força é confessá-lo, o Chefe do Estado trouxe impor no Congresso a representação classista, elegendo, com isso, 40 deputados, que lhe eram absolutamente fiéis, e que vieram engrossar as bancadas amigas, eleitas com a ajuda dos inteventores de sua confiança.

Foi fácil a Getúlio, já duas vezes vencedor, no campo da luta armada, influenciar decisivamente a Constituinte eleita, ainda que dela participassem grandes nomes da Oposição. Influência que se fixou no texto da Lei Maior, que aprovou todos os atos da ditadura e que elegeu Getúlio Presidente constitucional.

O povo, em que pese à pressão oposicionista, recebeu com alegria o triunfo do caudilho, pois este inovara, e muito, no campo da legislação e da prática dos temas de apelo público, sobretudo no que tange às férias, aos direitos do trabalhador, à previdência social. Getúlio era, incontestavelmente, uma figura popular e querida.

Mas o Brasil se ia modificando, por força de acontecimentos internos e externos. Aqui dentro, com a nova Constituição, grandes figuras políticas voltaram ao palco, como, por exemplo, Otávio Mangabeira, tribuno magnífico. Lá fora, acompanhando a evolução do fascismo, Hitler empolgava o poder na Alemanha, e o pensamento político das direitas projetava-se no orbe inteiro, contrastando com o comunismo, sempre expansionista. Nós, os brasileiros, víamos-nos divididos entre os democratas — getulistas ou não — e os integralistas de Plínio Salgado e os esquerdistas de Luís Carlos Prestes.

Getúlio Vargas consolidara o seu poder, pois que, praticamente, lograra fazer de seus inteventores os governadores dos seus Estados, quase que com a mesma facilidade com que passara de ditador a Presidente.

O reencontro com a legalidade eliminou da nossa vida a presença da censura e da repressão policial. Homens e idéias circulavam livremente. Jornais, revistas, teatro e rádio serviam a todos os interesses. E parecia que seria fácil a Getúlio Vargas, quanto mais divididos os antagonistas, mais fácil governar.

Súbito — mancha indelével nas páginas da nossa História — a残酷 sangrenta do golpe vermelho de 35, quando os comunistas, logrando empolgar um pugilo de jovens militares, tentaram, pela via sinistra da traição e do assassinio a sangue frio, apossar-se do Governo.

Neste instante, amparado na legalidade e sustentado pela opinião pública e pelo Exército, Getúlio firmou-se como o grande dominador. Talvez — quem o saberá? — nasceu aí a idéia do continuismo, no Estado forte.

Página negra em nossos fastos entra em cena — o chamado Plano Cohen, forjado pela mente doentia de um fanático, seguidor das idéias fascistas naquela época dominantes em parcelas ponderáveis de nossas elites.

Diz R. Magalhães Júnior, no seu "Getúlio Vargas — O Julgamento da História".

"Sem o Plano Cohen e a decretação do novo Estado de Guerra, não só o General Flores da Cunha não teria tão facilmente sido aliado do Governo do Rio Grande do Sul, nem o Estado Novo seria proclamado com tanta facilidade."

Como surgiu e foi utilizado esse falso documento?" Há versões as mais diversas a respeito.

O certo é que, com a sua confecção nada teve a ver o Presidente Vargas — diga-se em abono da verdade.

O Congresso, embora com o protesto veemente de muitas figuras eminentes, deu ao Governo o "estado de guerra", que levou à prisão de parlamentares, de civis e militares, de líderes esquerdistas e direitistas. E que levou, por fatalidade histórica, agravada pela incompreensão da hora que viviam, sobretudo por parte de José Américo de Almeida e de Armando Sales de Oliveira, ao Estado Novo.

Concordo, Srs. Congressistas — e era muito moço, contra este me postei e fui preso, então — em que o povo e a Nação receberam o fechamento do Congresso, a nova Carta e a permanência de Getúlio mais do que com naturalidade: como um alívio.

Sereno e cordial, afável e risonho, impondo-se à simpatia popular, Getúlio se transformou tranquilamente, com os poderes imensos que a si mesmo se outorgara, no ditador suave, aceito pela docura do seu temperamento, pela tranquilidade do seu porte altivo e nobre, mas de imenso apelo popular.

No inicio de 1938 — logo depois do 10 de novembro — era difícil a nossa posição no cenário mundial. Na Europa, Hitler cada vez mais exigente, impunha o peso de suas ambições, secundado pela empáfia conhecida de Mussolini. E um e outro tinham de haver-se com uma França batida pela politíquice e com uma Inglaterra a braços com terríveis problemas coloniais e internos. Os Estados Unidos, recém-saídos de uma crise interna, não tão grave quanto a de 29, mas ainda assim séria, pouca ajuda nos vinha, quando as nossas necessidades de intercâmbio eram as mais urgentes.

Esta situação deu ensejo a que uma tentativa de instalação de um Nazismo Caboclo — o integralismo — se materializasse com o malogrado assalto ao Palácio Guanabara, o que veio mais ainda consolidar a posição de Vargas.

No entanto, não era fácil a Getúlio Vargas, num mundo conturbado, conduzir nossa política externa. Os escolhos eram muitos; muitas eram as necessidades e as justas ambições do Brasil a resguardar. Terá sido este período a única estação verdadeiramente dúbia de Getúlio, que, ao contrário

do que muitos levianamente proclamam, era um homem afirmativo. Inteiramente afirmativo.

Vargas, paradoxal que pareça, queria uma democracia em que se tratasse desigualmente os desiguais, protegendo-se os economicamente inferiorizados.

Por isso sempre defendeu a intervenção do Governo no domínio econômico.

Disse, em "A Nova Política do Brasil":

"O Estado deve assumir a obrigação de organizar as forças produtoras, para dar ao povo tudo quanto seja necessário ao seu engrandecimento como coletividade."

Tanto sustentava a "justa distribuição dos bens da terra", como combatia as exacerbações nacionalistas das nações fortes, afirmando:

"Passou a época dos liberalismos imprevidentes, das demagogias estéreis, dos personalismos inúteis e semeadores de desordens. A democracia política substitui a democracia econômica, em que o poder emanado diretamente do povo e instituído para a defesa do seu interesse, organiza o trabalho, fonte de engrandecimento nacional e não meio e caminho de fortunas privadas."

Afinal, explodiu o novo conflito mundial, de que fomos, primeiros, mais ou menos neutros; depois, parte e vítima. Após, colhemos os frutos democráticos.

É dessa época sua grande obra no campo social: a instituição da Justiça do Trabalho.

Do confronto da Liberdade com o Despotismo, dos aliados contra o Nazi-Fascismo — reafirmei — frutos colheu o Brasil, e posso citar, entre outros, o marco da nossa indústria pesada: a verdadeira marcha para o progresso com a vitoriosa instalação da Siderurgia de Volta Redonda, a se efetivar anos depois.

Não tendo cumprido os preceitos que impusera ao País na Carta de 37, ou não se havendo legitimado através do plebiscito, Getúlio, que pudera ter referendado a sua Carta e, certamente, se haver elegido para um novo mandato, não teve como resistir ao influxo do regresso dos nossos pracinhas, que, vitoriosos, exigiam o reencontro do Brasil com a vontade popular, expressa em urnas livres.

O Manifesto dos Mineiros, assinado por Artur Bernardes, Odilon Braga, Pedro Aleixo, Adolfo Berganini, Milton Campos, Magalhães Pinto, Virgílio de Melo Franco e mais de oitenta personalidades famosas, que invocava a Carta do Atlântico para atender à aspiração de Minas na Comunhão Brasileira — uma democracia liberta do Liberalismo burguês, além de uma plena democratização da economia — foi o início de uma nova fase na vida do País.

De um a outro extremo do País, as idéias de redemocratização se impuseram. Getúlio aquiesceu, sem ceder. Tendo legislado sobre o ansiado pleito, acedeu ao movimento "queremista"; concordou com a idéia da Constituinte com Getúlio. Mas a vontade de mudar, depois de oito anos de indiscutível poder pessoal, foi mais forte.

O 29 de outubro de 1945, que arrancou Getúlio do poder, contou com a soma de todos os contrários, salvo as inevitáveis exceções. As parcelas mais ilustradas de tal soma chamavam-se Eurico Dutra e Eduardo Gomes, um e outro candidatos à Presidência pela legenda que os abrigara. E, deposito, o Ditador rumou para os pagos. Mas levava com ele o carisma de uma sagrada invulgar. Ferido o pleito, logo depois, o povo dava a Getúlio duas cadeiras de Senador

e oito de Deputado. O exilado da força não era o exilado da vontade do voto.

E cumpre assinalar que foi o seu concurso positivo, a sua palavra de ordem, o seu comando a velhas dedicações o fator decisivo da vitória de Dutra sobre o meu candidato, Eduardo Gomes.

O grande pajé gaúcho veio ao Rio e empossou-se do mandato por que optara, cumprindo a vontade popular. Mas não quis imiscuir-se na nova ordem. Cedo regressou, em exílio voluntário, ao seu solar de São Borja, aparentemente desinteressado e alheio à reconstitucionalização e à formulação política do País. O mago tirava férias.

Gosto de repetir que o Marechal Eurico Dutra, foi um grande Presidente. Teve a visão do estadista, teve o sentido da ordem, teve o amor da legalidade constitucional. E possui, sobretudo, o sentido da união nacional, que promoveu com entusiasmo, com dedicação e com humilde patriotismo. Mas Eurico Dutra não era, nem nunca foi, político. Perdeu, tanto por inexperiência quanto por falta de gosto, o comando da sua sucessão, num país pulverizado em mais de uma dezena de legendas partidárias, muitas delas, forçoso é confessá-lo, de aluguel.

O exilado tecia na solidão de São Borja a teia do seu regresso triunfante, calcado nas divisões que rompiam a unidade do partido majoritário e, por que não dizê-lo, inviabilizavam, por vacilações infelizes, o maior partido da Oposição. Adhemar de Barros não tinha a retaguarda coberta e, pois, não podia caminhar sozinho. Era fatal a aliança dos populistas, como seria fata, a derrota de governistas e oposicionistas. E Getúlio voltou, triunfalmente, conduzido pela massa à curul do Catete.

Mais uma vez o combati neste campo — gostaria de dizer a V. Ex. as, que agora estão na vida pública.

O Brasil era um campo minado por todas as incompreensões. A massa pessedista correu para o ídolo restaurado, somando seus votos e sua força aos populistas vitoriosos.

A minha UDN, a minha tão querida e saudosa União Democrática Nacional, inconformada com o resultado das urnas — que, insisto, foram livres, ainda que mal avisadas — batida internamente por muitas correntes diversificadas, tomou parte saliente numa luta que eu, hoje, considero desesperada e inglória, contra Getúlio, sua posse, e sua presença na vida pública.

Errando na formação de um, por ele chamado "Ministério da Experiência", por seu cognome já fraco, com um carinho todo especial pelo Nordeste, a quem socorreu nas secas inclementes de 1932, 1942, e agora o fazia entre 1951 a 1953, teve como ponto alto de seu último e atribulado mandato a criação da PETROBRÁS (Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953), do Banco do Nordeste do Brasil, e a proposta de instituição da ELETROBRÁS.

Os "tempos, porém, eram outros": a saída de João Goulart do Ministério do Trabalho e o Manifesto dos Coronéis já o most travam.

Carlos Lacerda, o genial panfletário, o Deputado cuja presença na tribuna era um espetáculo memorável, o jornalista sem meias medidas, pôs a funcionar a sua "metralhadora giratória" com a inexgotabilidade de seus recursos de orador e de escritor. Criava-se o clima para a luta feroz, que desaguaria em dois episódios tristemente célebres.

Agora, em 54, era a Marinha de Guerra, por seus jovens capitães-tenentes, a guarda

avançada da Oposição. Logo a ela se juntaria a Aeronáutica. Foi grande a comoção quando explodiu o fato: Carlos Lacerda fora alvejado por sicários e, com ele, foi morto um promissor oficial da Aeronáutica. Ateara-se fogo ao estopim muito curto de uma bomba de alto poder explosivo.

A presença de marginais no atentado, marginais, porém, a serviço da guarda pessoal do Presidente, embora sem que Getúlio Vargas tivesse disso conhecimento, funcionou como fermento que fez o pão da revolução crescer.

O poder se deteriorou, ainda que ninguém, nem mesmo os mais acerbos inimigos, culpasse pessoalmente o Presidente pelo clima surgido.

Osvaldo Aranha, Tancredo Neves, Amaro Peixoto, entre outros, foram exceções: os amigos desapareceram.

Não havia senão duas soluções: ou a ditadura, com Getúlio, ou a deposição do Presidente. E as Forças Armadas, já unidas e coesas nos seus três ramos, não aceitavam a ditadura.

Getúlio Vargas, sempre imprevisível, encontrou uma terceira solução: o tiro com que, varando o coração, inscreveu seu nome, pela eternidade, na História do Brasil.

Getúlio, homem que era, não podia posar de santo. Teve os defeitos que são comuns aos humanos. Mas teve, em larga porcentagem, as virtudes, e estas não são assim comuns.

Getúlio desamava a vingança e cultivava o perdão. Eu diria mesmo que Getúlio era mais do esquecimento que da anistia, o que é muito mais do que o perdão sem o esquecimento.

Ai fica, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta minha desataviada oração, que é mais, muito mesmo, um simples depoimento, talvez prestado apenas para mim mesmo.

Se vim conversar comigo, ante presenças tão ilustres e tão respeitáveis, repito que, ao aceitar a incumbência de meu partido, obedeci a um impulso irresistível, a uma força que não pude, nem quis conter.

Fui — como Dinarte, aqui presente, este, uma das últimas testemunhas daqueles tempos idos — com intermitências de ausência, amigo pessoal do grande morto, e um e outro também fomos, larga e longamente, seus adversários políticos.

Não é como amigo pessoal, nem como combatente em campo oposto, que monólogo em público. Faço-o como brasileiro, como brasileiro que sabe e que sente o valor da presença de Getúlio Vargas nos fatos da nossa vida pública.

E da tribuna deste Plenário, que ele honrou e dignificou, ousou convidar a todos a prostarem-se diante da memória de quem, como nenhum outro, mudou o curso da História pátria. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Srs. Congressistas, a Presidência registra honrosamente a presença dos familiares do homenageado desta tarde, o saudoso Presidente Getúlio Vargas, que estão no recinto desta Casa assistindo à presente sessão.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

**O SR. NELSON CARNEIRO** (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente Nilo Coelho, Sr. Presidente Paulino Cícero de Vasconcellos, Sr.ª Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Sr.ª Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco, Deputada

Ivete Vargas, Srs. Deputados, Srs. Senadores, minhas Senhoras e meus Senhores.

"Os golpes da adversidade — disse Renan — são muito amargos; não são porém estéreis." A vida política de Getúlio Dornelles Vargas, talvez mais do que a de outrem neste século, foi marcada também por golpes de adversidade e deles recolheu, muitas vezes, o proveito da amarga experiência. A convocação da Assembléia Constituinte, em 1933, respondia ao sacrifício dos idealistas, concentrados em São Paulo e igualmente espalhados por todo o País. A decretação da anistia tendia a apagar excessos praticados. A presença do Brasil nos campos e nos céus da Itália, desnorteava os que o acusavam de partidário dos países agressores. O silêncio de São Borja calava o clamor dos que o desuseram. 1950 corrigia 1937. Sua decantada habilidade foi realmente a de aceitar os revezes para deles apreender a receita do sucesso, até que isso não foi mais possível. Importante é assinalar, entretanto, que, havendo dirigido o País por tantos anos em períodos de arbitrio, ao caminhar decidido para a morte, estava aureolado pelo voto direto e secreto do povo, reunido sob a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro, que fundara em hora de feliz inspiração. E, no momento derradeiro, certamente pensaria com Young: "A verdadeira felicidade está na paz da alma."

Assim, à data de seu natalício, que hoje recordamos, ligou indissoluvelmente a do final inesperado, que a Nação, acima de partidos e ideologias, unanimemente lamentou.

Traço indelével na biografia de Getúlio Vargas foi, entre muitos, sua preocupação em dotar o País de dispositivos legais que, superando restrições e preconceitos descabidos, estendessem a proteção do Estado à mulher e ao menor. Creio que esse aspecto não vem logrando merecido relevo ao ensejo das comemorações do centenário de seu nascimento, e que têm, nesta solenidade, seu ponto mais alto, eis que aqui se congrega a Nação inteira, vinda de todos os recantos da Pátria, os velhos colaboradores e os antigos adversários, e muitos que não viveram os tempos tumultuosos, encerrados bruscamente a 24 de agosto de 1954, dando início a outra época, em que a figura controvértida do ex-Presidente entrou definitivamente na História, como ele próprio previra em seu documento derradeiro.

Na campanha eleitoral, Getúlio Vargas anunciara o voto feminino, velha aspiração a que estão perenemente ligados os nomes de Juvenal Lamartine e José Augusto. Já o tempo apagara os riscos e apartes que tentariam interromper, na primeira Constituinte, a reivindicação de César Zama: "Aceitando a República democrática, exijo-a com a sua condição indispensável, com o sufrágio universal e direto, tão universal que até às mulheres se estenda o direito de tomar parte no festim político." Hoje, esse eleitorado é tão numeroso, se não é maior, do que o masculino. E afinal, a mulher comece a compreender que seus interesses e direitos serão, ou devem ser melhor expostos e defendidos pelas representantes femininas, nas Câmaras políticas, nos sindicatos, nos órgãos executivos, onde quer que se torne necessário.

A assistência à mulher casada e a seus filhos figurava no Código Civil de 1916. Getúlio Vargas teve olhos para a realidade brasileira, para o desamparo das mulheres, unidas pelo amor e pelo sacrifício, e muitas abrigadas apenas sob as generosas bénçãos da religião. Todos os novos estatutos legais visaram a assisti-las, na hora da viuvez. Se é certo que o Decreto n.º 22.016, de 1932,

que regulamentou a execução dos socorros médicos e hospitalares nas Caixas de Apoio-sentadoria e Pensões, incluía entre os beneficiários do contribuinte "outro parente do sexo feminino", e o Decreto n.º 22.872, de 1933, estendia o manto diáfano sobre "determinada pessoa", que vivesse sob a dependência exclusiva do associado, logo o Decreto n.º 24.637, de 1934, rasgava os véus, ao afirmar: "Para os efeitos desta lei, equiparam-se aos legítimos os filhos naturais e, à esposa, a companheira mantida pela vítima, que hajam sido declarados na carteira profissional". Não tardou que a jurisprudência entendesse que, na falta dessa afirmação, nada obstava a que por outros meios de direito se produzisse a necessária prova. Já o Decreto-lei de n.º 7.036, de 1944, foi mais explícito: "Para os efeitos deste artigo não haverá distinção entre os filhos de qualquer condição, bem como terá os mesmos benefícios do cônjuge legítimo, caso este não exista ou não tenha direito ao benefício, a companheira mantida pela vítima, uma vez que haja sido declarada como beneficiária em vida do acidentado, na carteira profissional, no registro de empregados, ou por qualquer outro ato solene de manifestação da vontade."

Se assim foi na legislação previdenciária, a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, considerava de ordem pública a proteção ao labor feminino, assegurava à mulher igualdade de remuneração paga ao homem, dispunha sobre a instalação de creches nos locais de trabalho, amparava a associada grávida e punia injustificadas discriminações por motivo de sexo.

Também no Direito Civil, a preocupação de amparo à mulher e ao menor explica o Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941, rasgando novos horizontes nas trevas que se iam dissipando em consequência de uma legislação cautelosa, mas constante, e acabaria por desaguar, estimulada por lúcido julgado do Supremo Tribunal Federal da lava do Ministro Castro Nunes, no Decreto-lei n.º 4.737, de 1942, e viria a possibilitar o reconhecimento dos filhos havidos de relações adulterinas, ao assegurar aos que não pediram para nascer o direito ao reconhecimento de sua filiação, depois ampliado pela Lei n.º 883, de 1949, e mais tarde pela de n.º 6.515, de 1977.

Vale recordar que, em 1942, há quatro décennios, o recenseamento apurara a existência de 15,1% de mães que nunca se haviam casado, ou seja 673.102, com 2.712.918 filhos nascidos vivos.

A alteração legislativa já se poderia prever, aliás, desde a Carta de 1937, que equiparava aos legítimos os filhos naturais, revogando afinal absurda distinção legislativa.

Quando da votação da primeira emenda constitucional, visando a possibilitar o divórcio, Getúlio Vargas era o Presidente da República. Fácil será imaginar-se o mundo de pressões que teria sofrido para derrotar a proposição. Sua atitude, com mais de um quarto de século depois, a do Presidente Ernesto Geisel, foi modelar. A decisão era da responsabilidade exclusiva do Congresso, não estava sujeita à sanção ou veto do Executivo. Assim, instruiu seu líder, e Gustavo Capanema, das mais nobres e brilhantes expressões da vida pública de nosso tempo, honrou a orientação recebida. Pessoalmente antídiovorista, a ninguém pediu voto, e abandonou sua cadeira na primeira fila para não influir, de algum modo, na decisão da Câmara dos Deputados.

As lutas políticas cedo me afastaram de Getúlio Vargas, eu que, aos dezenove anos, pregava na praça pública a Aliança Liberal

numa Bahia justificadamente interessada em elevar seu inclito Governador, Vital Soares, à Vice-Presidência da República, depois da injusta punição que, infelizmente, e desde Manoel Vitorino, se tem prolongado até hoje, condenada a velha província a não contar com um de seus filhos ilustres nos postos supremos da Nação. E a última vez que encontrei o Presidente, pouco antes de sua morte, no Palácio Itamarati, em uma reunião da Comissão Interamericana de Mulheres, me estendeu amavelmente a mão, protestando, com um sorriso, contra minha invasão em seu eleitorado feminino...

Perdoar-me-ão V. Ex. as se não lhes falo da Companhia Siderúrgica, da PETROBRÁS, da ELETROBRÁS, de muitas outras iniciativas, a cada momento recordadas, durante os anos que coube a Getúlio Vargas dirigir os destinos do País. Entre tantas facetas, de uma vida marcada por triunfos e revéses, busquei aquela que me pareceu pouco exaltada entre tantas, e a que deram especial relevo, pela devoção aos menores desvalidos, sem indagar de sua cor ou filiação, primeiro D. Darcy Saramago Vargas, e depois sua então colaboradora, e até hoje, e Deus permita por muito tempo, quem lhe recebeu a herança de humanidade e amor, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que é nesta solenidade o depoimento vivo, palpante, permanente de Getúlio Dornelles Vargas. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Lustosa.

**O SR. PAULO LUSTOSA** (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, D. Alzira do Amaral Peixoto, Deputada Ivete Vargas, D. Celinha Moreira Franco, é próprio, é justo e é merecido reverenciar Getúlio, o estadista que foi grande não apenas na dimensão de seu tempo, mas que, mesmo pensado à luz do hoje e de seus valores, representa, ao lado de Juscelino, Castello e Figueiredo, as mais expressivas figuras da vida política nacional, máxime do período republicano.

É não somente oportuna mas acima de tudo válida a homenagem diante das circunstâncias e das dificuldades que hoje experimentamos, tanto no campo econômico como no social e que têm semelhanças com aquelas vividas nos anos trinta.

Tal analogia entre situações passadas e presentes ganha ainda maior significado quando localizamos semelhanças entre a visão histórica demonstrada por Getúlio em seu tempo e a mesma capacidade de antecipação que vem demonstrando o Presidente Figueiredo na condução das questões político-institucionais internas e na segura e independente política externa.

Pretender julgar Getúlio é como pretender julgar a História, de tal modo seu nome está incorporado a um longo período da República. É vão o esforço dos que procuram reduzir esta grande figura que dominou meio século da História do País a atos isolados, a pronunciamentos ou a episódios maiores ou menores ocorridos desde a Revolução de 30 até o seu desaparecimento, em 1954.

Getúlio, assim como a História, é multifacetado. E a grande dificuldade de seus críticos e de seus biógrafos é justamente compreender esta multiplicidade, sem cair na ingenuidade de considerá-la incoerência, ou contradição, ou inconsistência. De fato, como entender que o mesmo Getúlio que combateu vigorosamente a corrupção eleitoral da República Velha, a ponto de liderar a Revolução de 30 que estabeleceu o voto secreto, foi o mesmo Getúlio que anos depois decretaria o Estado Novo e o con-

sequente banimento das atividades político-partidárias?

As aparentes contradições não param aí. O esmagamento da recém-criada República oriunda da Constituição de 1934 não impediu o ditador de 1937 de realizar grandes reformas que beneficiaram os trabalhadores e modernizaram a economia nacional.

O fato é que, a exemplo de outros estadistas, Getúlio foi um homem que dedicou sua vida à causa pública e nessa entrega soube sintonizar-se permanentemente com as tendências históricas, incorporando idéias, experimentando alianças, ultrapassando etapas, tendo, porém, sempre no seu horizonte designios bem claros: o interesse nacional, a modernização da sociedade, a promoção do trabalhador.

Assim como tantos brasileiros, escutei pelo rádio na voz de Carlos Frias a notícia trágica que abalou o País nos idos de 1954. Tinham nove anos, e a voz emocionada do locutor impressionou-me vivamente. Entendia que algo de muito grave se passara, pois minha família, e, sobretudo, meu pai, era incondicional admirador de Getúlio Vargas. Eu não tinha uma dimensão precisa do estadista, a não ser a dimensão afetiva, visto que havia sido contagiado pelo getulismo que mobilizava integralmente a classe média e trabalhadora da qual sou oriundo.

Só muitos anos mais tarde é que pude também compreender as outras dimensões de Getúlio e percebi que não era um, mas vários: O Getúlio das leis trabalhistas, o Getúlio da Siderurgia Nacional, o Getúlio da PETROCBRÁS, da ELETROBRÁS, o Getúlio da causa nordestina, o Getúlio da Revolução Tenentista, o Getúlio do Estado Novo e o Getúlio Presidente Constitucional. Quando criança, talvez tenha assimilado apenas uma das faces do estadista: o pai dos pobres, o Getúlio que eletrizava as multidões de trabalhadores. Com a idade da razão pude verificar que, ao longo de sua fulgurante carreira política, o "pai dos pobres" era a face populista de Vargas, atrás da qual conviviam o sagaz negociador, o vibrante patriota e o obscurado pelo progresso de seu País. Um homem com a visão universal dos problemas, com a noção precisa da condição humana de suas aspirações e de suas vicissitudes.

Muitos foram os seus julgadores enquanto viveu. E, no seu ocaso político, não foi poupadão pelas impiedosas valquírias, que, percebendo sua disposição para a tolerância e para o integral respeito à ordem constitucional, viram neste estado de espírito uma debilidade e massacram-no, muitas vezes, com calúnias e impropérios. Mas o julgamento do estadista pelos seus contemporâneos raramente é justo. Ou ele é exaltado sem medidas pelos seus partidários, ou, então, é condenado sem apelo nem atenuantes pelos adversários.

Os amigos, como Tancredo Neves, ao definirem o seu perfil, falam da "integridade do seu caráter, do seu patriotismo inexpugnável, do seu zelo indormido pela sorte do povo, na sua integral identificação como o Brasil". Os seus adversários reconhecem-no como "um estadista mas só ao seu tempo. Um grande líder carismático, mas marcado pela ansia desmedida de poder e de glória, pela capacidade incomum para combinar nobreza com impiedade, pelo seu malabarismo proverbial e a sua formação conservadora e antiliberal, fruto do positivismo castilhista".

Ao nosso ver Getúlio Vargas é tudo isso e muito mais. Pensamos que, por mais paradoxal que possa parecer, tanto seus adversários quanto seus amigos estão certos, porque perceberam aspectos isolados da sua rica personalidade, traços que lhe permiti-

ram apresentar-se sob a forma de múltiplos avatares, o que bem caracterizou estadistas de todos os tempos. Tanto é que, mesmo nos dias de hoje, tantas correntes políticas distantes ideologicamente entre si reclamam-se de Getúlio. Da direita, passando pelo centro, à esquerda, todos têm o "seu" Getúlio. Há os que apenas reconhecem o Getúlio que trabalhou vigorosamente para implantar uma política social voltada para a defesa do interesse dos trabalhadores. Outros, identificam-se com o Getúlio nacionalista, que soube com habilidade impressionante criar uma política externa independente e reduzir a dependência econômica do País durante o período que vai de 1930 até a Segunda Guerra. Já outros lembram-se de Getúlio como o grande líder revolucionário de 1930 que encerrou a política sucessória do café-com-leite — alternância na Presidência de mineiros e paulistas. Conservador para uns, progressista para outros, corporativista para outros tantos, Getúlio nesta multiplicidade assemelha-se a outro grande estadista que a História não esquecerá: Charles De Gaulle. Também originário de família tradicional, durante a guerra de libertação da França ocupada pelos alemães aliou-se à Resistência, então composta por correntes que se reclamavam das mais diversas ideologias: liberais, conservadores, socialistas, radicais, comunistas e realistas. Entretanto, naquele momento o que estava em causa era a dignidade nacional, vilipendiada pelo ocupante nazista. Por este motivo, os resistentes esqueceram momentaneamente suas divergências ideológicas para lutar pelo ideal comum da libertação nacional. E em seguida à libertação em 1944, De Gaulle governou com os diversos partidos, em um governo de salvação nacional que, em seguida, deu lugar à normal alternância no poder das várias correntes representativas da opinião. De origem conservadora e considerado como homem de confiança das alas centro-direitistas da França, De Gaulle realizou, no entanto, um Governo altamente democrático e popular que assegurou aos trabalhadores franceses um nível de bem-estar que muitos países, ditos socialistas, jamais atingiram. Hoje, as várias formações políticas se apropriam cada uma de um De Gaulle diferente: há os gaullistas radicais, de centro, de direita e de esquerda. Getúlio Vargas também produziu este mesmo fenômeno, ao realizar nas várias etapas de sua vida pública diversas políticas que aparentemente oscilavam de modo incoerente, mas que respondiam, na realidade, sempre à necessidade histórica. Quem pode entender, por exemplo, senão o historiador sensato, por que Carlos Prestes, atrozmente perseguido durante o Estado Novo, iria aliar-se, às vésperas da queda da ditadura, ao movimento "constituinte com Vargas"?

Cinismo, malabarismo, maquiavelismo, jogo de cintura, são muitos os atributos às vezes depreciativos, às vezes exaltantes com que se procura classificar Getúlio. Nós, no entanto, vemos nesta aparente incoerência de posturas um caráter talhado para a condução do poder. Vemos aí o homem dotado de uma aguçada sensibilidade para compreender os rumos da História e para perceber o momento exato em que deve intervir para direcioná-la no sentido do interesse nacional.

Não foram poucos os políticos que por momentos se afastaram de Getúlio após uma decisão sua que julgaram prejudiciais aos interesses da Pátria e da Liberdade e que tempos depois com ele se reconciliaram ao perceberem o alcance no futuro de tais decisões. Não muito longe de nós, no tempo e no espaço, tivemos uma dessas reconciliações, passados quase quarenta anos depois de sua morte, quando o Presidente Figueiredo, cujo pai, o Gen. Euclides foi pri-

soneiro do Estado Novo, simbolicamente reconciliou-se com Getúlio, na pessoa da filha do estadista, D. Alzira Vargas.

A verdade é que Getúlio Vargas, que nos deu sua vida e sua morte, continua presente na nova vida política, através das grandes conquistas nacionais nos campos econômico, político e social e, também, através do grande exemplo que continua a inspirar as gerações de dirigentes que se sucedem no cenário político nacional. A magnanimidade, o espírito público, o interesse da coletividade, acima do interesse partidário, são características de Getúlio que tornamos a encontrar, por exemplo, no Presidente Figueiredo, que, com uma obstinação impressionante, leva à frente o seu projeto de abertura política e que, numa demonstração inequívoca de seu empenho em liquidar eventuais contenciosos e em nome da Unidade da Federação, recebeu nesta última segunda-feira o Governador Leonel Brizola.

Também foi com muita obstinação que Getúlio Vargas implantou no País durante o Estado Novo as nossas indústrias de base e solucionou nossos problemas de infra-estrutura de energia e transporte. Se o Estado Novo foi, efetivamente, um período de autoritarismo intolerável, foi também — e aí estão novas dificuldades para os historiadores — o momento em que se criaram a Companhia Siderúrgica Nacional, Vale do Rio Doce, Nacional de Álcalis, Hidrelétrica de São Francisco, a Fábrica Nacional de Motores etc. E além de ferro e do aço, da energia elétrica, da química pesada e da produção de motores contempleu-se também a questão do petróleo e da indústria de material elétrico pesado.

O grande elenco de leis trabalhistas proposto por Getúlio Vargas às vezes faz esquecer outras grandes realizações suas nos campos da economia e da política externa.

De fato, muita gente ingora que foi Getúlio que introduziu no País as idéias de planejamento econômico. Ao reassumir o Governo em 1951, Vargas definiu um novo projeto político e econômico de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Projeto mais profundo e complexo, mais abrangente, ambicioso e integrado que o anterior. O conteúdo maior deste programa foi inúmeras vezes reiterado: a industrialização, além de garantia de independência do País, é pensada como condição do desenvolvimento e da democracia social. Nesta ótica, o Poder Público deveria intervir naqueles setores pouco atrativos à iniciativa privada. A criação da PETROBRÁS, realização mais significativa do período — somam-se à criação da Rede Ferroviária Nacional e a elaboração do projeto da ELETROBRÁS. Ainda na área das empresas públicas, o reforço àquelas já existentes foi fundamental não só para a sua sobrevivência, quanto para sua expansão. Na área de crédito e financiamento, o elemento fundamental foi a criação do BNDE, acompanhado do Banco do Nordeste do Brasil, da Carteira de Colonização do Banco do Brasil, do Banco Nacional de Crédito Cooperativo e da Superintendência de Valorização Econômica do Amazonas.

Estas iniciativas no campo econômico têm uma característica toda especial: todas elas visam, em última instância, ao desenvolvimento social, e têm como corolário a extensão dos benefícios do progresso às camadas mais desfavorecidas da população e às regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste e a Amazônia. Na perspectiva de Getúlio, o êxito de seu ambicioso programa social estava na dependência direta de um amplo programa de modernização econômica e de redução de nossa dependência do setor externo.

E neste ponto, chamo a atenção para a crise que vivemos e que mantém analogias com a crise de 1929, que Getúlio procurou superar com tanta habilidade. Inspiremos-nos em aspectos de sua obra no sentido de não comprometer — em nome dos equilíbrios econômicos — os nossos objetivos sociais internos nem nossa política externa, a qual, desde esses tempos, caracterizou-se pelo equilíbrio e pela independência. Aliás, rígida tem sido a oposição do Presidente Figueiredo de manter incólume a Casa do Rio Branco, na sua corrente, independente e equilibrada política externa brasileira.

Atualmente negociamos nossa portentosa dívida externa, no momento em que todo o mundo ocidental atravessa uma fase de recessão sem precedentes. Lembremo-nos do pragmatismo de Getúlio ao lidar tanto com a depressão de 29 quanto com a II Guerra Mundial. Em ambas as ocasiões ele soube guardar sangue frio e não negociar o inegociável, e ainda tirar vantagens dessas conjunturas difíceis para o interesse econômico nacional, o que o acordo Figueiredo e Miguel de La Madrid poderia conduzir.

Longe da idéia de que se ponha a perder, em função da crise, as conquistas sociais. É nosso dever reforçá-las e, na qualidade de co-responsáveis pela condução dos destinos do País, oferecer nossa contribuição ao aperfeiçoamento dos mecanismos de melhoria do bem-estar social da coletividade.

É neste espírito que passo a avançar algumas propostas que tendem a atualizar as estruturas e mecanismos de proteção ao trabalhador e de redistribuição da renda.

Creemos ser de grande prioridade que o Governo reveja e reforce a sua política social baseada, — se podemos sugerir — talvez em três elementos principais: política de emprego, política de distribuição da renda e política de investimentos e serviços sociais.

No tocante à política de emprego, sugerimos algumas alterações da política econômica, a partir da modificação de suas prioridades, passando-se a estimular indústrias tradicionais e a apoiar especialmente os pequenos e médios negócios. Nesta mesma linha, sugerimos que sejam incentivados os investimentos e os negócios agrícolas, sobretudo os destinados à produção de alimentos de primeira necessidade. Grande gerador de empregos seria um amplo programa de construção de habitações para as populações de baixa renda. Outra medida útil, de natureza fiscal, seria a cobrança de encargos sociais não mais sobre a folha de pagamentos das empresas, porém sobre o faturamento, o que favoreceria as empresas altamente absorvedoras de mão-de-obra. Medidas relativas à estrutura fundiária poderiam privilegiar o emprego, se fosse patrocinada maior disponibilidade de terra aos trabalhadores agrícolas sem terra.

No tocante à política de distribuição da renda, pensamos que esta será em grande parte articulada à política de emprego, obedecendo, todavia, às prioridades seguintes: a tributação deverá incidir muito mais sobre os rendimentos do capital do que sobre os rendimentos de salários, atingindo-se sobretudo os ganhos especulativos dos setores financeiro e imobiliário; espera-se também mudança na legislação social, no sentido de permitir a mais efetiva participação do trabalhador nos resultados do crescimento econômico. Os próprios mecanismos do PIS/PASEP e FGTS, se reestudados, poderiam tornar-se em instrumentos ainda mais eficazes de redistribuição da renda.

Entretanto, todas estas sugestões tenderão a cair no vazio se não forem amparadas por uma idéia-chave relativa ao cam-

po social. Se não, vejamos: observa-se atualmente que a estrutura ministerial comporta coordenações nos campos econômico, político e da segurança interna e externa, porém não dispõe ainda de uma efetiva coordenação na área social. A nosso ver, os válidos programas sociais hoje existentes muito ganhariam em eficácia se fossem assistidos por uma coordenação ministerial. Uma Secretaria do Bem-Estar Social, a exemplo da Secretaria do Planejamento, poderia desempenhar-se desta função coordenadora, chamando a si programas espalhados em vários Ministérios, tais como: programas de saneamento, habitação, benefícios diversos às famílias, salários indiretos, assistência do menor e ao estudante, entre outros. Um órgão de tal natureza teria ainda a responsabilidade de oferecer as grandes linhas de política social aos outros Ministérios da área (Educação e Cultura, Trabalho, Previdência e Assistência Social, Saúde) e articular a atuação destes Ministérios assim como a dos órgãos vinculados com interesse no campo social, de modo que o Governo passe a ter uma política harmônica de desenvolvimento social. Assim a Secretaria do Bem-Estar Social teria atribuições de ação para certas áreas (FUNABEM, LBA, Assistência ao estudante carente, habitação de baixa renda etc.) e atribuições de coordenação para outras (assistência médica, pensões e benefícios, saneamento etc.).

Temos a convicção de que melhor homenagem não poderíamos prestar a Getúlio se dêssemos um passo a mais na sua grande obra de modernização da sociedade e de assistência ao trabalhador e às populações mais carentes, aperfeiçoando os mecanismos da política social e de distribuição da renda nacional. E melhor homenagem não poderíamos prestar aos trabalhadores que no cotidiano estafante deram o melhor de seus dias na construção da grandeza nacional. E disto tem a dimensão histórica o grande estadista que é Figueiredo, somando hoje a sua obra à daquele que saiu da vida para entrar na História, não pelos seus desvãos, mas pela porta da dignidade. (Muito bem. Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Aldo Pinto.

**O SR. ALDO PINTO** (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa Diretora, Srs. Senadores, ilustres Deputados, anunciei o propósito determinante da intervenção a que nos propomos, representando a bancada do Partido Democrático Trabalhista, assentando que não iremos proceder ao exame do tema repetitivo da análise biográfica, nem ao retrospecto histórico puro e simples, até porque ao político, numa hora de definições, incumbe a tarefa de incursionar pela Sociologia e extrair dela o determinismo político que colocou Getúlio Vargas à frente de uma revolução e, como consequência, no Governo do Brasil.

O homem, em uma simbiose dinâmica com o meio em que atua, determina as forças que movimentam a História.

No Brasil, não obstante a sua tradição de lutas pela afirmação de um território, pela independência política, pela abolição do cativeiro negro ou pela derrubada da Monarquia, os agrupamentos humanos que compunham a sua população dentro da Velha República tinham, no que concerne à luta social, uma vida vegetativa, não trazendo a consciência de suas necessidades sociais e econômicas e a síntese dos seus anseios, soterrados deliberadamente pelo conservadorismo estéril que desviava para o campo político, em lutas regionais, os fundamentos sociais e econômicos, transformando

nossas Unidades Federativas em fragmentos estanque dentro da sociedade brasileira.

Sendo uma nação essencialmente agrária, sem ter atingido o estágio da industrialização e trazendo a herança do caudilhismo e do coronelismo, o Brasil desconhecia uma liderança vigorosa, capaz de lhe apontar os rumos do seu futuro. Inexistia, como tal, um propósito consciente de reformulação da sociedade.

A Velha República tinha seu curso normal na exaltação dos temas políticos, ao passo que as inconformidades dela geradas não encontravam o seu leito. A cristalização dos anseios nacionais, abafados na rigidez de um sistema anacrônico, tinha de se processar.

Catalizando as aspirações da Nação, trazendo-as à superfície e refletindo-as no plano dos acontecimentos históricos, um líder precisava nascer de um movimento de profundidade.

E uma nova faceta da história, para ser escrita como história genuína de um povo, ganhava um líder e um mártir.

A coletividade brasileira, sem rumo e sem destino, já não era uma massa amorfa, eis que do seu seio brotava Getúlio Dornelles Vargas, com toda a auréola de um revolucionário dos pampas, à frente do advento de 1930.

A que vinha essa controvérida figura da política regional com efêmera incursão no plano nacional? Discípulo de Castilhos e sucessor de Borges de Medeiros, seria um apologistas da filosofia de Conte? Oriundo do latifúndio agrário do sul, traria empedernida a consciência reacionária?

Representava, contudo, o chefe revolucionário e o dirigente da Nação, o fenômeno político que encarnava uma transformação da História, polarizando as energias nacionais que haveriam de operar a transição brasileira. Ele encarnava, embora dentro de um signo de inconformidade universal das massas aos velhos padrões da política, a galvanização emocional das multidões, capaz de proceder, sem violência, uma verdadeira revolução. O Brasil iniciava, pois, um novo estágio, enquanto um rastro de sangue assinalava as conquistas sociais da humanidade. A queda da Bastilha com as multidões esfomeadas; a tocha inflamada do Marxismo operando o incêndio da revolução bolchevista; duas guerras numa só geração aumentando o sofrimento dos povos; o Império Britânico caia por terra e o Partido Trabalhista ganhava o Poder; Truman vencia nos Estados Unidos, enfatizando o poder político das massas.

As classes obreiras tomavam consciência e reivindicavam, a qualquer preço, o poder político para, através dele, chegarem ao poder econômico e assim atingirem os benefícios do progresso.

E o estilo pacifista da nossa história encontra em Getúlio Vargas o repositório do despertar das multidões obreiras. Ele, na genialidade da sua ação, evitaria a revolução social exatamente pela transformação social que imprimiu, profunda, na vida brasileira. Trazendo a visão larga e um sentido de solidariedade entre o capital e o trabalho, instaurou por assim dizer um Capitalismo Social, cuja experiência tivera em Henry Ford o seu grande realizador.

O Brasil, vivendo dentro de um liberalismo econômico, assentava um capitalismo privatista com a negação de todos os princípios de solidariedade humana, reputando o trabalho como mercadoria que se compra e se vende, de acordo com o mercado.

Neste sistema, a economia brasileira andava desvinculada da ética e da humanidade, na materialização brutal da produção e na avareza do lucro, onde só este interessava acumulado.

Havia uma necessidade imperiosa do Estado em interferir no processo de produção da riqueza para restringir a autonomia absoluta do capital em face do trabalho explorado.

Getúlio Vargas não procederia à estatização pura e simples dos meios de produção. Arrancava na sua revolução branca, iniciando pela proteção aos direitos dos trabalhadores brasileiros, sentindo-lhes os sofrimentos e as penúrias.

Buscou o estadista uma reforma de base, subordinando a economia às necessidades do homem. Paralelamente, pois, às transformações econômicas, introduzia as sociais. Dava à classe obreira a jornada de oito horas, descanso remunerado, a Justiça do Trabalho, o salário mínimo. Enfim, arrojadamente, ia derrubando odiosos privilégios da oligarquia capitalista.

Um país que carecia de organização econômica, a par de não possuir mercado de trabalho, não sustentaria uma reforma no campo social. O Brasil vivia no eixo de uma política econômica estacionária da monocultura do café e da ânsia, já em voga, da conquista do mercado externo, enquanto tudo faltava na mesa dos trabalhadores.

Getúlio Vargas partiu para a implantação da indústria de base — siderurgia, ferro, carvão, cimento e petróleo. Cada uma delas tem uma história particular e todas elas constituem o somatório que haveria de fazer do líder um mártir.

Não agradava ao capitalismo internacional, acostumado à fragilidade econômica do Brasil e à sua condição de mero exportador de matéria-prima, a política desenvolvimentista de Vargas. O despertar de nossas potencialidades despertava, por igual, a trama dos inimigos do Brasil, lá de fora, e cá de dentro.

Um país que numa década apenas arrancava da monocultura para diversificar sua produção, incrementando a extração mineral e criando o código de minas, expandindo a agropecuária e implantando Volta Redonda, enquanto falava em estatização do petróleo, era uma ameaça ao capital alienígena. A determinação progressista do estadista, na estatização das minas, jazidas minerais, das quedas d'água, com a criação do código de águas, das indústrias consideradas básicas ou essenciais à economia do Brasil, forjava a luta antinacionalista e a sua queda do poder, sem conseguir alcançar todos os seus objetivos pelo estado de decomposição em que se encontrava o País.

Uma coisa Getúlio Vargas havia acabado integralmente: os anseios subterrâneos e contidos das classes trabalhadoras estavam nas ruas e nos campos; o obreiro nacional era parte do processo político de sua Pátria; o voto secreto e o direito da mulher em participar das eleições estavam assegurados. O resto era gradual e precisava do tempo que não lhe deram.

Mas se um fenômeno político no dizer dos sociólogos, os que lhe arrebataram o poder que diziam usurpar, assistiram a repulsa das massas que não tardou em ser cristalizada na manifestação das urnas que o elegeram Senador e Deputado Federal por vários Estados da Federação.

De outra parte, se o seu período de Governo tinha dado consciência às classes trabalhadoras e o voto secreto, era necessário que estes trabalhadores tivessem arregimentação política. Criou aí, consubstanciando

na sua doutrina a linha de sua ação política, o Partido Trabalhista Brasileiro.

No campo político o seu Partido surgiu como instrumento de justiça social, com o equilíbrio do capital e o trabalho. E não trazia em si um sentido do anticapitalista, antes, buscava evitar a expansão do capitalismo em prejuízo das camadas majoritárias da população, como comumente ocorre. Sustentava a precedência do homem, com suas necessidades vitais, sobre a economia.

Se à frente das massas Getúlio Vargas criara o partido dos trabalhadores, provocando de seus adversários a assertiva de que sua geração vinha de cima para baixo, em 1950, de baixo para cima, do meio do povo, brotava o grito espontâneo exigindo a sua volta ao poder.

Não resistindo aos fascínios das multidões e aos apelos da consciência nacional, aquele homem que havia chegado ao estágio e ao ponto de ser uma mistica, se lançava à luta, agora armado do fundamento doutrinário e filosófico do seu Partido, que, em última análise, sintetizava o seu pensamento.

Uma esperança percorreu o Brasil: o estadista agora voltava com o respaldo do voto livre para concretizar tudo aquilo que não fizera por falta de condições e de tempo.

Ingênua esperança das multidões brasileiras.

Getúlio Vargas procurava cumprir o que prometera na campanha, por ser imperativo legítimo da alma nacional. Mexia no campo sagrado das reservas energéticas com a ELETROBRÁS anunciada. Com isso voltava contra si a força do imperialismo que, por outro lado, recebia golpe de morte com a implantação da PETROBRÁS. Escalões poderosos de testas-de-ferro e de intermediários entre as companhias estrangeiras e a economia nacional se aliamavam à oposição política, numa campanha de vida ou morte contra aquele que, enfrentando todos os riscos, ousara desafiá-los.

De outra parte, encontrava o Brasil aniquilado em suas reservas. As divisas armazenadas em peso-ouro estavam exauridas na política de importação de matéria-plástica e cadilac. Econômica e socialmente, neste hiato, o País permanecera estanque. Como consequência, as classes trabalhadoras, vitimadas pela introversão de uma política sócio-econômica, experimentavam duras privações. Urgia, pois, como remédio imediato, o aumento substancial do salário mínimo, em bases realistas, capazes de encurtar a distância estabelecida entre a astrológica alta do custo de vida e a apática e acanhada remuneração do trabalho.

Outro alarme dos interesses feridos e a gestação de uma nova crise.

Sempre, como sempre e até hoje, a ameaça da divisão e da luta de classes, como se esta fosse novidade e não resultasse dos primórdios da história.

Sempre, como sempre e até hoje, o perigo do extremismo da esquerda, como se a cínica reclamação de melhores salários fosse a usurpação e a violência do proletariado a suprimir os privilégios do capitalismo.

E sempre, como sempre e até hoje, as trombetas foram tocadas "no interesse da salvaguarda do regime, na defesa da liberdade e na sustentação da democracia".

Perante a história, uma verdade subsiste: a salvaguarda da democracia e a sustentação de todos estes princípios, ao ensejo da crise de 1954, foi alcançada mercê do sacrifício e do sangue de um líder que os acontecimentos transformaram em mártir, dei-

xando além dele, pós-ele, a sua mensagem que a cada dia aguça a consciência dos visionários do futuro.

Os biógrafos traçaram o seu perfil, os sociólogos estudaram o fenômeno que ele representou e os políticos exaltaram ou denegriram a sua obra.

Nem biógrafo, nem sociólogo, nem político, um escritor e cronista desta geração, arrematando um dos tantos livros que sobre ele se editou, assevera: "Vencerá mesmo depois de morto. Daquele cadáver em diante, haverá em seu povo um limite de tolerância e decisão. Um preço de libertação, uma senha de vitória".

Resgatando o preço da liberdade, numa senha de vitória, além da vida e da obra de Getúlio Vargas, persistimos como os visionários do futuro, arregimentados na armadura ideológica do seu pensamento.

Somos, como ele, a conciliação política da paz e da fraternidade, sem o comprometimento dos nossos princípios.

Somos a afirmação de uma economia social onde o homem é a meta primeira do desenvolvimento.

Somos a reclamação permanente da equitativa distribuição da propriedade, que ao invés de ser grande nas mãos de poucos, deve ser pequena nas mãos de muitos.

Somos a vigilância do trabalho, buscando a remuneração justa e a contrariedade ao "arrocho salarial" que oprime as classes obreiras.

Somos os guardiões de um nacionalismo puro que não aceita, por serem intocáveis, o alienamento das conquistas até então adquiridas, nem a voracidade desmedida do capital estrangeiro a solapar a nossa economia.

Somos o trabalhador no seu direito de associação e de greve a fim de que o governo escute os seus reclamos e não encomende, através de dirigentes consentidos, as suas aspirações.

Somos o voto secreto e universal reclamando o direito de embasar a autoridade dos governos.

E, noutro estágio da civilização, onde corre célebre e incontida no mundo a ânsia de liberdade e de democracia, somos mais que nunca fiéis a Getúlio Vargas, querendo pelos meios constitucionais, como assim o fez no fim de sua vida, alcançar o estágio que nos aproxime cada vez mais dele e nos distancie cada vez mais das desigualdades gritantes que fendem abismos profundos em nossa sociedade.

Queremos a paz dos brasileiros, a qual ele buscava com a sua própria morte, a fim de que não subsistam punidos de uma ordem, jogados ao ostracismo pelo crime de defendem o Brasil.

Queremos, na inspiração do seu sacrifício, abrir as comportas da solidariedade e da união, clamando obstinadamente por uma anistia ampla e total.

Queremos a liberdade, a fim de que se possa fazer política sem filosofia do medo, fabricada nos laboratórios palacianos e que entorpecem os propósitos determinantes de uma distensão.

A par do nosso entendimento, o governante que tiver a abertura para entender a hora da reclamação dos tempos, receberá os encômios da história, tal como a figura que hoje homenageamos.

Não existe melhor forma para permanecermos dignos de Getúlio Vargas: todos os dias de nossa militância política e todos os

nossos atos e posicionamentos haverão de ser na postura do seu comportamento, timbrado na mais viva dignidade e embasado no espírito nacionalista e social, para que o povo não seja mais escravo de ninguém.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejo, nesta hora, ao finalizar o meu pronunciamento, externar também a homenagem que o ilustre Governador Brizola presta, através da sua bancada, o PDT, à extraordinária figura, ao emblemático e grande estadista Getúlio Vargas; homenagem que se estende aos seus familiares e aos líderes de todos os partidos.

Fica aqui a frase final: Getúlio não pertence a esse ou aquele partido, Getúlio Vargas é um patrimônio de toda a Nação. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB — RS) — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. integrantes da família Vargas, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Autoridades, convidados, Srs. Funcionários, minhas Sras. e Meus Srs.

"A história e o tempo falarão por mim, discriminando responsabilidade"...

"E todos me farão justiça." Era o dia 30 de outubro de 1945, e Getúlio Dornelles Vargas, mais uma vez, se dirigia à Nação.

E fez-se justiça, hoje mais do que nunca àquele que foi o protetor do trabalhador, o desenvolvimento, o nacionalista, o guia dos trabalhistas, um dos maiores revolucionários da história contemporânea brasileira. O notável político, o controverso, o discutido, o polêmico, mas jamais esquecido.

Getúlio Dornelles Vargas nasceu a 19 de abril de 1883, filho de pais militares e aristocratas, tinha tudo para ser aquilo que nunca foi: um despreocupado.

Influenciado por Júlio de Castilho, o líder carismático do PRR — Partido Republicano Rio-Grandense e pelo Senador Pinheiro Machado, Getúlio Vargas, recém-formado em Direito, filia-se em 1907 ao PRR, liderado por Borges de Medeiros, Presidente do Rio Grande durante 25 anos.

Ao lado de Júlio de Castilhos, foi Pinheiro Machado, de modo permanente, exemplo tomado por Getúlio, na fixação das linhas mestras de sua personalidade, como homem público.

Em 1909 foi eleito para a então Assembleia dos Representantes e reconduzido em 1913 e 1917.

A partir de Pedras Altas, as oposições chegam à unidade, amalgamadas no histórico Congresso de São Gabriel, com base no maior partido que as integrava — o Federalista: nascia a Aliança Libertadora, transformada, 4 anos depois, em Bagé, no Partido Libertador.

Eleito Deputado Federal, chegava à Câmara no ano de 1922 e já, em 1924, assumia a liderança da bancada do Partido Republicano Rio-Grandense.

Ministro da Fazenda do Governo Washington Luiz em 1926, teve que se afastar em 1928, eleito que fora Presidente do Rio Grande do Sul.

Seu estilo político enseja o entendimento alto entre os republicanos e os liberais, formando-se a Frente Única — semente da Revolução de 30.

O ambiente assim gerado serviu como pano de fundo de um momento singular na vida dos gaúchos em geral, e de Vargas, em particular.

Em visita protocolar à Assembléia, foi ele saudado por federalistas e libertadores — Governo e Oposição — como “o candidato dileto do povo brasileiro à Presidência da República.

A resposta de Getúlio Vargas é objetiva:

“Realmente, é este o momento que nos aconselha a não nos desunirmos, não nos enfraquecermos, não nos dissociarmos, não encarando apenas o horizonte estreito das pequeninas contendas locais.

É indispensável que nos mantenhamos unidos numa solidariedade integral, a fim de que o Rio Grande do Sul possa corresponder à expectativa confiante da Nação.”

Com o advento de 30, a Assembléia dos Representantes Gaúchos entra em recesso. Nessa fase é preparada sua transformação em Poder Legislativo real, através do qual terá início uma nova fase na história política do meu Estado.

“Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime da liberdade social.” (Carta-Testamento — 24-8-54).

Candidato a Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente, nas eleições de 1º de março de 1930, Getúlio e João Pessoa perdem as eleições.

Eleições fraudulentas e viciadas. “As rendas públicas, a exportação, a importação, o comércio interno e a produção sofriam verdadeiro colapso; acusando reduções desconhecidas nos nossos anais financeiros. O momento era alarmante para os capitais, de miséria para a produção, de angústia para o comércio, de embaraços de toda a sorte para as atividades em geral.” (Ayrton Aché Pilar — “A Antiga Dívida Externa Brasileira” — 1978 — RJ, pág. 63.)

O assassinato de João Pessoa precipita os acontecimentos, e Getúlio Vargas deixa o Rio Grande do Sul no dia 9 de outubro de 1930, rumo ao Rio de Janeiro.

“Rio Grande de pé pelo Brasil: Não desmentireis o vosso destino heróico.” “Desta jornada heróica ou se volta com honra ou não se volta mais.”

A chegada ao Rio foi apoteótica.

Virava-se a mais importante página da história contemporânea do Brasil. O General Café perdia o seu mando e a sua influência. Iniciava-se a libertação do colonialismo e da dependência. Era o início das reversões das expectativas do modelo agrário-exportador.

Ao tomar posse afirmava Getúlio, em novembro de 1930:

“as contas do quadriénio passado encerraram-se com déficit de ..... 1.323.000.000\$000 (um milhão, trezentos e vinte e três contos de réis) agravado pela afirmação, por parte do Governo, de constantes saldos orçamentários.”

Iniciou-se o processo de industrialização, com acumulação interna do capital e geração de novos empregos.

Orientada para o fortalecimento e o enriquecimento da economia interna, sua política foi prejudicial ao capital e aos interesses estrangeiros, que viram nas ações de Getúlio um obstáculo às suas pretensões, ao contrário do que acontece hoje no País.

Ao lado do processo, era preciso mudar, conciliar, ajustar, organizar as relações de trabalho entre patrão e empregado. Getúlio

cria o Ministério do Trabalho em 28 de novembro de 1930. Preocupado com o ensino, o bem-estar dos humildes e desprotegidos, Vargas cria também, em 1931, o Ministério da Educação e Saúde.

No campo político enfrenta as reclamações dos patriotas que exigem imediatamente uma nova Constituição. Atende ao reclamo maior do bravo povo paulista e marca eleições para a Assembléia Constituinte, a se realizarem em 3 de maio de 1933, exatamente hoje comemorando 50 (cinquenta) anos de sua efetivação.

Mais uma vez sagra-se vitorioso e, em 16 de julho de 1934, a Assembléia Nacional Constituinte promulga a nova Constituição.

Sua atenção continua voltada para o desenvolvimento e o enriquecimento nacional.

Dos conflitos mundiais, Getúlio Vargas tirou proveito, colocando-se, não em regime de neutralidade, mas na posição de observador, analista e calculista, o que lhe possibilitou manter o desenvolvimento industrial e social no País.

Em novembro de 1937, promoveu o golpe de Estado, fechando as casas legislativas. Silenciaram-se os legisladores. Nenhum democrata e nós somos democrata, baterá palmas para o ato. No entanto, apesar disso, os frutos sociais, as conquistas do trabalhador, as defesas das nossas riquezas, a ordenação dos serviços públicos, o controle e planejamento da nossa política econômica interna e externa, o patriotismo, o nacionalismo e o trabalhismo eram a bandeira do Governo. O desenvolvimento social e industrial a sua meta.

Também financeiramente a Revolução de 30 e o Governo sob a Presidência de Getúlio Vargas, tiveram seus sucessos. Foram saídas as finanças, valendo lembrar que o saldo devedor de nossos compromissos externos cairiam de £ 267.173.023 (duzentos e sessenta e sete milhões, cento e setenta e três mil e vinte e três libras), em 1930, para £ 176.406.718 (cento e setenta e seis milhões, quatrocentos e seis mil, setecentos e dezoito libras), em 1945, fato inédito em nossa história financeira. E o País, entretanto, não parou.

Louvem-se as atuações dos Ministros da Fazenda Osvaldo Aranha e Souza Costa, para dar fim à situação caótica encontrada pela Revolução de 30.

A Cia. Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, a Cia. Vale do Rio Doce a ..... PETROBRÁS, o DASP, a CLT, uma das maiores conquistas do trabalhador, os Institutos de Aposentadoria e Previdência, a Lei do Salário Mínimo, a Cia. Alcalis são obras de um governo que administrava as finanças sem provocar a estagnação, a recessão, a estagflação.

O voto universal e secreto, o direito da mulher votar são conquistas do povo, através de Getúlio Vargas, símbolos maiores da democracia, sem adjetivos.

Lado a lado com a preocupação de desenvolver o País, pagar suas dívidas, gerar novos recursos e empregos, Getúlio aperfeiçoava a legislação trabalhista, preocupado com o trabalhador e com a sua saúde, o que demonstra o Decreto-Lei n.º 399, de 30 de abril de 1938, que determinava a raçãotipo, essencial para alimentar o trabalhador brasileiro, o qual, diga-se de passagem, ainda continua em vigor, mas esquecido por aqueles a quem cabe a responsabilidade de fazê-lo cumprir.

Fui muito mais que o salário mínimo. Vargas assentou as bases históricas para o aprimoramento das relações sociais, colocando o Brasil entre os países civilizados

no que toca aos direitos trabalhistas. Com ele o trabalhador deixaria de ser simples instrumento para a ação dos patrões. Com ele as reivindicações das classes populares tiveram acolhimento e deixaram de ser uma “questão de polícia”.

Deste modo, para citar apenas algumas, diremos que, entre 1930 e 1943, foram transformadas em lei por Vargas as seguintes reivindicações populares:

- férias remuneradas,
- fixação da jornada de trabalho em 8 horas,
- regulamentação das condições de trabalho das mulheres e dos trabalhadores menores de idade,
- estabelecimento da carteira profissional,
- contrato coletivo,
- indenização,
- previdência social.

Em verdade, ninguém, até hoje, fez mais pelos trabalhadores do que ele. Precisamente daí a intensidade do ódio que lhe tributavam os retrógrados e reacionários interessados na exploração, sem limite, das massas populares.

Dizia Getúlio Vargas, “a disciplina política tem que ser baseada na justiça social, amparando o trabalho e o trabalhador, para que este não se considere um valor negativo, um pária à margem da vida pública, hostil ou indiferente à sociedade em que vive. Só assim se poderá constituir um núcleo nacional, coeso e capaz de resistir aos agentes da desordem e aos fermentos da desagregação”.

Mil novecentos e quarenta e dois. Declaração de guerra à Alemanha. O Brasil entra no esforço de guerra. O povo entende, comprehende e participa do racionamento da energia e combustíveis. Usa o gasogênio e o álcool. Alia-se ao Governo nas dificuldades.

Aproximava-se o fim do Estado Novo.

A entrevista de José Américo de Almeida, em fevereiro de 1945, quebra a censura imposta, e, em 2 de março de 1945, Getúlio concede entrevista coletiva e anuncia as eleições. Em 18 de abril de 1945 concede a anistia.

Nasce o pluripartidarismo. É deposto pelos militares em 29 de outubro de 1945, dois meses após a rendição da Alemanha nazi. Mas, nas eleições populares, Vargas elege-se Senador por São Paulo, a terra do café, e pelo meu bravo Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo, bem como Deputado Federal por seis Estados e pelo então Distrito Federal. O mesmo Distrito Federal de que se tirou o direito, hoje, de escolher seus representantes.

Retorna a São Borja.

Em 53 dias Getúlio Vargas percorreu todos os Estados da Federação e se elegeu em vitória espetacular, derrotando o seu principal adversário com uma diferença de 19% (dezenove por cento).

Mas os tempos são outros. Estamos em plena guerra fria imposta pelos Estados Unidos. É tempo de caça às bruxas e da guerra da Coreia. É tempo de maniqueísmo político ditado por Washington: quem não se atrela incondicionalmente aos interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos é comunista e deve ser acuado, derrotado, massacrado. Vargas resistiu até o fim. Amava a soberania nacional e acreditava firmemente nos brasileiros e na nossa capacidade de trabalho. Nunca aceitou o lema.

Assim, a primeira grande polarização de forças em favor e contra o nacionalismo de Vargas se deu por ocasião da eleição para escolha da nova Diretoria do Clube Militar, realizada em 21 de maio de 1952.

Concorreram duas chapas. Uma encabeçada pelo Gen. Etchegoyen e Nelson de Melo, que propunham a aceitação do capital estrangeiro, a ratificação imediata dos acordos militares com os Estados Unidos e favoráveis a seguir a liderança dos norte-americanos na guerra fria e, inclusive, um possível envolvimento do Brasil na guerra da Coréia. A outra chapa, liderada pelos Gen. Estillac Leal e Horta Barbosa, representando os oficiais nacionalistas que exigiam uma rigorosa observância da soberania nacional, zelosos sobre as questões relacionadas com a exploração de nossos recursos naturais e contrários à ratificação dos acordos militares e a qualquer tipo de envolvimento na guerra da Coréia.

Saiu vitoriosa a chapa dos Generais Etchegoyen e Nelson de Melo. Muito mais que uma derrota de Vargas, este acontecimento foi a antecipação de fatos posteriores. Foi o começo da conspiração internacional que derrotaria Goulart em 1964, iniciaria um processo inigualável de alienação de nossa soberania, de entrega de nossos recursos naturais e de exploração de nosso povo, até chegar aos dias de quase insolvência, escândalos e descréditos atuais.

Mesmo enfrentando a grande ofensiva transnacionalizante montada pelo Governo de Washington com o objetivo de frustrar o nosso desenvolvimento soberano, Vargas prossegue com patriotismo e determinação, lançando as bases sólidas do programa de industrialização, gerado nas bases da Revolução de 30.

Assim, depois de memorável campanha patriótica e popular, é criada a PETROBRÁS, que, apesar de todas as investidas de que foi e é vítima, assegura para o Brasil o monopólio estatal do petróleo em sua pesquisa, extração e refino.

Tornava-se necessária maior produção de energia no País. Elaborou-se o projeto de constituição da ELETROBRÁS.

Face ao complô e consequente boicote às nossas exportações de café, ao aviltamento das relações de troca e às dificuldades crescentes para obtenção de empréstimos no exterior, fez-se necessário criar internamente uma alavanca propulsora, centralizadora e aplicadora de recursos internos, segundo o plano de Vargas de sentar definitivamente as bases sólidas da industrialização do País. Cria-se, então, em 1952, o BNDE que alocou, durante seus dez primeiros anos de existência, 37% de seus recursos na indústria básica, 32% para a produção de energia elétrica.

Sua política trabalhista, principalmente preocupada com o ganho do trabalhador e o fortalecimento das entidades sindicais eram os alvos prediletos da oposição.

Em fevereiro de 1954, João Goulart, seu Ministro do Trabalho, eleva o salário mínimo em 100% (cem por cento).

Os militares reagem e forçam a demissão de Jango, através do conhecido "Manifesto dos Coronéis".

Jango cai pela primeira e penúltima vez.

• Getúlio cairá em seguida. Este é o plano.

"A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se às dos grupos nacionais revoltados com o regime de garantia do trabalho.

A lei de lucros extraordinários foi retida no Congresso Nacional. Contra a justiça da revisão dos salários mínimos se desenca-

dearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas, através da PETROBRÁS, e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A ELETROBRÁS foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente." (Carta-Testamento — Getúlio Vargas — 8/54.)

Getúlio Vargas se esforçou e incentivou uma valorização maior do trabalho, realçando sua importância na formação da riqueza nacional. A transformação das Caixas de Aposentadorias em Institutos de Aposentadoria e Pensões beneficiaram e beneficiam até hoje milhares de pessoas, assim como os financiamentos para aquisição da casa própria, sem a famigerada e desumana correção monetária.

Getúlio não realizou obras faraônicas, não rentáveis, mas edificou e plantou realizações que trouxeram economias de divisas para o País. Geraram grandes recursos internos e empregos e, sobretudo, deu imenso passo para a afirmação da soberania nacional, fincando as bases concretas para a modernização e industrialização do nosso País. Foi até incompreendido por alguns setores do empresariado nacional, quando este seria o grande beneficiário.

No campo das relações econômicas, os fatos e as estatísticas oficiais desmentem as injustiças e inverdades atiradas contra Vargas.

No período compreendido entre 1949 e 1958, todos os ramos industriais registraram aumentos substanciais em suas taxas de produção e produtividade.

Vale registro especial para a indústria de alimentos que duplicou sua produtividade. A indústria de roupas, calçados etc., registrou um acréscimo de 70% (setenta por cento) na sua produtividade. A indústria química mais do que a duplicou. As indústrias metalúrgicas, de papéis e cartões, da borracha, de materiais de transportes, todas elas, também registraram crescimentos da ordem de 70 a 80% em suas produções e produtividades.

Tão importante como isso: todo este desenvolvimento foi acompanhado com sensíveis melhorias nas condições de vida do povo. Assim, o salário real cresceu de um índice de 100, em 1949, para 104, em 1952, 112, em 1955, e 130, em 1958, o índice de crescimento do salário real mais alto na história do Brasil.

Estes dados comprovam que dentro de uma orientação soberana patriótica e sensível aos problemas sociais, é perfeitamente viável realizar o desenvolvimento do País sem aviltar os salários e sem massacrar o trabalhador.

Quero enfatizar: durante este período o País registrou grande desenvolvimento econômico e melhorou substancialmente as condições de vida das massas populares.

Enganam-se deliberadamente aqueles que afirmam que o desenvolvimento só pode ser alcançado mediante o cruel arrocho salarial dos últimos 19 anos!

A política de proteção à indústria nacional, o comedimento nos gastos das divisas do País em importações, com a preocupação de privilegiar somente a importação de equipamentos industriais sem similar nacional e combustível, geravam novos empregos, bens e meios de produção ao lado de uma política de crédito controlada por uma carteira de crédito agrícola industrial.

Getúlio Vargas moldava a nossa independência e segurança nas frentes geradoras de divisas e empregos. Aí estão a Cia.

Siderúrgica Nacional, a Cia. Vale do Rio Doce, a Nacional de Álcalis, a Hidrelétrica de São Francisco e outras. Ai não está mais a sua Fábrica Nacional de Motores, hoje vendida ao capital estrangeiro.

Havia o aproveitamento da matéria-prima nacional por empresas brasileiras, repartindo-se a renda entre os brasileiros, enriquecendo interna e externamente o País. Getúlio Vargas cobria os espaços, diminuindo o poderio e a interferência dos grupos estrangeiros e multinacionais.

Nacionalismo, sem xenofobia e trabalhismo, era o binômio que orientava as suas ações.

Dele falou a sua filha Alzira do Amaral Peixoto: "Meu pai é o homem que todos discutem e poucos entendem."

Hoje não se discute mais a figura do Presidente Vargas. Há um consenso nacional. E hoje, torno a repetir, a maioria do povo brasileiro o entende mais do que nunca.

O imortal da Academia de Letras tornou-se imortal também no pensamento, na história da pátria e do seu povo.

De ditador a democrata, contrariando as definições e os conflitos, sua conduta, seu comportamento, suas ações, aglutinaram as duas componentes e dessa simbiose ficou o homem que, segundo Josué Montello conta, em uma de suas crônicas, ao ser indagado por um jornalista estrangeiro, se tinha inimigos, dele recebeu a resposta: "Não tão fortes que não possam ser meus amigos."

Sr. Presidente e Srs. Senadores, os que se dedicam à crítica das ações humanas jamais se sentem tão embaraçados, como quando querem agrupar, sob a mesma luz, todos os atos de um homem ou todas as nuances de uma causa.

Quem julgar os atos um a um e, uma a uma, julgar as causas, estará mais apto a fazer justiça.

No entanto, há homens como Vargas: quem nele toca uma tecla, toca todas.

O vento dos acontecimentos agitaram-no, mas nunca tiveram força suficiente para arrancá-lo pelas raízes.

É preciso ver Vargas, agora, como parte da História, globalmente, somando as ações por ele geradas, chamem-se "voto secreto" ou "Vale do Rio Doce", tenham o nome de "PETROBRÁS" ou de "Estado Novo".

Cada ato é um ato.

Mas aqueles praticados por Vargas são frutos da árvore frondosa de um caráter inteiriço, cujas bases estiveram sempre firmemente assentadas no pampa e no castilhismo.

Sem entender o meio de sua formação e a formação que o fez capaz de chegar onde chegou, não será possível entendê-lo jamais.

Não entenderemos a CLT, que hoje deve ser alterada pelos novos tempos, o salário mínimo, a Justiça do Trabalho, a Previdência Social, a Hidrelétrica de Paulo Afonso, a implantação da Siderurgia, a Fábrica Nacional de Motores, as criações do PDS e do PTB, a legalização do PCB, o projeto da ELETROBRÁS.

Não entenderemos como foi possível ao Brasil entrar, sem choques sociais maiores, na era industrial.

Vargas aproveitou, com raro equilíbrio político e visão objetiva das oportunidades, as decorrências do entreato entre duas grandes guerras, separadas pela crise capitalista de 29.

Então, deu ao País a chance histórica de sua modernização, muito embora escolhendo o difícil caminho do favorecimento a um capitalismo autônomo.

Aí residiu, efetivamente, o motivo oculto de sua queda em 45, com seu afastamento do comando do processo de reajustamento político, uma vez vencida a fase autoritária do poder. A resposta popular foi a eleição de Vargas para o Senado por 2 Estados, e para a Câmara Federal por 7.

A reação contra a autonomia que Vargas desejava imprimir ao capitalismo — autonomia que tinha como fundamental a sustentação do curso do processo peculiar de industrialização, calcado no sentido distributivo da renda e da riqueza produzidas, por ele objetivado — essa reação, num crescendo, explodiu em 45, para afastá-lo do poder, e voltou a fazê-lo, no golpe definitivo de 54, quando deixou a vida para entrar na História.

Trabalhadores do Brasil!... A frase inicial dos seus discursos revela a quem sempre se dirigia com sinceridade e carinho e que seria também a sua preocupação no último ato supremo da sua vida. É a preocupação maior de Getúlio Vargas na sua carta-testamento.

Hoje mais lembrada do que nunca, mais presente, mais verdade. Mais atual.

Ainda, domingo último, 1º de Maio, na minha Caxias do Sul, os trabalhadores, constituídos em força admirável, através de 15 federações urbanas e rurais, lançaram um manifesto, que, em suas linhas gerais, incorporo ao meu discurso, certo de que, como disse Vargas, o povo de quem foi escravo, "jamais será escravo de ninguém". Ou, afinal, decidiu-se por sua libertação.

Lembrando a crise presente, diz o Manifesto de Caxias:

"Enquanto bilhões de dólares são pagos anualmente aos banqueiros internacionais, pelos serviços de uma dívida externa descontrolada, a população interna é sufocada pela escassez de recursos e as taxas de juros escorchantes.

O parque industrial nacional, construído com o nosso trabalho, está ameaçado de sucateamento, ao mesmo tempo em que são jogados no desemprego mais de 4 milhões de trabalhadores.

Desemprego que conduz à miséria, à fome e ao desespero, como saldos dramáticos da crise para a classe trabalhadora.

Se tudo isso não bastasse — dizem ainda os trabalhadores, que aos milhares reuniram-se na serra gaúcha, no último 1º de Maio — o governo persiste na aplicação de medidas econômicas profundamente contrárias aos interesses dos trabalhadores, como o Decreto-lei n.º 2.012 e a maxidesvalorização do cruzeiro, que faz saltar a inflação a níveis sem precedentes."

Responsáveis em sua manifestação, os trabalhadores ressaltam ao final:

"Sentimo-nos no dever de alertar o Governo federal no sentido de que, a seguir no rumo da atual política de recessão e de submissão ao Fundo Monetário Internacional, será o único responsável pela convulsão social a que está sendo levado o País.

Os trabalhadores não desejam a violência.

Por isso, hoje, mais do que nunca, estamos em luta pelas mudanças urgentes que se fazem necessárias."

Este trabalhador do nosso tempo, que se arregimenta e fala com lúcida consciência de um Brasil que lhe negam, nasceu com Vargas.

"Quando vos humilharem, sentirei a minha alma sofrida ao vosso lado.

Quando a fome bater à vossa porta sentirei em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos.

Quando vos vilipendiarem, sentireis no pensamento a força para reação. Meu sacrifício vos manterá unido e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota do meu sangue terá uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência." (Carta-Testamento — Getúlio Vargas — 8/64).

Em agosto de 1954, o Presidente Getúlio Vargas, pressionado pelos fatos, com a tentativa de assassinato do jornalista Carlos Lacerda, quando morreu o Major Rubem Vaz, concorda em se licenciar por 90 dias, demonstrando isenção e coerência, como afirmou ao seu amigo, Professor Nielsen Ribeiro. Mas não queriam só licença, queriam a renúncia. À renúncia o Presidente respondeu com a coragem de todos os heróis.

"Ao ódio respondo com perdão. E aos que pensam que me derrotaram, respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me libertou para a vida eterna. Meu sacrifício ficará sempre em sua alma e meu sangue será o preço do seu resgate. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. . . . .

Nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade, saio da vida para entrar na história." (Carta-Testamento — Getúlio Vargas — 8/64).

Sr Presidente, Srs. Senadores, é de Montaigne o pensamento, em ensaio sobre a vida de Raymond Sebond: "Nada existe no homem que lhe pertença integralmente, a não ser sua opinião."

Quando recebi de meu partido a tarefa de falar nesta justa homenagem, receei por mim, diante do seu vulto.

Socorreu-me Jacques Maritain, quando acentuou que "há temas e há assuntos que o mais humilde dos oradores não deve recuar, porque a própria grandezza do assunto o levará sobre os ombros".

A vida, a obra e a morte de Vargas, se outros méritos não tivessem, teriam o de terem afastado dos brasileiros, por 10 anos, a prevalência dos interesses externos sobre os internos. Ele nos legou o sentimento de unidade nacional, como única saída para a profunda crise que nos aflige: devolver o Brasil aos brasileiros.

Que esta comemoração, como todas as demais que lhe foram prestadas por este imenso e sofrido Brasil, nos traga de volta, pelo simbolismo de que foram revestidas, uma Pátria da justiça e, paz o Brasil livre e soberano, que foi o sonho permanente de Vargas. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PDT — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, Srs. Congressistas, Senhora Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Deputada Ivete Vargas, Sra. Celina Moreira Franco, Senador Amaral Peixoto. Há 29 anos que trazia no fundo da alma o desejo de

prestar a Getúlio Vargas uma homenagem de natureza mais profunda e mais solene, como a que se cumpre hoje no Congresso Nacional. Ainda trago bem limpa a lembrança de como o moço estudante que era foi acordado naquele dia de agosto de 1954 sacudido com a notícia da tragédia; de como passou o dia angustiado, agitado pelas ruas a buscar qualquer ato de protesto; de como, já noite alta, cansado, entrou na imensa fita que se esrollava em volta do Palácio do Catete para, depois de algumas horas de espera, contemplar em um minuto, emocionado, o corpo daquele que era o seu herói nacional. Naquela madrugada nasceu um sentimento, um desejo que só hoje realizei, ao falar sobre esse brasileiro que, juntamente com poucos outros vultos de uma história, foi um dos forjadores da nacionalidade e das instituições brasileiras.

Este momento para mim tem, pois, um significado especial: é o ato em que presto, com solenidade, perante o Congresso que representa o povo brasileiro, uma homenagem, no ano do seu centenário, a Getúlio Vargas, o grande estadista, o modernizador do meu País.

A ação política e administrativa de Vargas recentemente começou a ser restaurada numa visão crítica e histórica, enxuta do elogio fácil dos correligionários e da crítica ressentida dos adversários, quando sua vida, obra e morte passam a servir de subsídios ao entendimento do presente. Até porque Getúlio Vargas viveu um quadro nacional e internacional, em 1930, algo semelhante ao que vivemos hoje, pois, no plano internacional, ainda os reflexos agudos da crise de 1929, uma enorme dívida externa, com 50 milhões de sacas de café sem condições de mercado. Tem, portanto, o quadro internacional de 1930 os ingredientes da crise que nos assola — dívida externa, necessidade de moratória, vivendo, quem sabe, uma crise pior que a de hoje, quando nos damos conta que o nosso único produto de exportação, o café, acumulava 50 milhões de sacas estocadas sem ter a quem vender.

Para a dívida externa Vargas encontrou na moratória a solução competente, tanto que só começa a pagar a dívida a partir de 1942, conseguindo, quando deixa o Governo, em 1945, um saldo de US\$ 8 bilhões ouro de reservas nos Estados Unidos e cerca de US\$ 15 bilhões internamente.

Mas, se o quadro internacional é de dívida externa, falta de mercado para o nosso principal produto de exportação, a situação interna vivencia a dramática transição da velha república que agoniza num Brasil rural de economia exclusivamente primária, que necessita e anseia modernizar-se, clamando por quem lhe ensaie os primeiros passos da era industrial, que começa histórica e corajosamente com Vargas. Com o ciclo de Vargas, as indústrias básicas, a siderurgia. Enfim os primeiros passos do nacionalismo econômico, acompanhado das mudanças sociais e institucionais que o País reclamava. Por isso mesmo, a revolução de 1930 encontra no tenentismo de 1922 a sua resposta mais próxima, quando se insurgia com os vícios consagrados dos coronelismos típicos de um Brasil província. São os currais eleitorais, as atas falsas, a fraude descarada e acatada, cuja resposta seria o voto secreto e uma Justiça Eleitoral. No campo social é a ausência total de direitos e garantias aos que viviam de sua força de trabalho, cuja resposta seria a jornada de oito horas, o descanso remunerado, a previdência, a aposentadoria, as férias, enfim, todo aquele elenco de direitos sociais, que fariam da Consolidação das Leis do Trabalho um autêntico código de avanço social, reconhecido e proclamado internacionalmente como os mais avançados do mundo, tendo a dis-

ciplinar-lhe a aplicação a consequente implantação de uma Justiça do Trabalho.

Vargas poderia ser sintetizado na visão de um Brasil província e rural antes dele, porque depois dele é um novo Brasil que surge, com novas instituições políticas e sociais, culturais e econômicas, que estimulam ao País a sua nova fisionomia civilizada e moderna, de uma nação que encontra o seu tempo.

São as leis sociais e os direitos individuais. É o processo de industrialização e com ele o Brasil urbano, da chaminé e do trabalhador. É o salário mínimo e Volta Redonda, é a Escola Técnica e Profissional, é também a preservação das nossas riquezas na legislação das entranhas do subsolo, é a PETROBRAS, é a ELETROBRAS, enfim, é a tentativa feroz contra o processo explorativo, cuja consciência fez Vargas, passados tantos anos de seu desaparecimento, ser um contemporâneo do futuro.

Por isso tudo, Getúlio Vargas é presente no Brasil de hoje, ainda que centenário na efeméride que assinalamos de seu nascimento.

Líder de uma revolução cujo escopo era a derribada das oligarquias regionais que dominavam a política brasileira, Getúlio Vargas, ainda como candidato oposicionista à Presidência, já ultrapassava a visão dos seus companheiros de campanha, levantando a questão social com uma rigidez e um destaque até então desconhecidos, como no memorável discurso da Esplanada do Castelo, anuncianto ao Brasil, no centro do Rio de Janeiro, que a sua missão, que o seu destino era implantar no País não apenas um novo modelo político, mas um novo padrão de desenvolvimento econômico. Seria substituir as estruturas pequenas e empedernidas da sociedade e da economia brasileira por uma nova configuração marcada por componentes de justiça, de autonomia e de modernidade; foi o grande projeto de sua vida pública o objetivo que perseguiu com determinação, tenacidade e inteligência tão extraordinárias que nem a morte extinguiu sua ação, pois que a carta-testamento continua, quase trinta anos depois, a exercer ainda influência mobilizadora sobre a consciência do povo brasileiro.

Chegando ao poder em meio à maior crise econômica da história do mundo, que se projetava sobre o Brasil com efeitos arrasadores, Vargas decidiu com clareza sustentar o mercado interno, quando o exterior desabava, comprando a produção cafeeira para manter em atividade a engrenagem-mestra da economia nacional, afastando o espectro do desemprego e estimulando a fabricação, no País, de boa parte daquilo que o estrangulamento das contas externas não permitia mais importar. Foi como a crise se transformou em salto no nosso processo de industrialização: foi como o Brasil retomou seu crescimento econômico, enquanto o resto do mundo continuava, por vários anos, atolado na grande depressão. O estrangulamento externo foi enfrentado com uma postura de soberania que rompia com a tradição de subserviência que caracterizava os períodos anteriores de sua história. A moratória foi declarada; o serviço da dívida externa asfixiante foi suspenso até que, anos depois, em sucessivas renegociações, o País encontrou o caminho do cumprimento de suas obrigações compatibilizado com o atendimento de seus legítimos interesses.

E nem essas enormes dificuldades econômicas desviaram Getúlio Vargas de seu compromisso social. Foi durante esse período de grandes transformações estruturais em nossa economia que se criou o Minis-

tro do Trabalho e toda uma legislação pela qual o trabalhador brasileiro conhecia pela primeira vez direitos tão fundamentais como a jornada de trabalho de oito horas, o repouso semanal remunerado, as férias regulamentadas, o salário mínimo, a estabilidade, a indenização por despedida, as regras de segurança do trabalho, a assistência previdenciária.

Foi também nesse período que a idéia incipiente de planejamento, de intervenção reguladora do Estado na economia começou a se materializar, com a instituição do Código de Minas e com a criação dos institutos do café, do açúcar, do mate, do vinho, do sal.

Foi nesse período que se criaram as condições para a expansão da área metropolitana do Rio, com a realização da grande obra de saneamento.

Foi ainda no final desse período de dificuldades do primeiro governo Vargas que se deu o grande passo no sentido da construção da indústria de base do País, com a criação da CSN, da FNM e da CURD.

Mas foi obviamente no seu segundo período de governo que Getúlio Vargas teve condições de impulsionar com mais intensidade a economia brasileira em direção ao modelo de independência e de justiça social, que foi a razão mesma de sua vida pública.

A Assessoria Econômica da Presidência, comandada pelo jovem e competente Rômulo de Almeida, foi efetivamente o primeiro órgão de planejamento que o Brasil conheceu.

Lá se produziram os grandes projetos que marcaram o segundo Governo Vargas com o mais criativo e importante período da nova história recente. Pois é um período em que se concebe, se remodela ou se instala toda a infra-estrutura econômica do Brasil de hoje: no setor energético, a PETROBRAS, o Plano do Carvão, o Fundo de eletrificação, a ELETROBRAS, o Programa Nuclear de Álvaro Alberto, depois sabotado; no Setor de Transportes, o reaparelhamento dos portos e das ferrovias; no setor industrial, a Comissão do Desenvolvimento Industrial, a Cia. Nacional de Alcalis, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; no desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste, o Escritório Técnico do Nordeste (que deu origem à SUDENE), a Superintendência da Valorização da Amazônia; na política cambial, a Instrução Setenta, instituindo o câmbio múltiplo para fazer face ao desequilíbrio do balanço de pagamentos.

Todo esse conjunto imenso de realizações econômicas não prejudicou a atenção aos objetivos sociais, para os quais o Ministério do Trabalho, entregue aos trabalhistas, desenvolvia uma ação cuja intensidade não tinha precedentes na história do País.

No campo das relações externas, buscava-se a afirmação de uma linha de mais autonomia, numa época em que as pressões da hegemonia norte-americana se faziam mais fortes do que nunca, dentro do clima de guerra fria que caracterizava o quadro mundial. A denúncia de espoliação do capital estrangeiro, a limitação da remessa de lucros para o exterior, as iniciativas de aproximação com a Argentina e com o Chile, visando à integração econômica do bloco ABC, e o apoio decidido à criação da CEPAL são lances importantes desse jogo difícil.

A verdadeira dimensão dessas realizações não pode, porém, ser avaliada só pelo lado de sua importância para a transformação econômico-social do Brasil. É preciso tomar em conta o quadro político interno e externo, a enorme força dos interesses con-

trários, a amplitude e a profundidade em que eram contrariados esses interesses estabelecidos. Nem a celebrizada habilidade política de Vargas, nas tentativas de conciliação, nos avanços e recuos, nas composições de apoio, num congresso onde não tinha maioria, nem sua extraordinária e reconhecida competência foram suficientes. As transformações eram muito grandes, a força dos interesses, colossal: a fúria da reação era inevitável.

Vargas caiu. Caiu do Poder, deu fim à vida, mas ingressou na História do País com o documento político mais importante do nosso século brasileiro: a carta-testamento. Caiu do Poder, mas deixou sua marca indelével: seu projeto foi interrompido, mas sua obra não foi destruída. Distorcida e muito nos anos seguintes, permanece, entretanto, lembrando a figura de Getúlio Vargas, o modernizador do Brasil. Paternalista, autoritário, era-o de fato; sua origem caudilhista nunca deixou de pautar suas ações. Tudo isso, todavia, aparece como atributos menores diante da sua obra e do seu projeto, da sua luta pela justiça social, pela independência econômica, da sua grande realização modernizadora.

Mas há ainda um aspecto a notar e a registrar, entre todos esses de maior importância que compõem a figura de Vargas. Quero referir-me à sua grande obra política — a criação do trabalhismo, visto por ele mesmo, desde as suas origens, como o caminho brasileiro para o socialismo democrático. Vale citar trechos de seu célebre discurso na convenção do PTB, em dezembro de 1946, em Porto Alegre:

"Separa o trabalhismo brasileiro dos outros partidos democráticos a diferença de interpretação do conceito social. Impara no Brasil essa democracia capitalista, comodamente instalada na vida, que não sente a desgraça dos que sofrem e não percebem as vezes nem mesmo o indispensável para viver. Essa democracia facilita o ambiente propício à criação dos 'trusts' e monopólios, das negociações e do 'câmbio negro', que exploram a miséria do povo".

"Os trabalhadores devem escolher, de preferência, seus representantes dentro da própria classe, conhecedores de suas necessidades, com a marca de seu sofrimento e a coloração do seu sangue."

"Tendo que optar entre os poderosos e os humildes, preferi os últimos. Não posso desviar de seu curso o sentimento social do povo abandonado. Sinto-me bem entre os trabalhadores e o povo em geral. Neles posso confiar."

"A velha democracia liberal e capitalista está em franco declínio porque tem o seu fundamento na desigualdade. A ela pertencem, repito, vários partidos com rótulos diferentes e a mesma substância. Entre os diversos partidos de organização democrática, e dela exclui os extremismos — em que se fragmenta o panorama político brasileiro há um divisor de águas. De um lado estão os partidos que, com nomes diferentes, significam a mesma coisa. Têm a mesma substância política, social e econômica. Não é de estranhar que venham a se reunir. São expoentes da democracia burguesa, da velha democracia liberal, que afirma a liberdade política e nega a igualdade social. Toda essa liberdade política está organizada no sentido de defesa dos seus interesses econômicos. Não tem conteúdo nacional. Giram em torno das competições regionais e acompanham o poder."

"Separa o trabalhismo brasileiro, dos outros partidos democráticos, a dife-

rença de interpretação do conceito social."

"Ou a democracia capitalista, compreendendo a gravidade do momento, abre mão de suas vantagens e privilégios, facilitando a evolução para o socialismo, ou a luta se travará com os expoliados que constituem a grande maioria numa conturbação de resultados imprevisíveis para o futuro.

Essa espécie de democracia é como uma velha árvore coberta de musgos e folhas secas. O povo um dia pode saudá-la com o vendaval de sua cólera, para fazer reverdecer em nova primavera cheia de flores e de frutos."

"A outra é a democracia socialista, a democracia dos trabalhadores. A esta eu me filio. Por ela combaterei em benefício da coletividade."

Eis já em 1946 Getúlio Vargas o antecipador do socialismo democrático no Brasil. Eis Getúlio Vargas contemporâneo do futuro, presente ainda hoje, com o mesmo sabor de desafio e ensinamento, como quando disse o que disse há quase quarenta anos.

Com estas citações completo minhas referências, Congressistas. A vida e a obra de Getúlio Vargas continuam sendo analisadas, relatadas e exaltadas em livros e livros. Jamais o tema por inteiro caberia num discurso.

O que importa aqui é a homenagem que se presta. Homenagem mais oportuna e mais justa do que nunca, no momento difícil que o Brasil atravessa. Homenagem a esse brasileiro que em nenhum momento de sua vida, como também no momento de sua morte, deixou diminuir a expressão de sua personalidade e o sentimento da grandeza de sua Pátria, que sempre guardou no fundo de seu coração.

Nada mais significativo na vida, missão e obra de Getúlio do que sua morte. Vivendo politicamente, politicamente soube morrer.

Por isso mesmo, nada melhor para reverenciar sua vida do que ler mais uma vez aquilo que foi o testamento de sua morte, onde desenha em síntese o quadro agudo da crise que o pretendia paralisar e silenciar.

Anexo ao meu discurso em homenagem à sua vida grandiosa a mensagem do seu martírio em favor de sua Pátria:

#### "CARTA TESTAMENTO

Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim.

Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. Sigo o destino que me é imposto. Depois de dezenas de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei um regime de liberdade social. Tive que renunciar. Voltei ao Governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se às dos grupos nacionais contra o regime de garantia do trabalho. A Lei de Lucros Extraordinários foi detida no Congresso. Contra a injustiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar a liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da

PETROBRÁS, e mal comecei esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A ELETROBRÁS foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente.

Assumi o Governo dentro da espiral inflacionária que destruía os valores de trabalho. Os lucros das empresas estrangeiras alcançavam até 500% ao ano. Nas declarações de valores do que importávamos existiam fraudes constatadas demais de 100 milhões de dólares por ano. Veio a crise do café, valorizou-se o nosso principal produto. Tentamos defender seu preço e a resposta foi uma violenta pressão sobre a nossa economia a ponto de sermos obrigados a ceder.

Tenho lutado mês a mês, dia a dia, hora a hora, resistindo a uma agressão constante, incessante, tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado. Nada mais vos posso dar a não ser o meu sangue. Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida. Escolho este meio de estar sempre convosco. Quando vos humilharem sentireis minha alma sofrendo ao vosso lado. Quando a fome bater a vossa porta, sentireis em vosso peito a energia para a luta por vós e vossos filhos. Quando vos vilipendiarem, sentireis no meu pensamento a força para a reação. Meu sacrifício vos manterá unidos e meu nome será a vossa bandeira de luta. Cada gota do meu sangue será uma chama imortal na vossa consciência e manterá a vibração sagrada para a resistência. Ao ódio respondo com o perdão. E aos que pensam que me derrotaram respondo com a minha vitória. Era escravo do povo e hoje me liberto para a vida eterna. Mas esse povo de quem fui escravo não mais será escravo de ninguém. Meu sacrifício ficará para sempre em sua alma e meu sangue terá o preço de seu resgate.

Lutei contra a espoliação do Brasil. Lutei contra a espoliação do povo. Tenho lutado de peito aberto. O ódio, as infâmias, a calúnia, não abateram meu ânimo. Eu vos dei a minha vida. Agora ofereço a minha morte, nada receio. Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história".

Getúlio Vargas"

(Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao Deputado José Genoíno.

**O SR. JOSÉ GENOÍNO** (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador Nilo Coelho, familiares do ex-Presidente Getúlio Vargas, Srs. Congressistas, antes de iniciar meu pronunciamento, como representante da bancada do Partido dos Trabalhadores, e como esta é a única sessão de hoje na Casa, gostaria de registrar que estão presentes nas galerias moradores da favela do Areal, de Taguatinga, que ainda na última semana tiveram seus barracos destruídos e se viram expulsos dos seus lares, muito embora fossem pobres. Essas treze famílias vêm à Casa do povo expor os seus problemas e convidar os partidos políticos para uma visita aos locais em que estão vivendo. Uma parte está morando numa igreja e outra continua nas terras onde seus barracos foram destruídos.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as solenidades não são, nem devem ser, momentos em que prevaleça o elogio ou a crítica fácil. Antes, são a análise, conduzindo à justa reflexão que deve estar presente. Esse é o espírito — se podemos expressar assim — que pretendemos norteie esta abordagem. Getúlio Vargas: a contraditória e, por isso mesmo, fascinante personalidade que por quase 30 anos foi protagonista da cena política brasileira — tanto nos bastidores como no palco.

Desde a revolução que abalou definitivamente o domínio das oligarquias, em 1930, até a tragédia do agosto de 1954, quando escolhe o suicídio, essa perplexa dignidade dos que não vêm saídas, é a figura de Vargas que corta e recorta a vida política do País.

É tão forte e tão evidente essa verdade que muitos são os que supõem que a história desse período foi moldada por um único indivíduo. No entanto, a roda da história não se move pela força das personalidades; é preciso a ânsia coletiva das classes em luta para impulsioná-la. Os indivíduos são gerados, ou melhor, compõem esse processo; e quando têm sensibilidade para entender, encarnar e refletir os sentimentos de determinadas classes, transformam-se em seus líderes. Vargas não foge à regra. Ao contrário, confirma-a de maneira notável. A sua política contraditória corresponde às contradições de sua classe; a ambigüidade política de sua classe é refletida na sua política de ambigüidades; os impasses que vivenciou indicavam impasses de sua classe; o seu colapso pessoal assinalou o colapso político de sua classe.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o projeto político burguês que emerge, em 1930, na luta contra as oligarquias da República Velha, vem enredado já numa teia de contradições. A sinuosidade da política getulista é a expressão das tentativas que tal projeto, sistematicamente, realizará para desembaraçar-se da sua atormentada dialética e enraizar-se no solo político e histórico da sociedade brasileira. As contradições que o atravessam, no entanto, não lhe darão repouso.

Elas se originavam na própria dinâmica social interna, onde, por um lado, o proletariado emergente é um pólo constante de tensão e preocupação para a burguesia e, por outro, há o peso do que havia de velho e oligárquico que o movimento de 1930 não havia conseguido aniquilar.

Além disso, somavam-se as crises internacionais. As disputas entre as potências traziam em sobressalto o governo getulista; seja no temor de que sobre ele desabassem pesadamente as consequências das disputas, seja no esforço de tirar partido delas.

Esse quadro traz singulares consequências: os propósitos, sempre tão proclamados, de harmonizar o desenvolvimento econômico independente com o relativo grau de liberdade, não puderam realizar-se. Como se a história insistisse em ironizar, ridicularizando os atores, toda vez que o nacionalismo entrava em cena, as precárias liberdades conquistadas retiravam-se, como é o caso do Estado Novo. Quando retornam os espaços democráticos trazem consigo as elites reacionárias e entreguistas, como é o caso do governo Dutra. E exatamente pela impossibilidade de a burguesia propor-se como síntese desse processo é que nem se promove o desenvolvimento nacional independente, nem se assegura a liberdade.

Os apelos à independência jamais como- veram os empresários. Os patrões nacionais sempre preferiram a sólida certeza dos acordos econômicos, à sombra dos patrões internacionais, às incertezas do confronto po-

lítico. Assim, preferiram entregar as bandeiras aos irrequietos plebeus. Fossem eles os jovens tenentes de 30, fossem os setores populares que se mobilizaram na campanha da PETROBRAS. O fato é que entre a necessidade de reformas e o temor de promovê-las, pois pelas brechas poderiam penetrar os interesses dos "de baixo", a burguesia busca uma saída. Encontra-a no Estado Novo. Então infesta as ruas com os policiais de Felinto Müller, cria o famigerado Departamento de Imprensa e Propaganda para censurar a imprensa, enche os cárceres com líderes e ativistas do movimento popular, copia, à moda cabocla, o perfil sanguinário do fascismo; e, ao mesmo tempo, põe o Estado a serviço do desenvolvimento industrial, estendendo sua mão protetora sobre as riquezas minerais.

Paralelamente, maneja instrumentos mais suaves, que não se destinam à repressão das massas, mas à sua cooptação. É o caso, por exemplo, do Ministério do Trabalho, que inteligentemente, põe em prática uma política que se antecipa à eclosão dos conflitos sociais, concede melhorias, antes mesmo que elas sejam reivindicadas nas ruas. Dessa forma a mitológica e "bondosa" face do Estado "pai dos pobres". Estado que, talvez para melhor "educar seus filhos", não abre mão do controle e da possibilidade da coerção. É por isso que os aspectos autoritários da legislação trabalhista surgida no período de Vargas, ditador do Estado Novo, não são abolidos pelo Vargas Presidente eleito pelo voto. E se a CLT contempla, de fato, alguns benefícios aos trabalhadores, é iluminada também pela sombria inspiração do facismo que mantém os sindicatos atrelados ao poder.

As contradições que vinham represadas desde o Estado Novo desaguam com maior violência no segundo período de Getúlio. Agucam-se as tensões, principalmente com o imperialismo. Os dilemas passam a ser mais abertos e diretos: ceder ou resistir? Eis a questão. Apoiar-se no povo ou capitular? Eis a urgente questão a reivindicar uma urgente resposta.

A nave do Estado estala e faz água na tempestade dos interesses contrariados. Hoje aumenta-se o salário dos trabalhadores em 100%; amanhã admite-se a demissão do Ministro do Trabalho, João Goulart. Hoje cria-se a Instrução n.º 70, favorecendo a indústria nacional; amanhã substitui-se a CEXIM pela CACEX para responder às vontades reacionárias e imperialistas. Hoje negocia-se com os grevistas, sem violência; amanhã ajuntam-se as acusações de que o País é uma república comunista-sindical. Hoje assina-se o Decreto n.º 2.004, criando a PETROBRAS; amanhã enfrenta-se o ódio acirrado da Shell, Texaco, ESSO...

Proliferam as conspiratas, as intrigas de gabinetes, as pressões. Aprofunda-se a debilidade de uma classe, escasseia a base de apoio de um governo. Falta coragem para apoiar-se nas massas. Falta força para defender-se sozinho. A morte de um homem encerra um ciclo histórico. Que lições extrair?

Os desafios que a herança de Vargas carrega ainda estão aí, presentes. A sua contrariedade continua a expressar-se na vida política do País onde, entre aqueles que se consideram seus mais legítimos herdeiros, alguns assumem a conciliação com o regime militar.

Nós, passados 30 anos, ainda nos defrontamos com a necessidade de desmistificar e combater o paternalismo. Ainda persiste a luta para desatrelar os sindicatos do Estado. Ainda é preciso insistir para que as questões democráticas e a questão nacional sejam pensadas fora do horizonte da liberdade puramente formal e da pregação, também

formal, da soberania; e passem a atacar a raiz estrutural da opressão: a exploração do trabalho pelo capital.

Não podemos ser indiferentes à era de Vargas, repetimos. O seu legado ainda permanece; tanto no que ele significa de fragilidade e impotência política de uma classe, quanto — e isso é fundamental — no que ele pode gerar de mitos e fetiches a entorpecer a vontade transformadora das maiorias.

Passados 30 anos, ainda estamos lutando para construir uma alternativa de independência política dos explorados, com a classe operária à frente, com capacidade de torná-los governos de si mesmo, realizando as transformações exigidas pela secular estrutura de desigualdade e injustiça.

Resta, portanto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, reafirmar neste momento uma verdade: a independência política dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores a fim de que não lhes reste o suicídio como destino histórico. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Com a palavra a Deputada Ivete Vargas. (Palmas.)

**A SRA. IVETE VARGAS** (PTB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, senhores convidados, delegações do PTB do Estado do Rio de Janeiro, do Paraná e do Rio Grande do Norte, gente simples de Brasília, que quis o destino estivesse nesta Casa como a marcar o entrelaçamento permanente que sempre houve entre tudo o que se relacionasse com Getúlio Vargas e o povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Vargas Neto, cantor da sua terra, da sua gente, de seus costumes, lendas e tradições, escreveu: "São Borja, minha terra, foi a última capital das Reduções. Terra tão vermelha que parece feita sobre um coração. São Borja dos tesouros escondidos. Da colher redonda espia as águas e mira-se, faceira, no Uruguai, o espelho movediço das trigueiras. E quando o outono, que é seu noivo, chega, põe a grinalda de flor das laranjeiras, como se fosse para se casar."

São Borja, fundada pelos Jesuítas no Século XVII, que empreenderam uma das mais válidas e interessantes experiências da América colonial, estabelecendo um regime político autocrático, de economia coletivista, onde a comunidade era responsável pelos incapazes, objetivando, através da ação comunitária, a distribuição de renda e a solidariedade social; São Borja, peleando em todos os entreveros do agitado período da União Ibérica, quando os colonos discutiam, na ponta das espadas e com a ocupação territorial, os acordos celebrados nas cortes europeias; São Borja farroupilha, ao lado dos republicanos; São Borja, empapada de sangue por uma das mais heróicas resistências, oferecidas à invasão paraguaia; São Borja, abolindo a escravatura, antecedendo-se à Lei Áurea por um decreto da sua edilidade; São Borja, tentando abrir caminhos para a República, através da Moção Mariense; São Borja, com o seu horizonte limitado pela presença do estrangeiro. São duas línguas que se desentendem; dois conceitos de soberania que se entrecocam; duas bandeiras que se defrontam, mas São Borja, voltando-se para olhar, lá no Extremo-Sul, a Pátria inteira, identificando-se na unidade do Brasil.

Foi nessa São Borja que, há um século, nasceu Getúlio Dornelles Vargas. Sua infância transcorreu no pampa infinito, talvez correndo carreira com o minuano, sentando-se no galpão, ao redor do fogo; com a peonada, participando do amargo, que

corria de mão em mão, ouvindo as estórias da campanha, da gesta gaúcha e aprendendo, no cotidiano, os sentimentos que até hoje caracterizam aquele povo forte.

Sua mocidade, transcorreu na Porto Alegre Castilhista, não apenas absorvendo a filosofia que empolgava o Rio Grande, mas vivendo-a naquela atmosfera que o positivismo moldara administrativa, política e filosoficamente.

Projetado para o cenário nacional, estabeleceu contato físico com o País. O Pacto de Pedras Altas, em 2 de fevereiro de 1927, fá-lo voltar ao pago como "o pacificador", unindo a família gaúcha e impulsionando o desenvolvimento e o progresso de sua terra. A sucessão nacional evidencia, mais uma vez, a predominância de grupos fechados e de uma faixa geográfica estreita, a conduzir, ao sabor dos seus interesses, os destinos do Brasil.

A crise de 1929 foi o sinal irrecusável de que o processo produtivo da monocultura cafeeira se havia esgotado, já não suportando as necessidades de uma comunidade que diferenciava uma classe média urbana crescente e dedicada a prestar serviços. Entre esses serviços, a segurança, inclusive a da Nação, garantida pelas Forças Armadas, e as funções civis do Estado compunham a parte principal do quadro compreendido pelo comércio e a correspondente estrutura financeira.

O impacto interno da recessão mundial empobreceu fazendeiros e exportadores de café. Rompeu-se o poder político que sustentavam e ruíram as instituições ante as pressões mal contidas. A falta de mercado internacional esgarçou o poder econômico dos coronéis do café, cuja monocultura, erigida sobre o trabalho assalariado dos colonos imigrados, substituía a velha, a escravocrata aristocracia canavieira que, por sua vez, sustentara a Monarquia.

Pelas fissuras, extravasaram-se os anseios e necessidades da classe média. Não foi por acaso a participação dos tenentes no Movimento de 1930. Os jovens oficiais representavam um novo componente social, formado pelos servidores do Estado, em uma época em que as atividades públicas civis estavam ainda longe do número e da complexidade que apresentam agora.

A Revolução de 30 foi o pórtico de uma grande transformação e o vulto de Getúlio Vargas é o símbolo dessa transformação, a mais significativa por que passou o povo brasileiro neste século.

A Nação fê-lo instrumento da sua vontade. Por meio dele, das equipes que se reuniram ao seu redor, dos movimentos que representou e exprimiu, separaram-se as Histórias: a da velha e a da nova República. Derrubara-se a Monarquia em 1889; extinguiram-se os títulos de uma só vida. Mas os coronéis da República Velha substituíram os titulares do regime anterior, criando um, talvez mais fechado ainda. Os poderes político e econômico não estavam a serviço do povo ou da Nação. O Brasil, que já possuía a segunda maior esquadra do mundo e cuja moeda estivera a par com a libra esterlina-ouro, sofria as drásticas consequências de não ter embarcado na hora inicial da grande Revolução Industrial. O capitalismo expansionista, selvagem e cruel, gerara o imperialismo, e este, como um ampliado Tratado de Tordesilhas, dividia, não apenas a América, mas o mundo, entre as "nações casas-grandes", cada vez mais ricas, e as "nações-senzalas" ou subdesenvolvidas, porque superexploradas.

A frustração com o processo político, a crise econômica e as injustiças sociais se

fundiram num sentimento de revolta e angústia que transbordou na revolução redentora de 1930, que viria transformar qualitativamente as estruturas sociais, embora não tendo logrado atingir a total plenitude das suas metas: a definitiva libertação econômica do País, uma sociedade equilibrada, com a extirpação da exploração do homem pelo homem e um regime político de respeito ao direito de todos e de cada um.

Comandou-a Getúlio Vargas. E se ele pôde ser o efetivo intérprete da hora é porque, nas suas raízes de berço e de formação, encontramos os fundamentos que inspirariam toda a sua obra e a sua ação política, resumidas no acendrado amor pelo País e no desejo de resgate das camadas populares, estabelecendo que o importante não era a simples luta pelo poder, mas o uso social desse poder.

Faziam-se necessárias profundas reformas de base para arrancar as populações da situação de ignorância, de fome e de miséria em que se achavam abismadas.

Pela primeira vez as multidões acorreram, como aconteceu no dia 1º de janeiro de 1930, à Esplanada do Castelo, para ouvir os políticos. E Getúlio Vargas inicia a apologia da gente simples, das massas trabalhadoras, cuja sensibilidade política enaltece: "Apesar de nem sempre terem dos fatos uma visão de conjunto" — diz ele nessa ocasião — "são realmente as classes populares, sem ligação social, as que sentem, com mais nitidez, em toda a extensão, por instinto e pelo reflexo da situação geral do País sobre as suas condições de vida, a necessidade de modificação do processo político e administrativo".

Em São Paulo, na campanha eleitoral de 1930, quando passou pela Estação do Brás, Getúlio Vargas foi aclamado pela multidão de operários e pessoas simples que lançaram o slogan que muitos anos mais tarde se tornaria famoso: "Queremos Getúlio. Queremos Getúlio".

Mas, naquela época, as eleições nada tinham a ver com o povo, sendo apenas um processo viciado para dar a impressão de legitimidade aos conchavos dos donos do poder.

A Revolução de 30 introduziu o voto secreto, o voto feminino e a justiça eleitoral e, com a instituição da Previdência Social, da jornada de oito horas, da sindicalização compatibilizada com a sociedade, da estabilidade aos dez anos de serviço e de todo o elenco, na época, verdadeiramente, pionero de conquistas, integrou o trabalhador na comunidade brasileira. Extinguiu a acanhada estrutura partidária e suas forças eleitorais, a bico de pena. Superou uma vida parlamentar que apenas prolongava os instrumentos do Poder Executivo, já que os Deputados eram mais nomeados do que eleitos. As urnas eram meros disfarces, que apenas confirmavam candidaturas, cuja gênese não ultrapassava a indicação das presidências dos Estados ou da República.

O banimento de Washington Luiz marcou o início de derrogações importantíssimas. Após 1930, acelerou-se, tardiamente, o processo nacional de industrialização; expandiu-se a produção têxtil e a transformação de alimentos; implantaram-se oficinas. Houve o aproveitamento do carvão nacional. Surgiu, com Volta Redonda, no início dos anos 40, única indústria de aço a não integrar o trust internacional, a perspectiva da indústria pesada.

Getúlio Vargas escreveu a propósito:

"Devemos aludir a opiniões equivocadas que costumam apresentar relativamente à nossa situação em face do

braço e do capital estrangeiro. Tem-se afirmado, levianamente por certo, que o Governo do Brasil impede ou dificulta a entrada das reservas financeiras que procuram entre nós aplicação remuneradora. Não é verdade. Aquilo de que fazemos questão — e temos o direito de o fazer — é que os capitais aqui investidos não exerçam tutela sobre a vida nacional, respeitem as nossas leis sociais e não pretendam lucros exorbitantes, próprios das explorações coloniais ou semicoloniais."

Era o aprofundamento da orientação nacionalista de sua política.

Foi essa posição de procurar defender, a qualquer custo, os interesses do País uma das mais fortes determinantes de sua deposição a 29 de outubro de 1945. E, nos anos que se seguiram, diminuiu a produção nacional e quase sumiram as reservas de ouro que lastream nossa moeda, dissipada com a compra de quinquiarias, em decorrência do lesivo acordo de Bretton Woods.

O momento é breve e não comporta a descrição completa da extensa e profunda revolução por que passou a vida brasileira de 1930 a 1945. Alguns aspectos foram lembrados com o fito apenas de indicar a complexidade da sua natureza econômica, social, política, jurídica e institucional.

Desde então, formou-se, organizou-se e cresceu o proletariado urbano. Modificaram-se as relações de trabalho, suas instituições e legislações, e o que era pionero, à falta de aperfeiçoamento e de transformação, tornou-se obsoleto.

Getúlio Vargas, em etapas distintas de Governo, com auxiliares variados, manteve, pela ação da sua presença, uma profunda unidade em todo o seu Governo. Não foi nunca o ditador que os detraidores, mais que os críticos, teimam em inquiná-lo. O período de transformações intensas formou dinamicamente as bases de uma outra estrutura institucional. Foram as novas realidades econômicas e sociais, consolidadas ao longo desse memorável período, que permitiram o surgimento de uma democracia representativa nacional no pós-guerra.

Vargas não ditou sua vontade à Nação; foi o intérprete ágil e conciliador da vontade das maiorias. Não fora assim, não teria durado.

Sua criatividade e sensibilidade permitiram-lhe ser o mais importante porta-voz, ajudando a coletividade a superar os conflitos, a reconstruir suas instituições e a explicitar um novo pacto social.

Se não fosse este o significado dos fatos, Getúlio Vargas não regressaria, como regressou, pela consagração do voto popular direto, ao Senado, em 1946, e à Presidência da República, em 1950, num rito coroador do processo constitucional, cuja sementeira e germinação demoraram nos longos quinze anos de transformação revolucionária.

Em 1950, à época da eleição presidencial, repetiram-se as mesmas jogadas de sempre, os mesmos conchavos, os mesmos co-chichos, cuja finalidade era manter o poder nas mãos dos mesmos grupos que nada haviam feito e nada fariam em benefício do povo e do País.

A gente brasileira sentiu que ele seria a única solução, a esperança de um futuro melhor.

Getúlio relutou em aceitar a sua candidatura, mas os trabalhistas fizeram-no candidato, aclamando seu nome no dia do seu aniversário, a 19 de abril de 1950.

E eu ainda recordo em São Borja, na Granja São Vicente, de propriedade de João

Gculart, em meio ao entusiasmo esfuziante de seus companheiros, a sua postura tranquila, na qual no fundo havia um longínquo prenúncio de tristeza quando pronunciou a frase que incendiou o Brasil: "Levai-me convosco".

Iniciava-se, naquele momento, a primeira grande mobilização política realizada no Brasil, através da qual um homem já idoso enfrentou e derrotou todos os partidos que defendiam, não idéias, mas interesses individuais ou grupais.

Tendo fundado, em 1945, o Partido Trabalhista Brasileiro para, através dele, dar às classes trabalhadoras o seu instrumento de luta, procurava garantir a perpetuidade do compromisso com os seus ideais.

Na convenção do PTB em Porto Alegre, a 2 de fevereiro de 1946, proclamou ter o Partido Trabalhista Brasileiro dois grandes objetivos a realizar:

"Um é o de manter intactas as conquistas das leis trabalhistas outorgadas no meu Governo. É preciso que nenhuma delas sofra sequer uma restrição, mas que continue a sua evolução normal, lutando o PTB no sentido de que essa legislação social seja cada vez mais aperfeiçoada. O outro dos objetivos do partido é que, sendo um partido de massas e tendo fins concretos, tem também grandes idéias. É um partido de idealistas, cujo raio visual se estende e confunde com os horizontes da nossa Pátria".

Em 29 de novembro de 1946, em Porto Alegre, Getúlio Vargas proclama:

"Ou a democracia capitalista comprehende a gravidade do momento, abre mão de suas vantagens e privilégios, ou a luta se travará com os espoliados, que constituem a grande maioria, numa conturbação de resultados imprevisíveis para o futuro. A velha democracia liberal e capitalista está em franco declínio, porque tem seu fundamento na desigualdade. A ela pertencem — repito — vários partidos com rótulos diferentes e a mesma substância. A outra é a democracia social, a democracia dos trabalhadores. A esta eu me filio".

Em São Paulo, a 16 de janeiro de 1947, Getúlio Vargas mostra que o fetichismo das leis nas democracias burguesas esconde, muitas vezes, um conservadorismo imobilista a serviço de vantagens e privilégios:

"No regime da democracia capitalista" — observa — "liberdade é a faculdade de agir dentro da lei, mas se a lei é feita para defender os interesses, cuidada sobre a base de verdadeiros privilégios, a luta se travará para a defesa destes, através de trustes e monopólios".

Reconduzido pelo povo ao poder, Getúlio Vargas inicia a fase mais extraordinária de sua vida pública: Sabe o que deve fazer em benefício do Brasil, e tudo faz com os olhos voltados para o povo. Sabe que não tem tempo a perder e vai logo atacando os problemas fundamentais: A 19 de junho envia mensagem ao Congresso Nacional criando o Serviço Social Rural; em outubro remete o projeto de criação do Banco do Nordeste do Brasil; propõe, a 8 de setembro, o Programa do Petróleo Nacional e a criação da PETROBRÁS. A 4 de janeiro de 1952 procura, através de decreto, disciplinar o retorno do capital estrangeiro, problema que o preocuparia até o final da vida. No dia 1º de maio, procura conscientizar os trabalhadores para a importância de sua participação na vida política.

Em janeiro de 1953, Getúlio Vargas sanciona a Lei do Plano da Valorização da Amazônia. Na Mensagem de reabertura do Congresso Nacional, lida a 15 de março, tece considerações sobre a falta de sintonia entre os partidos políticos e os interesses nacionais. Mostra a importância da atuação das corporações políticas para impedir que o povo, à falta de esclarecimento, seja atraído para opções extremistas.

"Não combateremos eficazmente o extremismo" — pondera — "pela mera ação policial ou por meio de discriminações cívicas, mas vencendo os agitadores na capacidade de atrair e de motivar politicamente as massas".

Ao entrar no ano decisivo de 1954, Getúlio Vargas, dotado de extraordinária sensibilidade política, sente que se voltam contra o seu Governo os que sempre se opuseram a qualquer mudança, a qualquer concessão aos trabalhadores e aos oprimidos, as forças reacionárias que, quando se movimentam, é para impedir que o Brasil ande.

Dirigindo-se aos trabalhadores, pela última vez, no dia 1º de maio daquele ano, Getúlio Vargas os conclama à União:

"Não cabe nenhuma hesitação na escolha do caminho que se abre à vossa frente. Não tendes armas, nem tesouros, nem contais com as influências ocultas que movem os grandes interesses. Para vencer os obstáculos e reduzir as resistências é preciso unir-vos e organizá-vos. União e organização deve ser vosso lema. Há um direito de que ninguém vos poderá privar, o direito do voto. E pelo voto podeis não só defender os vossos interesses como influir nos próprios destinos da Nação. Como cidadãos, a vossa vontade pesará nas urnas; como classe, podeis imprimir ao vosso sufrágio a força decisória dos números. Constituís a maioria. Hoje estais com o Governo.

Amanhã sereis o governo".

Quando os atos administrativos revelaram-se pequenos ante o objetivo político maior; quando os gestos políticos ficaram acanhados ante os fins exigidos pela História; quando a ação dos detratores ameaçou afogar o cotidiano com a sua pequenez, agigantou-se no holocausto que o imortalizou.

Getúlio Vargas era, naquele momento, a última barricada contra os que desejavam colocar o País a serviço de interesses antinacionais.

O objetivo da reação era imobilizar o Presidente, humilhá-lo, vencendo pela força o que não haviam conseguido derrotar no terreno das idéias.

Getúlio Vargas, porém, nesse último lance, surpreendeu, mais uma vez, os seus inimigos: ofereceu a vida como testemunha de sua solidariedade inarredável aos ideais por que havia lutado e transformou o seu nome na bandeira de uma causa invencível.

Como Moisés que subiu ao Monte Sinai e estabeleceu contato com Deus, dele recebendo as duas tábulas com os Dez Mandamentos, Getúlio Vargas, através de sua morte, firmou um pacto indestrutível com o povo brasileiro, consubstanciado na Carta-Testamento, síntese de seu pensamento, de sua ação, de sua vida.

E nós, no centenário do seu nascimento, aqui estamos para reafirmar que a sua pregação não foi em vão, que a sua vida fez ainda continuar germinando em ensinamentos.

"Mais cedo ou mais tarde" — disse ele — "o meu destino estará encerrado, mas

o Partido Trabalhista Brasileiro continuará além da minha vida, assegurando a imortalidade dos sentimentos que o criaram e da realidade nacional que o estruturou".

Continuamos os seus seguidores, sem medo, enfrentando os vendavais da incompreensão, auscultando os simples e os humildes que ele tanto amou, vivendo a causa da emancipação nacional e, sobretudo, interpretando suas palavras e o seu legado:

"Violência gera violência; só o amor constrói para a eternidade".

É o amor ao povo, é o amor ao Brasil que há de nos fazer desdobrar-nos com resistência e tenacidade para, seguindo o seu exemplo e a sua lição, construirmos um dia o Brasil fraterno, justo e livre que ele sonhou.

Getúlio Vargas, no centenário do seu nascimento, o PTB, partido que idealizaste para prosseguir a tua luta, vem, desta tribuna do povo, dizer aos trabalhadores e ao Brasil: Presente! (Palmas prolongadas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Leite.

**O SR. JORGE LEITE** (PMDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, autoridades civis, militares e eclesiásticas, senhores convidados, senhoras, senhores.

Getúlio Vargas está vivo na consciência nacional. Foi o que ficou afirmado nas comemorações do centenário de seu nascimento. Na carta testamento comprova-se a presença do grande Líder na atualidade brasileira. Nesse sentido, Vargas não se encontra na galeria da História. Ele está na história de hoje, contemporâneo e atuante na sociedade democrática que tenta reafirmar-se depois de longo período de negação antidemocrática.

É a este contemporâneo, é a este companheiro, aqui presente embora invisível, vivo em nossas ações e em nossos pensamentos, que devemos saudar na comemoração do centenário, ela mesma convertida em um ato de orientação política e social, que revigora em nossa vontade a disposição de retomar o fio histórico, muitas vezes partido, mas sempre capaz de reunir os melhores espíritos de brasiliade.

Pois, Sr. Presidente, a Nação brasileira ainda está em construção, ainda não está completamente a obra, enquanto são grandes os perigos que a cercam de fora, e não menores os perigos que sobre ela pesam aqui dentro. A crise mundial ameaça as nações, principalmente as não completamente edificadas e fortalecidas. Os desertos internos, causados por um modelo de desenvolvimento rápido, mas dependente e elitista, fizeram germinar forças de desagregação que aí estão contra a unidade nacional.

Voltemos, portanto, para o ciclo histórico de Vargas, de 1930 e 1945, para nele encontrar lições e inspirações úteis ao momento tormentoso de agora. Aquele ciclo tem em comum, com os nossos dias, a circunstância relevante de ter sido época de forte crise, aquela que conduziu a mudanças sociais profundas no mundo civilizado, aquela que viveu o fim dos impérios coloniais, aquela que presenciou o nascimento e o começo da ascenção das novas nações, aquela que renovou a sociedade industrial com o advento da classe trabalhadora à cena dos atores políticos reconhecidos.

A crise de nosso tempo está vinculada à crise dos anos trinta. Revive agora nesta década, terminada a reconstrução da guerra mundial, e encerrada a euforia do período

de expansão da economia mundial, e encerrada a euforia do período de expansão da economia mundial, em todos os mundos — no primeiro capitalista, no segundo socialista e também no Terceiro Mundo.

Na biografia de Vargas há, portanto, o que aprender. E muito, Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Primeiro, Vargas nos ensina que a crise mundial é, antes de tudo, uma crise de legitimidade da própria ordem político-econômica internacional, baseada em desigualdades de poder e de renda. Como nos seus dias agrava-se, hoje, a crise de legitimidade. Os países ricos e poderosos, as superpotências e as grandes potências resistem na defesa de seus privilégios, ao passo que em todas as nações inferiorizadas na hierarquia de poder e de renda nacional avoluma-se a exigência de uma sociedade internacional mais democrática. Isto é, de uma comunidade internacional mais igualitária, com mais justa distribuição dos recursos naturais, humanos e científico-tecnológicos. Nenhuma nação aceita, sem protestar, a presente desordem internacional, desordem que se revela na injustiça e na violência, na opressão de muitos sob a hegemonia de duas superpotências e de algumas outras nações industrializadas e possuidoras.

Toda a crise de uma ordem de coisas resulta da consciência mais generalizada de sua ilegitimidade. Assim tem sido na evolução dos povos: a consciência popular, despertada e iluminada, determina a reivindicação da reordenação dos poderes com maior base de legitimidade. As mudanças têm de acontecer porque os povos se põem em movimento por ordem mais igualitária, tanto de oportunidades como de resultados, ou seja, melhor distribuição de meios de vida e de meios de trabalho.

Quero trazer à atualidade Getúlio Vargas, que foi falado por todos aqueles que, usando a tribuna deste Congresso, trouxeram a realidade nacional, e, a nosso ver, em pouco muda a crise de 1954 para a de 1983. Aquela época tínhamos uma crise latente à ordem política deste País, e hoje, para consternação de todos os nossos maiores valores da nacionalidade, do povo brasileiro, assistimos grassar e agravar-se uma crise econômica que empurra a crise social talvez para consequências com as quais todos nós, como congressistas, temos de nos preocupar. E isto, Sr. Presidente, porque é no Congresso Nacional que, na nossa ótica política e na do PMDB, que nesta hora presta homenagens a Getúlio Vargas, temos de circunscrever essa crise e discutir a sua solução, para que não vá fluir para as ruas, sem dúvida alguma sem qualquer controle, e o Congresso seja ultrapassado por acontecimentos como os que há poucos dias a todos nós preocupava em São Paulo e no Rio. Portanto, a homenagem que queremos prestar a esse grande estadista redivivo — que para nós não está nas galerias, está aqui — tem exatamente colocações que, a nosso ver, estão altamente atualizadas em cinquenta e na década de 80.

Vargas, nesse sentido histórico, foi precursor, no Brasil, das posições do Terceiro Mundo. Ao liderar ele boa parcela da consciência brasileira, aquela que não preza aos laços de dependência com os grandes centros metropolitanos de poder internacional. Assim se deve entender sua posição internacional antagônica, de determinado momento, contra os centros tradicionais do capitalismo europeu, aqueles que sustentavam posições fortemente colonialistas em todos os continentes.

Naquele tempo, antes da II Guerra Mundial, como hoje, ainda se trata de criar e de consolidar uma ordem internacional mais justa e digna entre os povos, com alicerces

na norma ética de que a soberania de algumas nações não deve significar o direito de excluir a maioria dos benefícios do progresso e do desenvolvimento. A ênfase do getulismo cai, como na ideologia hoje do Terceiro Mundo, sobre o direito à igualdade, de oportunidades e de resultados. Vale dizer, o direito de todos os países, ainda que pequenas ou médias, de não serem excluídos do bem-estar que o engenho humano já tornou possível alcançar.

A tônica do discurso do estadista cai precursoramente na linha do conceito democrático do Terceiro Mundo. Um conceito, Senhor Presidente, algo distinto do conceito ocidental e soviético de democracia, tanto internacional como nacional. A ênfase e a tônica de Vargas caem sobre o direito à igualdade, tanto entre as nações como entre as classes sociais. Para o discurso getulista-varguista, a democracia é principalmente igualdade de direitos, ou o direito de não ser excluído da soberania e da propriedade.

A democracia do saudoso Presidente, por isso mesmo, se afasta da orientação limitada da democracia puramente liberal e excluente, na qual só os proprietários detinham o poder de governar e concentravam rendas de modo privado.

Vargas tinha a intuição política de que era impossível, como o é nas chamadas democracias fortes do Terceiro Mundo, lutar pela igualdade na ordem internacional, sem promover internamente um regime democrático pleno, um regime coincidente com a definição essencial de democracia: um regime de igualdade interna na sociedade nacional.

A luta externa supunha a unidade interna, e esta pressupunha não a luta de classes, segundo o modelo europeu já politicamente desenvolvido. Mas a conciliação das classes por via da ascensão da classe trabalhadora. O projeto político de Vargas reúne, assim, o desenvolvimento nacional, de um lado, e, de outro, a elevação da classe trabalhadora através de democracia política, entendida antes de tudo como avanço no campo da justiça social.

O projeto político de Vargas incorpora, portanto, os dois elementos centrais da política moderna e contemporânea: a igualdade internacional e a justiça social. Graças a esses elementos realiza-se a unidade nacional, sem exclusão da classe trabalhadora.

O nacionalismo une as classes e a justiça social introduz a classe trabalhadora no salão de decisões da política nacional. A consciência nacional brota necessariamente com a consciência da elevação da classe trabalhadora, as duas se fundindo através de uma política de conciliação de classes, sem a qual a unidade nacional se enfraqueceria e se comprometeria a construção do País.

Ressalte-se ainda, com maior força, o fato histórico inegável: o nacionalismo brasileiro moderno se confunde, na origem, com o getulismo, e a sociedade política brasileira recebe, pelas mãos conciliadoras de Vargas, a participação da classe trabalhadora. Tal obra, tal feito destacam Vargas no cenário político-social brasileiro até os nossos dias. Graças a isso, foi possível ao Estado partejar a ascensão dos trabalhadores sem que a unidade nacional, indispensável à luta pela igualdade internacional, fosse sacrificada pela discordia interna entre os brasileiros.

Sr. Presidente, minhas Senhoras, Senhores:

O grande estadista do Brasil moderno compreendeu, como ninguém, o imperativo

da unidade nacional do País ascendente. Ele subiu ao poder nos braços de uma revolução digna do nome, pois ela rompeu o impasse criado pelas forças políticas do Brasil conservador e oligárquico. Por isso mesmo, Vargas estava, mais do que ninguém, ciente dos perigos de lutas fratricidas originadas na resistência poderosa de forças sociais vinculadas aos privilégios instalados sob a bandeira do liberalismo aristocrático dos senhores de terra, e sob a flâmula do federalismo conservador das forças econômicas agrárias. Essas resistências internas — lembremo-nos de 1932 — se juntaram aos riscos da crise internacional da década de trinta para justificar o esforço getulista de unidade nacional por um programa nacionalista unitário de governo e por uma democracia de justiça social. Vargas traz consigo o planejamento e o desenvolvimento e, com eles, o populismo como instrumento de justiça social, com conciliação de classe. Assim, lança para o futuro as condições que iriam permitir o desenvolvimento posterior da democracia com desenvolvimento. Essa experiência estamos retomando agora, após período em que os objetivos da democracia foram sacrificados pela primeira fóbia e interessada da doutrina da segurança nacional e por uma política de desenvolvimento, que desligou este último dos objetivos igualitários da justiça social.

Agora, repetimos, estamos retomando o caminho da democracia como igualdade e não simplesmente um lema anticomunista, assim como o caminho do desenvolvimento compatível com a ascensão da classe trabalhadora. Esta é a nossa tarefa aqui no Congresso, nos partidos e nas praças públicas. O fio da história, desenrolado por Getúlio Vargas, precisa ser plenamente refeito.

Sr. Presidente, é com tal sentido interpretativo maior que trazemos para o presente a figura de Vargas na comemoração de seu centenário de nascimento.

Ele é o nome tutelar de todos nós, nacionalistas e solidaristas, partidários de um Brasil independente e justo. Ele é o gênio inspirador dos que lutam no Brasil por um mundo democrático, mais igualitário nas relações internacionais, afirmativo da autodeterminação externa dos povos e, ao mesmo tempo, afirmativo da autodeterminação interna dos povos. Já chegou o momento de dizer-se que a luta pela autodeterminação externa não precisa mais exigir qualquer sacrifício da autodeterminação interna dos povos. Ao contrário, democracia nas relações internacionais tem de enraizar-se nos regimes democráticos dentro de cada País. Nada justifica que o domínio externo seja combatido com recurso à sujeição dos povos a tutelas de elites de poder internas, que governam através da coerção e do medo, de elites de poder que praticam a luta de classe na medida em que esmagam a classe trabalhadora.

Pelo que está dito acima, Sr. Presidente, parece claro que a figura de Getúlio Vargas não pode ser apropriada exclusivamente, isto é, com exclusão das demais, por qualquer legenda partidária. Nenhuma legenda, nenhum líder com pretensões carismáticas, pode pretender possuir, como coisa exclusiva, a idéia-força incorporada na figura e na imagem do Presidente Vargas. A simbologia de poder contida na imagem de Vargas é comum a todos, não se diminui restritivamente em qualquer legenda trabalhista das atualmente disponíveis.

Vargas nos ensina, como ninguém, com tanta maestria, a arte da política de unidade nacional através de conciliação em ações de frente política. Ele foi, na verdade, um frentista a governar com conser-

vadores e com trabalhadores, unidos pelo ideal nacionalista, o grande cimento político. Vargas governou com o PSD e com o PTB no mesmo Governo, depois de eleito em 1950. Tal lição vale hoje como nunca, quando as oposições, depositárias dos ideais nacionalistas e de justiça social, procuram realizar políticas de unidade contra um regime que ainda não concedeu ao País e aos trabalhadores, em particular, as franquias democráticas, e que segue política econômica que exclui da propriedade e dos benefícios da propriedade privada e da pública a grande maioria do povo brasileiro não proprietário.

Aqueles que tentam colocar a imagem de Getúlio Vargas na camisa-de-força de uma legenda excluente estão renegando o varguismo, estão humilhando a rica e poderosa simbologia do getulismo, ainda capaz de inspirar novas transformações no País.

A maior homenagem que se pode prestar a Vargas, no ano de seu centenário, é a que se faz elevando a simbologia de Vargas à importância histórica maior na cena política brasileira. Foi o que tentamos fazer.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em nosso discurso não nos preocupamos em falar da História, pois, a nosso ver, ela foi muito bem relembrada por representantes de todos os partidos com assento neste Congresso Nacional. A nossa intenção foi trazer a figura rediviva de Getúlio Vargas para a situação em que hoje se encontra este País.

E, ao encerrar, deixamos consignada a nossa certeza de que haveremos de sair dessa crise econômica, que é vizinha e irmã gêmea de uma profunda crise social; confiamos na sabedoria dos homens que, com assento nesta Casa do Congresso Nacional, legitimam a vontade do povo, tirada das urnas nas eleições de 15 de novembro.

Todos os partidos, acima do interesse partidário, haveremos de lutar numa comunhão de pensamentos, inspirados no ideal do homem que, no seu centenário, é alvo do carinho e do respeito de todos nós. O nosso partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, reverencia a memória de Getúlio Vargas, abraça os seus familiares e ratifica a sua fé no regime democrático pleno, onde o trabalhador tenha assegurado o seu direito inalienável de participar da riqueza desse País, onde a distribuição de renda seja melhor e igualitária, onde possamos ter a certeza de que o Brasil buscará outros caminhos, que não apenas e unicamente os do FMI ou dos banqueiros internacionais, para sair da crise que o assola e que, sem dúvida alguma, é uma repetição do que já ocorria na década de 50, quando o grande estadista Getúlio Vargas foi levado ao suicídio. Com fé e com certeza no regime democrático, o PMDB parabeniza e se associa a todos aqueles que, como nós, comungam nessa homenagem. O nosso discurso foi apenas, repito, no sentido de fazer reviver aquilo que ontem esse grande estadista dizia, em outras palavras e na Carta Testamento: a atualidade da década de 50, mas que, com a sua visão, falava, parece, tudo o que hoje ocorre neste Brasil, que todos queremos ver gigante, unido, vitorioso e independente no concerto das nações.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta é a palavra do Partido do Movimento Democrático Brasileiro em homenagem ao grande estadista Getúlio Vargas. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Srs. Congressistas, Ex.ma família do saudoso Presidente Getúlio Vargas.

As manifestações dos oradores que usaram da palavra nesta sessão comemorativa

do I Centenário de Nascimento de Getúlio Vargas ressaltam, de forma incontestável, a exuberância da personalidade cívica, política e humana do grande estadista que foi Vargas.

Nas fronteiras do Rio Grande do Sul nasceu o homem que, na primeira metade do século, iria mudar os rumos da história do Brasil.

Exceto na monarquia, ninguém governou o Brasil por tanto tempo. Nenhum governante brasileiro teve tão variadas nuances de amor e conflitante individualidade que Getúlio Vargas. A sua influência não se podia ficar indiferente.

Essa grandeza, fruto estranho da dualidade, foi flagrada, com felicidade rara, por Humberto de Campos, que, ao dedicar-lhe um de seus livros, gravou estas palavras: "A Getúlio Vargas, que me venceu duas vezes: uma pelas armas, outra pelo Coração."

Na vanguarda do Tenentismo de 30, a força jovem e conscientizada que se insurgiu reformadora contra a corrupção eleitoral, o mandonismo estadual, a espoliação do País e do povo, veio Getúlio Vargas se impor como líder do movimento para executar o projeto do seu ideário político, tarefa que o definiu, indiscutivelmente, como o grande reformador social e construtor do Estado moderno.

Foi pela sua obra, independentemente do ângulo pelo qual seja julgado na figura polêmica que representa, a figura central do Brasil contemporâneo.

Sob qualquer dos ângulos, Getúlio é uma lição permanente. Lição de estadismo, de sabedoria política, de amor à Pátria. Lição até de humildade de que todos nós, homens públicos, haveremos de imbuir-nos, não tanto para ser grandes, mas sobretudo para bem desempenharmos nossa missão. E que exemplo de humildade não se encerra no desabafo contrito e sublime do homem que, revolucionário e ditador, chegou à conclusão de que "a violência gera violência" e "só o amor constrói para a eternidade"!

Este conceito que, segundo Paulo Pinheiro Chagas, "respira uma sabedoria antiga", deve, mais que nunca, ressoar em nossos ouvidos e pautar nosso comportamento.

Ele pode ser bandeira de nossos dias, quando o diálogo, a compreensão, o entendimento, o despojar das paixões e a união em torno do objetivo maior do bem comum se tornam as armas decisivas na batalha que a Pátria mobiliza contra a crise em que se acha mergulhada.

Este é um momento de coroação. Lembramos principalmente os acertos. E, entre os acertos de Getúlio, devo ressaltar que ele teve o descritivo de saber escolher os auxiliares, tais como o Ministro do Trabalho e da Justiça, no seu primeiro Governo, um grande pernambucano que foi Agamenon Magalhães, mais tarde, no Estado Novo, Interventor Federal em Pernambuco, onde foi, além de Deputado, Governador eleito pela vontade popular. Grande benefício fez Getúlio Vargas ao meu Estado, descobrindo para a política de Pernambuco o sertanejo de Serra Talhada, do Vale do Pajeú, o Professor Agamenon, cuja personalidade Nilo Pereira a define como "romanticamente pernambucana".

Suas preocupações sempre estiveram voltadas para o social, o humano, para os humildes, os desamparados, os moradores dos mampões, dos morros, córregos e alagados. As cartas que recebia deste povo humilde ele se referia como seu "jardim secreto".

A grande amizade e admiração recíprocas que existiam entre Getúlio e Agamenon ficaram finalmente estremecidas, na sucessão estadual, coisas da política...

Mais tarde, Agamenon sem Getúlio no poder, repreendeu um certo general com uma frase que ficou famosa pela coerência histórica com que Pernambuco sempre respondeu às opressões dos governos autoritários: "alto lá, General, não se governa um Estado, como o de Pernambuco, com botas e esporas!"

Em algumas coisas Agamenon parecia com Getúlio. Era também discípulo do lema "ordem e autoridade", "era um disciplinado numa terra de indisciplinados, um sóbrio numa terra de esbanjadores".

Dos dois pode-se fazer a mesma pergunta, formulada sobre um deles pelo Deputado Inocêncio Oliveira: "por que um homem de idéias avançadas e arejadas foi um teórico e executor do Estado Novo...?"

Talvez porque os regimes de exceção surjam sempre nas encruzilhadas históricas da evolução dos povos.

Getúlio denunciou e enfrentou a exploração do País pelo capital estrangeiro que contra ele movimentou os seus tentáculos pelos subterrâneos da influência política, visando a anular o seu projeto social.

Com Vargas o Brasil passou de uma constelação de feudos a uma estrutura federativa de país republicano.

Getúlio manobrou e combateu as forças que finalmente armaram seu braço contra si próprio.

Uma jogada extrema no tabuleiro da estratégia política, num momento de terrível conflito, em que salvou sua honra e resguardou o sangue do povo.

Getúlio deixa à História do Brasil Contemporâneo uma grande obra a ser avaliada e julgada, ao longo dos tempos, nos diversos foros que formam a consciência nacional.

Foi de amor a última lição que Getúlio nos deixou. Para evitar um mar de sangue, Getúlio derramou o seu. Consciente do alcance da grandeza de seu último gesto, foi profeta do destino de sua própria memória, ao assinalar que deixava a vida para entrar na História.

Entrou. Mas de maneira diferente de outros eminentes vultos da vida político-administrativa brasileira. Não pelo fato de sua entrada se ter processado num clímax de tragédia, mas porque, mesmo depois de morto, continuou influindo, como se vivo estivesse, nos acontecimentos marcantes da vida nacional.

Que esta solenidade, que o Congresso Nacional presta a esse estadista, cuja história, durante um quarto de século, se confunde com a própria História do Brasil, e cujo vulto se agiganta à medida que o tempo passa, não se constitua em homenagem apenas simbólica.

O próprio Getúlio Vargas, em discurso que, como orador oficial, pronunciou no dia 21 de abril em Ouro Preto — esse altar da Pátria, ensinou que é construindo para o futuro que honramos no presente as tradições do passado".

A melhor maneira de homenagear Getúlio e de reverenciar sua memória é realizar seu ideal, construindo um Brasil economicamente forte, politicamente estável, socialmente justo, um Brasil de brasileiros irmãos, civis e militares, pretos e brancos. Um Brasil caboclo, um Brasil brasileiro, o Brasil de hoje, o Brasil do amanhã, o Brasil dos sonhos de todos nós. (Palmas prolongadas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Nilo Coelho) — Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 5 minutos.)*

## Ata da 100.ª Sessão Conjunta em 3 de maio de 1983

### 1.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura

#### Presidência do Sr. Raimundo Parente

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-  
SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Aloisio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Luiz Calvalcante — Lourenço Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

#### E OS SRS. DEPUTADOS:

##### Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

##### Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolph Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

##### Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athaide — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

##### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sebastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

##### Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eunício Ribeiro — PDS; Jaime Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Vítor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

**Piauí**

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jona-thas Nunes — PDS; Jcsé Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

**Ceará**

Aécio de Borba — PDS; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moisés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

**Rio Grande do Norte**

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

**Paraíba**

Adauto Pereira — PDS; Aloisio Campos — PMDB; Alvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tar-císio Buriti — PDS.

**Pernambuco**

Airon Rios — PDS; Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Fiúza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

**Alagoas**

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

**Sergipe**

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Fran-  
co — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackcson Barretto — PMDB; Seixas Dória — PMDB.

**Bahia**

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etevír Dantas — PDS; Felix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS;

Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Viana — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgildálio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

**Espírito Santo**

Argilano Dario — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Mirthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

**Rio de Janeiro**

Alvaro Valle; Abdiás do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arlindo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Clemir Ramos — PDT; Darcilio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délia dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Mário Braga — PMDB; Mário Maceado — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

**Minas Gerais**

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Caste-Jon Branco — PDS; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Osvaldo Murta — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

**São Paulo**

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto

Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Non-mura — PDS; Doretto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipa Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — FDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gasthorne Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluhy Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Côco — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — FDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

**Goiás**

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Gené-sio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimen-to — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

**Mato Grosso**

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio de Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

**Mato Grosso do Sul**

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB.

**Paraná**

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Ansel-  
Feraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Sil-  
veira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martinez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Maceado — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Ste-  
phanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

**Santa Catarina**

Adhemar Ghisi — PDS; Cacildo Malda-  
ner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Ama-

ral — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melo — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

#### Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zanetti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

#### Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

#### Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 461 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Wedekin.

**O SR. NELSON WEDEKIN** (PMDB — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, os professores do meu Estado, Santa Catarina, estão em greve.

Reivindicam um piso salarial equivalente a três salários mínimos; reajuste semestral de 15 por cento acima do INPC; plano de carreira para o magistério; 60 por cento de aumento, já; um novo estatuto do magistério; e reclamam a participação na elaboração de um plano estadual de educação.

A paralisação dos professores é, no seu sentido mais imediato, uma resposta à proposta de aumento encaminhada à Assembleia catarinense pelo Governador Esperidião Amin, de 20, 30 e 40 por cento, de acordo com cada faixa salarial, sendo que metade do aumento será paga a partir de abril e a outra metade, em junho.

E no seu sentido mais amplo e social, objetiva o movimento do professorado a melhoria da qualidade geral do ensino em Santa Catarina, através da reivindicação legítima de participar da elaboração de um plano de carreira e um novo estatuto para o magistério, e de um plano estadual de educação.

Isto significa que o movimento não se circunscreve somente a lutas específicas da categoria, porque vai além, ao reclamar por bandeiras que dizem respeito à educação como um todo no Estado catarinense.

O movimento é, igualmente, uma vigorosa denúncia contra a mistificação do Governo, do Governador e do partido oficial, que durante a campanha política de 1982 prometeram expressamente, por escrito, a "concessão de salários que superem, sempre,

os índices inflacionários do período e na freqüência determinada pela alta do custo de vida". Ora, aumento máximo de 40 por cento, distribuído em duas parcelas, mal consegue cobrir a taxa inflacionária de quatro meses.

Alega o Governo que pretenderia dar aumento superior ao proposto, mas que os recursos estaduais não são suficientes, e que houve abrupta queda na arrecadação do ICM catarinense.

No mesmo instante, o Governo do PDS do meu Estado faz publicar anúncio na revista *Veja*, que tem como título "Santa Catarina já decifrou a crise", o qual, em linhas gerais, procura demonstrar que a economia catarinense tem tido, nos últimos anos, uma performance excepcional, e que o Estado está bem aparelhado para suportar as consequências da crise, porque tem "uma das mais ajustadas distribuições fundiárias do País", porque "quase metade dos três milhões de catarinenses estão alistados na sua valente força de trabalho" e por causa da diversificação do seu parque industrial.

Quer dizer, o Governo com certeza mantiu ao prometer aumentos iguais ou superiores à taxa de inflação, e agora, ou mente quando afirma que a receita estadual não comporta aumentos superiores aos propostos, ou quando veicula o reclame oficial na revista *Veja*.

O que é certo é que o Governo e o PDS exauriram o Erário estadual na recente campanha eleitoral, porque a utilização abusiva da máquina estatal e dos recursos públicos, e o abuso do poder econômico, foram duas das razões mais sólidas a explicar a vitória do Sr. Esperidião Amin. Agora, não há dinheiro para pagar melhor e proporcionar ao funcionalismo uma remuneração mais justa.

De outro lado, o Governo se mantém intransigente, e ao contrário de se mostrar predisposto ao diálogo e ao entendimento, ameaça a categoria com o desconto dos dias parados, com a substituição dos professores grevistas, e com críticas pessoais aos principais dirigentes da Associação dos Licenciados de Santa Catarina — ALISC, como fez ainda ontem, em Florianópolis, o próprio Governador do Estado, que não tem compreensão sequer de que se trata de um movimento social, de larga ressonância em toda a sociedade catarinense, e que a ALISC e seus dirigentes não determinaram a greve de cima para baixo, porque ela foi amplamente debatida em vários encontros regionais do professorado.

Denunciamos, desta tribuna, o Governo pedestista de Santa Catarina, pela sua conduta autoritária, antidemocrática, e pela completa ausência de entendimento do que seja um movimento genuíno, legítimo, e que corresponde ao desejo, ao anseio de toda uma categoria, que só não adere com maior intensidade à paralisação por causa das pressões e ameaças — instrumentos que o PDS e seus Governadores sabem manobrar com muita competência.

Apoiamos os professores catarinenses e nos solidarizamos com o seu movimento, com a sua entidade estadual, a ALISC, porque reconhecemos no movimento justiça e legitimidade, inclusive porque se tornou o recurso extremo do professorado, já que o Governo se mostra insensível a toda negociação.

E exigimos do Governo do PDS e do Governador Esperidião Amin que retornem ao caminho do bom senso, que se afastem da opção radical que escolheram para tratar da matéria, que se abandone a estratégia da ameaça e do terror contra o professorado e que — afinal — cumpram os compromis-

sos de campanha, pois governar com a participação comunitária — como prometeram em campanha — não é impor sua vontade pela força e pelo poder, como está fazendo neste momento.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

**O SR. JOSÉ FOGAÇA** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senhores Congressistas, temos colocado nosso mandato neste Congresso a serviço do interesse da classe trabalhadora e da melhoria efetiva das condições de vida dos assalariados deste País. No entanto, não podemos perder de vista que, neste momento gravíssimo de crise social e econômica em que vive o País, o funcionamento da economia representa também garantia de emprego para os trabalhadores.

No meu Estado, o Rio Grande do Sul, sem grandes investimentos e sem grande concentração de capital, as empresas de pequeno e médio porte sustentam praticamente 80% da sua mão-de-obra. Por isso, preocupa-me sumamente a denúncia publicada pelo jornal "Folha da Tarde", de Porto Alegre, edição de 3-5-83, a respeito da marginalização de uma empresa de 650 empregados, a MADAL de Caxias do Sul, de capital exclusivamente nacional, que está numa situação bastante difícil, diante da grave crise que o País enfrenta.

A MADAL é uma empresa que opera no setor de máquinas e implementos agrícolas e, para tentar criar alternativa de mercado, investiu na produção de empilhadeiras, a serem vendidas para os portos brasileiros. A PORTOBRÁS, inclusive, aceitou a proposta da MADAL e resolveu encenhar quatro empilhadeiras por setecentos milhões de cruzeiros, preço que, conforme as informações que nos chegam do Rio Grande do Sul, é bastante inferior àquele oferecido pelas empresas estrangeiras que operam no setor.

A bem da verdade e a título de ilustração, é preciso que se diga que estas empilhadeiras não são fabricadas no Brasil. Todas as que existem no País hoje são importadas, mas a MADAL, indústria caxiense, gaúcha, brasileira, resolveu investir no setor para tentar ocupar esta faixa de mercado. No entanto agora, por motivos desconhecidos, possivelmente por um laudo técnico, as quatro empilhadeiras da MADAL foram dispensadas pela PORTOBRÁS.

Sr. Presidente, estranhamos esse fato e queremos trazer à Casa a nossa denúncia. No momento em que enfrentamos situação afeita, como a que vive a economia brasileira, com um desemprego que atinge níveis dramáticos, como o que temos hoje no Brasil, uma empresa nacional se vê assim marginalizada. Possivelmente, as empresas estrangeiras que operam nesse setor é que acabarão sendo favorecidas.

Sr. Presidente, para que seja transscrito nos Anais deste Congresso, passo a ler o artigo publicado pelo jornalista Sérgio Oliveira, do jornal *Folha da Tarde*, intitulado "Se a MADAL fosse multinacional", cujo teor é o seguinte:

"O desemprego está aí mesmo para quem quiser ver. E não escolhe cidade. Tanto faz uma cidade industrial como Caxias, como São Lourenço ou Pelotas. O problema é geral. E a todo instante a gente vê prefeitos, vereadores, deputados andando pelos gabinetes do poder, em Brasília, em busca de soluções que possam minorar o sofrimento. E todo mundo pedindo, pedindo, pedindo.

Mas o que parece, o problema, grave, não está sensibilizando alguns órgãos públicos que assistem a tudo como se nada estivesse acontecendo.

E eu conto um caso típico.

A MADAL, empresa caxiense de longa tradição na indústria de máquinas e implementos agrícolas, atravessa uma crise difícil, como de resto, centenas de outras empresas nacionais. Mas a MADAL não se mixa, vai lutando, enfrentando a maré dura, vai sustentando a fábrica e seus 650 empregados.

Há bem pouco a MADAL descobriu que os portos brasileiros estão necessitando de empilhadeiras e que as empilhadeiras que compramos são estrangeiras. A partir daí a MADAL resolveu investir no setor e começou a fabricar empilhadeiras. Mas para fabricar, tem de ter comprador. E ela conseguiu que a PORTOBRÁS, órgão do Governo, acreditasse no seu produto.

Tudo bem. Tudo acertado. A PORTOBRÁS, orientação do ministro Soares Severo, resolveu encomendar quatro empilhadeiras ao preço de Cr\$ 700 milhões. Preço, diga-se a bem da verdade, muito inferior ao das inglesas. Mas a MADAL precisava, para sair do sufoco, de uma carta de fiança de um órgão. E tudo ficou acertado entre o órgão, a empresa e a PORTOBRÁS.

Ou melhor, quase tudo. Na hora dos finalmente, técnicos desta empresa governamental simplesmente brecaram o negócio, não aceitando nem outras propostas, todas elas honestas e avalizadas pelo Ministério dos Transportes e pelo Juiz de Direito de Caxias do Sul.

O que fazer? Para a MADAL seria fácil. Bastava fechar e demitir seus 650 funcionários criando mais um problema social.

E, certamente, os técnicos do órgão que brecou tudo iriam dormir tranquilamente. Estão com seus empregos garantidos, bons salários, mordomias.

Não conheço a MADAL nem seus dirigentes. Conto o fato porque sei que os órgãos do Governo Federal estão de olho no caso. E ninguém gostando da solução dada pelos técnicos do órgão.

Como a MADAL é uma empresa nacional, gaúcha e caxiense, tudo pode ficar como está. Fosse uma multinacional, ah! A conversa seria outra, com outra solução na horinha."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Milton Figueiredo.

**O SR. MILTON FIGUEIREDO** (PMDB-MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, depois de o Brasil inteiro ter dado enormes gargalhadas a respeito do incidente publicado hoje na **Folha de S. Paulo**, ou seja, que o Presidente da República respondeu a alguns Deputados afoitos que reclamavam do acordo PTB-PDS com uma sonora "banana", uma mão sobre a outra. Vemos que este não é realmente um País sério. Estava certo o Presidente da França quando disse que este não é um País sério. O jornal **Folha de S. Paulo**, com a responsabilidade que tem, com o conceito de que desfruta, publica na primeira página que o Presidente da República, acatado pelos Deputados que lhe solicitavam recursos para seus Estados em penúria, respondeu de cara "amarrada", com uma brasileiríssima "banana" dos nossos ancestrais.

Realmente, este não é um País sério. Os Deputados, no seu direito de reivindicar, vão até ao Presidente da República. Muitas vezes, depois de esperar três meses, o pobre Deputado do PDS caminha três ou quatro meses ao longo das ladeiras da vida, para ter a honra de ser recebido pela secretária do Presidente para marcar o dia da audiência. Em seguida, com o decorrer de mais três meses chega o dia: lá, oferece ao Presidente uma solução, que não é das piores, pois a inflação acompanhada, controlada, é também um método de fazer desenvolvimento. Então, o Deputado propõe — segundo o vespertino — que S. Ex.<sup>a</sup> alarmasse um pouco mais o índice inflacionário emitindo um pouco de recursos para salvar Fernando, o Amazonas, o Ceará. O Presidente deu, como resposta, uma sonora "banana".

Sr. Presidente, realmente, este não é um País sério. Mas existe ainda alguma coisa séria. Quando é séria, um Deputado pela Oposição, pela situação que ocupa na História do Brasil, tem que dar à Nação a satisfação que merece. Então, Sr. Presidente, neste País, que é sério, quando precisa ser sério, quando gente séria transmite idéias, quando gente séria se entende, estará em Mato Grosso, meu Estado, em visita oficial no dia 5 do corrente, o ilustre Ministro César Cals, estadista da melhor estirpe, a quem respeito e que ainda faz com que a gente senta esperanças de que este País ainda é um sério. Este Ministro irá a Mato Grosso e, entre as decisões, ou entre as medidas administrativas que para lá levará, encontram-se quatro portarias da mais alta importância, para a tranquilidade, e o desenvolvimento do meu Estado. Será a criação das áreas livres de mineração, em Alta Floresta. São quatro áreas — entre elas, as duas últimas foram palco de um grande problema que vivemos nestes últimos vinte dias: a presença da Polícia Federal e do SNI para retirar os garimpeiros daquela região. O Ministro César Cals vai conceder quatro áreas de livre garimpagem: Duas delas — uma denominada "Zé Vermeio" e outra "Cabeça" — irão resolver praticamente em definitivo o grande impasse empresário-garimpagem-ocupação racional da terra e os empresários que possuem autorização de lavra e de pesquisa. As outras duas denominam-se "Juruema" e "Peixoto de Azevedo".

Entretanto, Sr. Presidente, ao cumprimentar o Sr. Ministro e agradecer-lhe as medidas, devo dizer que trabalhamos muito para isso. A Oposição, o Governador, a população, os garimpeiros e comerciantes da área econômica influente da região, todos nós esperamos uma solução última e definitiva para o garimpo de "Novo Planeta".

Também a população de Alta Floresta, por meu intermédio, solicita ao Ministro César Cals, na Casa do povo que assine também a concessão de mais seis meses para o garimpo do "Novo Planeta" e do "Baixão da Felicidade". Realmente estes garimpos representam uma autêntica potência aurífera, onde o ouro aflora à terra. O trabalho manual e artesanal desses dois garimpos resolverão seus problemas, até que se possa encontrar uma solução para o de "Cabeça", que é um garimpo fechado, de difícil acesso, sendo necessário construir toda a infra-estrutura de acesso para os garimpeiros daquela área.

Sr. Presidente, agradeço a tolerância a V. Ex.<sup>a</sup>, concedendo-me tempo necessário para este pronunciamento. Isso prova a finura e a lhaneza de trato de V. Ex.<sup>a</sup>

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra à Sr.<sup>a</sup> Deputada Cristina Tavares.

**O SR.<sup>a</sup> CRISTINA TAVARES** (PMDB-PE. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, Wilson Chaves Machado — a Nação já ouviu referência a este nome — dirigia o carro Puma por ocasião do atentado terrorista ao RIOCENTRO quando a bomba que deveria ser ali jogada explodiu no seu carro. Foi bem, hoje o Capitão Wilson Chaves Machado é nomeado e desempenha as funções de Presidente do Conselho de Justiça do 7º Bratalhão de Infantaria Motorizada na Vila Militar no Rio de Janeiro. A informação está publicada na Revista **Veja**, numa coluna que se chama Radar.

Sr. Presidente, isto é um acinte à Nação e à consciência democrática do País. Isto é uma agressão a todos aqueles que condenam o terrorismo. Veja V. Ex.<sup>a</sup> que se premia neste País aqueles que praticam atos terroristas, nomeando-os juízes.

Nessa mesma Auditoria, neste mesmo Bratalhão de Infantaria Motorizada — diz a revista — em março último o soldado Salvador da Silva Rodrigues foi condenado a seis meses de prisão por deserção.

Cumpre-nos fazer uma reflexão sobre o momento em que estamos vivendo, que é muito grave. A explosão social está aí, e o que aconteceu em São Paulo não nos espanta. Apenas nos espanta que tenha demorado tanto a acontecer. Lá, no nosso Nordeste, com quatro anos seguidos de seca, a população continua invadindo as feiras e os mercados toda vez que se vê premida pela fome e pelo desespero.

O País vive uma grave crise social e a dívida social do Governo para com a população é muito grande. Esperava-se que, num processo de redemocratização, valores éticos fossem recolocados na pauta da vida política do Governo para com a sociedade. No entanto, quando vemos um caso como este, em que se premia um terrorista colocando-o no banco dos juízes, verificamos que a dívida política do Governo está longe de ser resgatada. Não passa pelos setores que o General Geisel chamava de "sinceros, porém radicais" a idéia de que a Nação está vivendo um processo democrático e livre, onde os criminosos, fardados ou civis, não podem sentar-se na cadeira de juízes, mas, sim, no banco dos réus.

Quero lavrar o meu indignado protesto e a minha perplexidade diante de fatos como esses. Na realidade, há de se perguntar: afinal, para onde estão querendo empurrar este País? Será que o processo de reabertura política, preconizado pelo Presidente da República, vai empacar novamente por conta de um raciocínio radical que ainda prevalece nos quartéis deste País?

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ainda hoje, a **Folha de S. Paulo** mostra que alguma coisa não está funcionando bem por parte daqueles que dirigem o País. E quero solidarizar-me com a bancada do PDS do meu Estado, Pernambuco, que foi afrontada pelo Presidente Figueiredo num gesto que até poderia parecer imoral, mas que passou a ser presidencial. Segundo a **Folha de S. Paulo**, o Presidente Figueiredo deu uma "banana" para os Deputados do PDS. Não concordo com os meus nobres colegas nas suas postulações e na maneira como pretendem encaminhar os problemas econômicos e políticos da nossa região, mas creio que merecem respeito como Parlamentares. E o gesto do Presidente da República não é apenas uma afronta a Parlamentares de Pernambuco, do partido oficial, mas também um desrespeito grave à abertura política e aos políticos.

Dai por que faço estas duas associações, para dizer da nossa perplexidade, da nossa indignação e para chamar a atenção da

Nação para o fato de que é preciso, neste momento difícil por que passamos, que o Presidente da República saiba dirigir a Nação com equilíbrio. E não pode ser considerado equilibrado quem nomeia e permite que um terrorista se sente num banco de juiz e trata de maneira desrespeitosa Parlamentares de seu próprio partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gióia Júnior.

**O SR. GIÓIA JÚNIOR** (PDS — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nobre Deputado mato-grossense Milton Figueiredo afirma que este não é um País sério. Queremos dizer que este é um País sério, em que alguns tumultuam, alguns procuram fazer piada. Mas o País é sério, o Presidente é sério, a bancada do PDS de Pernambuco é séria. São homens integros, honrados, honestos, conduzidos a esta Casa pela mão do povo e que responderam, através de nota oficial, encabeçada pelo Deputado Pedro Corrêa, coordenador da bancada, que dentro de alguns instantes usará da tribuna talvez até para ler a nota de toda a bancada — não de um Deputado, mas de toda a bancada, repito. Duvidar da palavra de toda a bancada do PDS de Pernambuco é levar muito longe um mal-entendido, porque o Presidente da República positivamente não agiu dessa forma, e jamais o faria, ele que tem tanto respeito por todos nós e que também é respeitado pelos Governadores da Oposição. Não fosse assim, ontem não teria saído do Gabinete de S. Ex.<sup>a</sup> o Governador Leonel Brizola, que, ao conceder entrevista à imprensa, disse de sua admiração pelas posições assumidas pelo Presidente da República, de como foi importante o encontro entre dois líderes — o Presidente da República e o Governador do Estado do Rio de Janeiro — que, em determinado momento de suas vidas, estiveram em posições antagônicas politicamente, mas que são homens respeitáveis e que tiveram um encontro adulto, maduro, em que se abordou seriamente o problema do futuro deste País, em diálogo acima dos pequeninos interesses politiqueiros e elecioeiros. Os interesses da Nação foram postos bem no alto. Aliás, isso não ocorreu apenas no tocante à administração do Governador Leonel Brizola. Os Governadores do PMDB também estiveram com S. Ex.<sup>a</sup> Com o Presidente da República esteve o Governador Franco Montoro, de São Paulo, dialogando, trocando idéias, aceitando o momento de trégua, porque colocou os interesses de São Paulo acima de pequeninos interesses partidários.

Estiveram também outros Governadores, como o do Paraná e alguns homens que, nesta Casa, se caracterizam até por posições agressivas, muitas vezes radicais, outras vezes sérias, mas que, nesta hora difícil para a História de todo o mundo, entenderam que esta hora é grave e que devemos dar-nos as mãos, porque, acima de tudo, está o interesse do País. Assim aconteceu com o Governador do Espírito Santo, nosso velho amigo, companheiro de tantos anos nesta Casa, que, em determinado momento, usou de expressões menos sérias, num comício no interior daquele Estado, mas que foi ao Planalto para dialogar com o Presidente da República e de lá saiu tendo superado o episódio e recolocado os pinos nos ii.

Tenho notado, algumas vezes, certa ausência de sintonia entre Governadores da Oposição e Deputados da Oposição, mas queremos que haja uma linguagem só, porque diálogo é isto: alguns, do outro lado, falando uma só linguagem. Mas não é isto que vemos. O que vemos é uma verdadeira "Torre de Babel", em que alguns agridem pura e simplesmente, outros brincam e ou-

tro falseiam a verdade. E os Governadores estão preocupados em construir ou edificar alguma coisa, em colaborar de alguma forma, porque estão interessados no desenvolvimento do País.

Tivemos oportunidade, no exercício da Vice-Liderança na Legislatura passada, de falar exaustivamente a respeito do episódio do Riocentro. E perguntávamos: a quem interessa esse episódio? — Aos radicais, aos que desejam o fechamento. Mas a eles respondemos com a abertura propiciada pelo Presidente Figueiredo. Abertura significa anistia; significa esquecimento; significa olhar para a frente; significa aquilo que o Governador Leonel Brizola disse ao sair do seu importantíssimo encontro de 45 minutos com o Presidente da República: "Nós plantamos uma árvore, uma árvore para sempre". E V. Ex.<sup>as</sup> ainda vão ouvir falar nela. Isto é encarar de maneira séria os problemas nacionais.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao Deputado Francisco Amaral.

**O SR. FRANCISCO AMARAL** (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não poderia deixar de manifestar meu apoio à luta que vem sendo travada pela Associação Profissional dos Técnicos Industriais do Estado de São Paulo, no sentido da regulamentação da profissão de Técnico de 2.º Grau, Industrial e Agrícola, nas áreas de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Esses técnicos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, desde 1909 vêm sendo formados pelas escolas técnicas federais e instituições particulares, estaduais e municipais, já tendo lançado no mercado de trabalho — somente em São Paulo — nada menos de 200 mil profissionais.

Em 17 de abril de 1980, ou seja, há mais de três anos, uma representação da ATEP avistou-se com o Presidente da República para buscar a solução desse problema que caminha para ser secular, tendo obtido do Chefe da Nação a promessa de que determinaria o exame da questão, com a máxima urgência, pelo Ministério do Trabalho.

Mais de três anos se passaram, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sem que o processo, que tomou o n.º 307.848/80, tivesse recebido qualquer despacho conclusivo.

Na verdade, tudo continua engavetado, para prejuízo de milhares e milhares de jovens que a cada semestre se formam em todo o País.

A ser esse o regime de urgência, em voga no Governo federal, é de se esperar que somente lá pelo ano 2000 ele saia das gavetas dos órgãos competentes.

Apelamos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para quem de direito, no Gabinete do ilustre Ministro Murilo Mamede, no sentido de que exume esta peça administrativa para, ao menos, demonstrar que o Ministério do Trabalho às vezes honra as promessas presidenciais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lúcio Alcântara.

**O SR. LÚCIO ALCÂNTARA** (PDS — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há poucos dias, ocupamos a tribuna desta Casa abordando o grave problema dos nossos centros urbanos. Fazia referência à mensagem enviada a esta Casa pelo Presidente João Baptista Figueiredo, quando S. Ex.<sup>a</sup>, o Senhor Presidente da República, aludia à sua intenção de enviar

projeto de lei dispendo sobre desenvolvimento urbano. E dizia, naquele momento, que acreditava que S. Ex.<sup>a</sup> haveria de cumprir aquela promessa, já anteriormente anunciada, pe'os Presidentes Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel e tantas vezes adiada, embora se tratasse de assunto da maior relevância, uma vez que se avolumam os problemas dos nossos grandes centros urbanos, seja quanto ao uso e ocupação do solo, seja quanto aos transportes, seja quanto aos equipamentos urbanos de atendimento social.

Pois bem, Sr. Presidente. Srs. Congressistas, acaba de chegar à Casa mensagem presidencial na qual o Presidente João Figueiredo apresenta projeto de lei dispendo sobre o assunto. Quero, pois, congratular-me com S. Ex.<sup>a</sup> pelo cumprimento da palavra empenhada, embora ainda não conheça o texto da proposta, na certeza de que, sob o exame do Congresso Nacional e ccm a contribuição que haverá de receber das entidades de classe, de associações profissionais e de outros órgãos interessados em tão importante matéria, haverá de ser aperfeiçoada, para que possamos dispor de um instrumento legal que melhor regulamente as questões de natureza urbana que, no momento, assoberbam os principais centros populacionais do País.

Quero também confessar minha intenção de propor à Comissão do Interior a instalação de uma subcomissão especial para apreciar matéria de tão grande interesse, a fim de que, depois de examinada em profundidade pelas duas Casas do Congresso Nacional, ela possa emergir como representativa dos legítimos interesses da população brasileira, mormente daquela fração residente nos nossos principais centros urbanos. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho cumprimentar a Rede Globo pela iniciativa de organizar o Projeto SP 2000 junto à população paulistana para que todos dêem as suas idéias a respeito de como poderíamos chegar ao ano 2.000 vivendo numa cidade muito melhor, com a maior parte de seus problemas hoje existentes praticamente resolvidos. Será este um grande desafio, pois o que temos observado, com o crescimento da cidade, é a multiplicação de seus problemas, de sua complexidade e gravidade.

Por mais difícil que seja, acho que todos nós gostaríamos de continuar vivendo em São Paulo, porém seria ótimo se conseguíssemos no ano 2000 ter uma cidade onde a pobreza praticamente não existisse, onde todas as crianças tivessem alimentação, moradia, educação e condições de saúde e lazer adequadas, onde os jovens e os adultos se sentissem no melhor ambiente possível para produzir, criar e desenvolver a sua própria potencialidade, onde as mulheres se sentissem sem qualquer desvantagem em relação aos homens, onde o negro, o índio, o amarelo, o branco e os descendentes de todas as nacionalidades estivessem continuamente realizando um esforço de cooperação e entendimento mútuo sem qualquer sentimento de discriminação, onde os velhos fossem mais do que respeitados e que tivessem a oportunidade de estar sempre sendo ouvidos pelos mais jovens, para que todos pudéssemos aprender de suas experiências.

Nestes dezessete anos que faltam para chegarmos ao ano 2000, toda a prioridade

deveria ser dada para a melhoria de qualidade de vida de aproximadamente um quarto da população da cidade que hoje não tem moradia adequada. Seja os que estão nas favelas, seja os que vivem em cortiços apinhados. A resolução destes problemas está relacionada à própria mudança de um sistema que ainda não sabe criar a riqueza sem, em contrapartida, causar a pobreza em maior escala. Está também relacionada à possibilidade de toda a sociedade pensar com liberdade e possibilidade de se organizar sobre como encontrar estas soluções.

São Paulo tem sido significativamente prejudicada por não poder ter eleições livres e diretas para a escolha de seu prefeito. Pelo sistema de nomeação por parte do governador, o que observamos, mesmo quando o governador é eleito em eleições diretas, é que se retira do povo uma das melhores oportunidades de ele próprio vir a conhecer e debater em maior profundidade os problemas de sua cidade. As eleições justamente constituem um processo onde os candidatos e os diferentes partidos são chamados a um desafio para ver quem consegue, com maior propriedade, diagnosticar melhor e apresentar as melhores soluções dos problemas que afigem a população. Quando isto é feito após a escolha de alguém nomeado, dificilmente se consegue a participação popular em todo o debate que se faz necessário.

SP 2000, ainda que de maneira incompleta vem procurar suprir esta falha de nossa cidade, onde a maior parte dos habitantes ainda estão distantes de conhecer melhor os nossos próprios problemas, apesar dos esforços de diversos meios de comunicação, de nossos melhores órgãos da imprensa televisiva, falada ou escrita. Estes esforços devem continuar e devem ser ainda mais intensificados. Deveríamos ter como uma das principais metas para o ano 2000 que a cidade alcancasse o maior nível de conhecimento de seus próprios problemas. De diversas formas, pois, com debates pela visão, seria interessante que SP 2000 tivesse continuidade não só além de 1983. E que fosse deslanchado com especial força por ocasião da eleição de seus administradores, isto é, do prefeito da cidade, bem como dos administradores regionais. Será da maior importância nois que o projeto SP 2000 e a Rede Globo de Televisão se engajem na campanha pelas eleições diretas para prefeito das Câmaras, mostrando que não há argumento plausível para continuar impedindo a população da maior cidade do Brasil de exercer a plena democracia.

No ano 2000 esperamos ter muito mais limpo o ar que respiramos, a água que bebemos e os rios que atravessam nossa cidade. Não se trata de sonho, ou de algo inviável, pois hoje são muitas as grandes cidades, como São Paulo, onde o ar e a água são muito mais limpos do que já foram no passado. Acredito, pois, que seria viável tornar navegáveis e limpos os rios Tamanduateí, Tietê e Pinheiros. Mais do que isso, transformar as suas margens em áreas arborizadas, grandes, com quadras esportivas, em extensos e compridos parques, que tanta falta fazem em nossa cidade. Se foi possível ao Rio de Janeiro fazer tantos parques e áreas de lazer nos aterros de frente às praias, não há razão para que São Paulo não faça o mesmo ao longo das margens de seus rios. Ainda mais quando se sabe que os parques gramados, ao marginalizar os rios, ajudariam substancialmente na resolução do problema das enchentes.

**O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente)** — Com a palavra o nobre Deputado Pedro Corrêa.

**O SR. PEDRO CORRÊA (PDS — PE)** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, como coordenador da bancada do PDS de Pernambuco com assento na Câmara dos Deputados, passo a ler, com a permissão de V. Ex.<sup>a</sup>, nota oficial da bancada a respeito de publicação inverídica que circulou hoje na *Folha de S. Paulo*:

**"NOTA OFICIAL"**

Os Parlamentares da Câmara dos Deputados que compõem a Bancada do PDS de Pernambuco, surpreendidos por notícia divulgada pelo Jornal *A Folha de S. Paulo*, referente a forma de atendimento que tiveram na audiência com o Sr. Presidente da República, vêm de público negar qualquer gesto ou atitude des cortês para com a Bancada ou qualquer um de seus integrantes.

Negam por outro lado que em qualquer momento tenham proposto a emissão de moeda ou qualquer medida semelhante, limitando-se apenas a discutir os problemas políticos sociais e econômicos do Estado de Pernambuco.

Esclarecem ainda que a audiência transcorreu em clima de cordialidade, sendo a versão publicada completamente inverídica.

Brasília, 3 de maio de 1983. — Pedro Corrêa, Coordenador da Bancada do PDS — PE"

Sr. Presidente, este assunto tem sido ventilado nesta sessão do Congresso e creio que a nota oficial de todos os componentes da bancada do PDS de Pernambuco, negando a versão publicada, encerra o desagradável incidente. Tenho certeza de que, com o testemunho desses companheiros, esta Casa toma conhecimento do fato da maneira como ele realmente aconteceu. O restante, tudo o que se diga além disso, é totalmente inverídico. Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Raimundo Parente)** — Com a palavra o nobre Deputado Iranildo Pereira.

**O SR. IRANILDO PEREIRA (PMDB — CE)** Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Nordeste, sem dúvida alguma, atravessa uma das piores crises durante estes cinco anos de seca. Crise que vem gerando, no decorrer deste tempo, o desemprego generalizado não só no meio rural mas, sobretudo, no meio urbano, que vem recebendo, sem a menor condição, o fluxo do êxodo rural, em decorrência da absoluta falta de condições de sobrevivência do homem naquela região.

O quadro é geral, acentuado em Estados como o Ceará, cujos municípios foram caracterizados como de total ausência de produção, porquanto as chuvas não foram suficientes para assegurar qualquer lavoura, nem para acumulação em açudes de pequeno ou grande portes.

Entretanto, diante desta grave situação, que temos denunciado ao longo desses 4 anos, o Ceará não tem encontrado, por parte do Governo, a sensibilidade para o encaminhamento efetivo da solução do grave problema do desemprego. Muito pelo contrário. Durante os últimos meses que antecederam as eleições ao invés de o Governo alocar recursos em maior quantidade para absorver toda a mão-de-obra desempregada no nosso Estado, sobretudo no meio rural, determinou o corte absoluto das chamadas frentes de serviço.

E agora preocupo-me, porque sei que a situação de Pernambuco é difícil, mas não tão grave quanto a do Ceará. E quando os Deputados do PDS do Estado de Pernambuco, preocupados com este quadro, vão ao Presidente da República levar as suas in-

quietações, solicitar maiores recursos, sem dúvida alguma para a geração de novos empregos, a receptividade do Presidente da República para com esses graves problemas, segundo está anunciado na primeira página da *Folha de S. Paulo*, no dia de hoje, foi o desprezo, e, mais do que isso, o desrespeito, não para com os Deputados do PDS de Pernambuco, mas para com aquela sofrida população. Prefiro acreditar na versão do jornal porque muitas vezes os desmentidos são meras acomodações de situações vexatórias, como tem ocorrido dezenas de vezes. Quando o Presidente da República, em determinados momentos, perde a serenidade a tranquilidade e às vezes até a postura de Presidente e lança insultos e impropérios, sempre vem uma nota de desmentido. Por isso, eu prefiro acreditar na *Folha de S. Paulo*, que diz o seguinte:

"O Presidente Figueiredo deu uma espetacular "banana" a Deputados do PDS ontem no Palácio do Planalto, quando alguns pedessistas pernambucanos lhe pediram para "rodar a guitarra das emissões a fim de ajudar os Estados carentes de recursos. A audiência coletiva decorria sem incidentes, com Figueiredo mostrando a impossibilidade de conseguir recursos extras para os Estados governados pelos políticos do PDS. — Mas por quê — sugeriu um dos parlamentares presentes, cujo nome foi mantido em sigilo pelos demais — por que o Senhor não dá umas voltas na manivela da guitarra? Figueiredo surpreso com a proposta não se conteve: — "Olha aqui, "ô" ... e fez o gesto característico da "banana" para oponente."

Ora, Sr. Presidente, a bancada do Ceará recebeu uma das mais expressivas votações do Nordeste e, em consequência, deve ter sérios e profundos compromissos com o povo cearense. E o Ceará está em bancarrota, endividado, sem a menor condição de pagar o seu funcionalismo, porque não há recursos, não há meios. A seca está liquidando totalmente com o meu Estado. Preocupo-me profundamente com a reação do Presidente da República, quando os Deputados cearenses do PDS forem levar os seus graves problemas a S. Ex.<sup>a</sup>, em busca de soluções. Será que o Presidente vai dar-lhe outra "banana", como deu aos pernambucanos? Ou dará outros frutos mais arranhentos, como seja o abacaxi? Esta a nossa indagação, a nossa preocupação. Espero que os Deputados cearenses não aceitem abacaxi, nem bananas, não fiquem silenciosos e nem mistifiquem a verdade, como os pernambucanos, e reajam, aqui em plenário, não através de discursos apenas, mas que se unam para aprovar projetos somente quando S. Ex.<sup>a</sup> encaminhar soluções definitivas para o Nordeste e para o nosso Estado. Que não tomem a posição de subserviência, como fazem os Deputados pernambucanos, que, recebendo "banana", vêm ao plenário trazer um desmentido. O Presidente os trata como macacos, porque só se dá banana a macaco, se macaco gosta. E não é essa a postura que nós, nordestinos esperamos dos Deputados. Queremos, sim, a postura de defesa dos nossos interesses, dos nossos irmãos, que estão lá morrendo de fome, sem que o Governo central tenha a menor preocupação de encaminhar recursos para o nosso Estado.

Sr. Presidente, o Nordeste não precisa de bananas, o Nordeste não precisa de abacaxis, o Nordeste precisa do dinheiro que entrega ao poder central. Que se devolva este dinheiro para que nossos irmãos não continuem sofrendo, tornem-se independentes e, nas próximas eleições, não elejam Deputados subservientes, mas coloquem neste Congresso uma maioria de Deputados de cabeça erguida a fim de que jamais um

Presidente da República ouse dar "banana" ou abacaxis a nordestinos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Asfora.

**O SR. RAIMUNDO ASFORA** (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há uma face em sombras de Getúlio Vargas a exigir o jorro de luz da verdade histórica. Todas as vezes em que se invoca sua memória, ele emerge com o perfil não apenas de ditador, mas de carrasco, responsável por subterrâneos de ilegalidade e portões de violência e tortura na noite do Estado Novo. Na verdade, no período excepcional de 1934 a 1945, imperou o policialismo e, muitas vezes, até a fúria de instintos animalescos em desvãos subalternos da ditadura. E uma personalidade que já se integrara na História do Brasil estava, naqueles tempos ominosos, no cárcere do governo ditatorial de Getúlio Vargas. Era identificada pelo povo brasileiro como o Cavaleiro da Esperança. Esperava-se a liberação de Luiz Carlos Prestes como alguém que ressurgisse no vasto panorama da Pátria, simbolicamente, da efígie do vingador, do justiciero, daquele que trouxesse a sentença definitiva para levantar o pedestal ou abrir o chão do túmulo. E eu me recordo, Sr. Presidente, ainda adolescente, em 1945, da ansiedade do povo paraibano, particularmente de Campina Grande, para recolher as primeiras palavras de Luiz Carlos Prestes ao deixar a cadeia. Qual não foi o espanto nacional ao se divulgarem em todas as emissoras radiofônicas — eu as ouvi e gravei — as palavras de Prestes, homem que havia perdido a esposa nos campos da GESTAPO alemã e tinha a filha, desenraizada quase ainda do ventre materno, sofrendo o exílio europeu! Qual não foi o espanto nacional ao se imprimir sentimento às suas palavras! Prestes, o homem que perdera oito anos de vida como um morto-vivo! Qual não foi, Sr. Presidente, a admiração nacional quando o Sr. Luiz Carlos Prestes, julgando Getúlio Vargas, disse: "O Sr. Getúlio Vargas tem a honra dos grandes estadistas."

A partir daquele momento, Sr. Presidente, a ninguém seria mais lícito julgar o período ditatorial de Getúlio Vargas, porque ele estava sendo julgado por sua maior vítima, a de maior lucidez e que amealhara, ao longo de sua vida, o troféu de um cavaleiro lendário, que mais tarde, pela vontade do povo, seria um Senador da República, votado por mais de dez Estados.

Faço este registro, Sr. Presidente, no momento em que esta Casa assinala o transcurso de uma data com discursos belos, sem dúvida brilhantes, mas talvez muito superficiais para definirem a verdadeira grandeza de Getúlio Vargas, aquele homem ao qual assim se referiu José Américo: "Não tendo a quem enfrentar, enfrentou a morte, deu grandeza ao epílogo." (Muito bem.)

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Dante de Oliveira.

**O SR. DANTE DE OLIVEIRA** (PMDB — MT. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós, da Bancada do PMDB do Mato Grosso, Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais, Comissão Executiva Estadual do PMDB, hoje lançamos, através de uma nota da imprensa mato-grossense, nosso repúdio contra os termos de uma entrevista do atual Desgovernador de Mato Grosso, eleito, diga-se de passagem, dentro de uma peleja eleitoral em que ele usou da mais alta corrupção para conquistar o Palácio Paiaguás, no meu Estado, ajudado e financiado pelas multi-

nacionais através do Sr. Roberto Campos. Hoje ainda, na condição de Governador *sub judice*, já que o PMDB tem mais de oito processos na Justiça requerendo a nulidade das eleições na 1.ª Zona Eleitoral de Mato Grosso, o atual desgovernador quer reviver fatos, de triste memória, ocorridos há algumas dezenas de anos, quando a perseguição e a mesquinhice eram normas de alguns governadores no nosso Estado: a cada substituição de governo havia uma verdadeira novela de perseguições e de mesquinhice. Neste grave momento da vida política nacional, em que Mato Grosso enfrenta tantas dificuldades, não cabe uma administração tão infeliz e sórdida, que tenta implantar verdadeiro clima de terror no Estado, perseguindo os elementos do PMDB. É bom que se frise que não houve mudança de governo em Mato Grosso. O PMDB não venceu o pleito. O que há é uma continuidade do PDS no poder, pelo menos até agora, e ele está a perseguir tudo e todos e a ameaçar tudo e todos. Não pode ninguém, nem pensar, porque ele aceita toda e qualquer provocação ou recado que se leve ao Palácio Paiaguás para perseguir este ou aquele, porque disse isto e aquilo do Governador quando na campanha. É triste, Sr. Presidente, a situação política de Mato Grosso, é lamentável a mesquinhice do atual Governador de Mato Grosso e, principalmente, a sua pequenez política, que chegou a ponto de, na última sexta-feira, em entrevista coletiva à imprensa, proferir palavras de baixo calão contra a Oposição. Isto ocorreu porque nós, do PMDB, lançamos nota à opinião pública demonstrando os atos de perseguições e denunciando o clima de terror implantado em Mato Grosso. S. Ex.ª, por não aceitar oposição, saiu a acusar o PMDB de partido de idiotas, de partido composto de cretinos e outros adjetivos afora. Afirmou que o Senador Gastão Müller, do PMDB, não tinha moral; que era um cretino e idiota e que não podia fazer críticas ao seu Governo. Sr. Presidente, o PMDB, hoje, no meu Estado, lançou a seguinte nota:

"A denúncia do PMDB, repudiando as perseguições do Governo de Mato Grosso contra os funcionários públicos, doeu no Governador; doeu tanto que o mesmo, através da imprensa, baixou o nível do diálogo, passando a agredir os funcionários, já injustiçados, e o Senador Gastão Müller, com verdadeiros xingamentos. Foi a primeira vez na história mato-grossense que um Chefe do Estado baixou o nível das entrevistas a um patamar muito inferior às tradições de cultura do povo de Mato Grosso, ao tachar os funcionários de vagabundos e cretinos. O Sr. Júlio Campos faltou com a verdade e o respeito devidos às pessoas humanas; faltou com o respeito à pessoa humana de cada funcionário e ao Poder Legislativo, representado pelo Senador da República. Sua fala revelou um manifesto desequilíbrio psicológico, próprio da megalomania e atos desequilibrados. Quem não respeita, Sr. Presidente, não merece ser respeitado."

Esta é a nota assinada pela Comissão Executiva do PMDB de Mato Grosso, composta de Deputados Federais e Estaduais do meu Estado.

Sr. Presidente, também pedimos a V. Ex.ª que junte a este pronunciamento a nota distribuída na semana passada por todo o Estado, em que o PMDB, através do Diretório Regional, lançou a toda a comunidade mato-grossense a denúncia do clima de terror existente hoje, no Estado, através do desgoverno do Sr. Júlio Campos.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero, neste momento, solidarizar-me, mais uma vez, com os garimpeiros de Alta Floresta, Mato Grosso. Aproveito a oportunidade para reivindicar, mais uma vez, ao Ministro das Minas e Energia, Sr. César Cals, no sentido de que atenda às solicitações daqueles garimpeiros, verdadeiros heróis que fundaram a maioria maciça dos municípios de Mato Grosso e que hoje desbravam nosso Estado no extremo norte, na Cuiabá—Santarém, onde vêm descobrindo garimpos, fundando cidades, vilas, patrimônios etc.

Sr. Presidente, desejo, neste momento, reivindicar do Ministro César Cals que declare definitivamente de utilidade pública a área para reserva livre dos garimpeiros, lá no patrimônio denominado Planeta, no Baixão da Felicidade. Apenas uma área de garimpo não será suficiente para abrigar milhares e milhares de garimpeiros que vieram de todos os rincões deste País, principalmente do Nordeste, e que vêm trazendo a riqueza e a fortuna para o nosso Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — V. Ex.ª será atendido na forma regimental

Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

**O SR. JORGE CARONE** (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, venho a esta tribuna apresentar o parecer do Deputado Egídio Ferreira Lima ao projeto que preconiza a revogação de vários artigos da Lei de Segurança Nacional. Como se trata de trabalho extremamente brilhante, faço-o inserir nos Anais desta Casa.

#### "PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### I — Relatório

O Deputado Jorge Carone, com o Projeto de Lei n.º 301, de 22 de março último, intenta a revogação dos arts. 14, 27, 33, 35, 37, 38, 42, 44, parágrafo único, 49, 50 e 53 e a alteração do art. 4.º, todos da Lei n.º 6.620, de 17 de dezembro de 1978 (Lei de Segurança Nacional).

A Coordenação das Comissões Permanentes juntou ao processo relação das disposições que se pretende revogar, transcrevendo-as, bem como, igualmente, reproduziu o dispositivo a ser alterado, o que dispensa sejam ditas disposições conferidas, literalmente, no presente parecer.

Versando o projeto matéria de direito penal, o juízo da Comissão de Constituição e Justiça, no caso, não poderá se limitar ao "aspecto constitucional, legal, jurídico ou de técnica legislativa", pois o órgão tem, por força do § 4.º, alínea a, do Regimento Interno, de descer à apreciação de seu mérito.

É o relatório.

##### II — Parecer

1. Hoje, já não se colhe divergência quanto a imperiosa e urgente necessidade de modificação ampla, profunda e substancial da Lei de Segurança vigente. Estatuto que veio se aperfeiçoando no curso da trajetória autoritária, como um dos mais fortes e aberrantes instrumentos de institucionalização do arbitrio, os novos tempos, "quando, pela exaustão do sistema e pela pressão popular, é evidente uma generalizada descompressão libertária", estão a exigir seja escoimado, o quanto antes, de suas mais gritantes excrecências.

É certo que a proposição, sob exame, é parcial, tímida e até, simplista, pois, praticamente, se cinge à revogação, pura e simples, de algumas disposições. O preciso e correto seria a elaboração de um novo diploma, tecnicamente bem elaborado, e que, com substância e grandeza, significasse um passar de borracha sobre a malsinada Lei de Segurança Nacional vigente.

A nova lei há de vir, porém, já estando a estudar a matéria, Comissão Especial do Senado, o que não impede que iniciativa semelhante seja tomada por esta Comissão de Constituição e Justiça, para tanto recorrendo-se aos §§ 1.º e 6.º do art. 22 do Regimento Interno.

Enquanto isto, não faz mal que se faça obra ligeira, já que é premente seja a Lei de Segurança vigente descartada de suas extravagâncias maiores e mais clamorosas. O trabalho preciso e amplo surgirá a seu tempo e, queira Deus, ainda no curso da presente sessão legislativa.

Tecidas estas considerações gerais, a análise mais técnica e conclusiva pede vez.

2. A matéria, conforme prescreve o art. 8.º, inciso XVII, alínea b, da Constituição, agasalha-se no âmbito da competência da União.

Quanto a sua iniciativa, não se identifica nenhum obstáculo ao impulso do autor, ao formalizá-la.

Também, são evidentes, dispensando considerações a respeito, a legalidade e juridicidade da proposição.

É de se concluir, ainda, que o projeto se reveste de razoável técnica legislativa.

Estão, assim, atendidos os requisitos da primeira parte do § 4.º ao art. 28 do Regimento Interno.

3. Quanto ao mérito, cuidaremos, inicialmente, da alteração sugerida em relação ao art. 4.º

O que, em essência, pretende o projeto, com a nova redação, é que, na aplicação da Lei de Segurança, se recorra, subsidiariamente, ao Código Penal e não, como no texto vigente, ao Código Penal Militar.

Com a inovação, afasta-se a crueldade da ampliação da responsabilidade aos menores de 16 anos, bem como minorase a exacerbação da pena nas hipóteses de crime continuado.

Quanto a redução da idade para incidência da responsabilidade penal, o advogado Rômulo Gonçalves, ainda quando a lei vigente tramitava pelo Congresso, refletindo consenso hoje generalizado, teve oportunidade de advertir, na *Folha de S. Paulo*, de 30 de novembro de 1978:

"O principal fato, além de inúmeras implicações que o aludido dispositivo iria gerar no meio forense, sempre ou quase sempre de caráter mais grave, seria a redução da idade mínima para o inicio da responsabilidade penal."

De sua parte, em editorial sob o título "A Responsabilidade de Menores na LSN", *O Estado de S. Paulo*, de 17 de novembro de 1978, fustigou:

"Veja-se um menor de dezenas de anos sujeito a um período de incomunicabilidade e a uma prisão arbitrária e reservada, pelo prazo de mais de trinta dias, e facilmente se concluirá pelo

absurdo da pretensão do projeto. Além disso, condicionar-se a imputabilidade ao "suficiente desenvolvimento psíquico" do menor é voltar-se à legislação do tempo do Império, incompatível com os princípios universalmente reconhecidos quanto ao inicio da responsabilidade criminal."

Ao propor a revogação dos arts. 14, 42, 44, 49 e 50, o projeto quer que a matéria se limite ao seu veio próprio que é a Lei de Imprensa (Lei n.º 5.250, de 9 de fevereiro de 1967), já que ali se encontra precisa e satisfatoriamente disciplinada.

Definir, na Lei de Segurança, delitos próprios do exercício da atividade jornalística, no seu sentido mais amplo, é intimidar e inibir os meios de informação e comunicação, inerentes à prevalência das garantias individuais e de um regime de plenitude democrática.

Nasce daí a admoestação de Heleno Fragoso, em "Lei de Segurança Nacional", páginas 79 a 80:

"Os crimes contra a segurança nacional cometidos através da imprensa devem voltar à Lei de Imprensa, onde eles sempre estiveram. A previsão de tais crimes na Lei de Segurança Nacional apenas serve para aterrorizar e constranger jornalistas, como a experiência revelou, comprometendo o interesse democrático fundamental da liberdade de imprensa."

O projeto inclui entre as disposições que devem ser revogadas as contidas nos arts. 27, 35 e 37, todas relacionadas com o serviço público e com as ações que possam afetá-lo.

Como salienta a justificação, tais artigos da Lei de Segurança foram todos informados pelo propósito de conferir o funcionalismo público em seus anseios e movimentos reivindicatórios, o que não se compadece com um regime de franquias democráticas.

Nas tipificações dos arts. 35 e 37, convém lembrar, uma vez mais, a crítica de Heleno Fragoso ao dizer que "a incriminação da greve pacífica é sempre injustificável", acrescentando que "não há como promover a responsabilidade dos grevistas, destinando-se, esse tipo de incriminação, apenas a justificar a violência da polícia contra trabalhadores".

Note-se, ademais, que a legislação penal comum já cuida da repressão dos crimes relacionados com as greves de trabalhadores (Título IV, Parte Especial, arts. 197, usque 207 do Código Penal Brasileiro).

É, também, de todo pertinente a pretendida revogação do art. 33 que define o crime de ofensa à honra e à dignidade do Presidente da República e de autoridades outras ali especificadas.

Os "Crimes Contra a Honra" já se acham definidos, de modo preciso e abrangente, pelos arts. 138 a 145 do Código Penal Brasileiro, prevendo-se, inclusive, a exacerbação da pena, quando o delito é praticado contra o Presidente da República e pessoas outras investidas de função pública (art. 141, incisos I e II).

Não se justifica, pois, a sua inclusão na Lei de Segurança.

O projeto ainda visa a revogação do art. 38, que pune a perturbação dos atos nele especificados, sob a procedente alegação de que a matéria, afora disciplinamentos outros, se acha contemplada,

de modo abrangente, pelo art. 40 do Decreto-lei n.º 3.683, de 2-10-1941 (Lei das Contravenções Penais).

Por último, quer a proposição sejam revogados o art. 53 e seus parágrafos que instituem a prisão e a incomunicabilidade do indiciado, sem ordem judicial.

Tais preceitos, pela perversidade e conseqüente torpeza de seu conteúdo, tem merecido a reiterada repulsa dos melhores e mais lúcidos juristas nacionais, bem como de órgãos e entidades voltados para a defesa dos direitos individuais.

Encerram, ademais, uma evidente aberração legal, pois conflitam com o art. 153, § 12, da Constituição vigente.

Sendo tais as considerações, somos pela aprovação do projeto.

É o parecer."

**O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELOS** — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado José Carlos Vasconcelos.

**O SR. JOSÉ CARLOS VASCONCELOS** (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na forma do § 2.º do art. 28, solicito a V. Ex.ª que suspenda a presente sessão, por falta de "quorum" para o seu prosseguimento.

— Sendo evidente a falta de quorum, as matérias constantes da Ordem do Dia, ficam com sua discussão e votação adiados.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas e 35 minutos, neste plenário, destinada à apreciação das seguintes matérias em regime de urgência:

Projeto de Lei n.º 1, de 1983-CN;

Projetos de Decreto Legislativo n.ºs 2 e 16, de 1983-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis n.ºs 1.960 e 1.957, de 1982; e

Mensagens Presidenciais n.ºs 121 e 122, de 1982-CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis n.ºs 1.958 e 1.959, de 1982.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 32 minutos.)

## Ata da 101.ª Sessão Conjunta, em 3 de maio de 1983

### 1.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47.ª Legislatura

Presidência do Sr. Raimundo Parente

AS 19 HORAS E 35 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Dinarte Mariz — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Marco Maciel — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Louzival Baptista — Passos Porto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Amaral

Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Severo Gomes — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Marcelo Miranda — Affonso Camargo — Eneas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

#### E OS SRS. DEPUTADOS:

##### Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PDS.

##### Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; José Fernandes — PDS; José Lins de Albuquerque — FDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

##### Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athaíde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

##### Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Ronaldo Campos — PMDB; Sébastião Curió — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

##### Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Euclério Ribeiro — PDS; Jaime Santana — PDS; João Alberto de Souza — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Nagib Haickel — PDS; Sarney Filho — PDS; Vieira da Silva — PDS; Vítor Trovão — PDS; Wagner Lago — PMDB.

##### Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonthas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Tapety Júnior — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

##### Ceará

Aécio de Borba — PDS; Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Cláudio Philomeno — PDS; Evandro Ayres de Moura — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Iranildo Pereira — PMDB; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Manoel Gonçalves — PDS; Manoel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moisés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

##### Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PDS; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Jessé

Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

##### Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Alóisio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PDS; Antônio Gomes — PDS; Carneiro Arnaud — PMDB; Edmíl Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raimundo Asfora — PMDB; Tarácio Buriti — PDS.

##### Pernambuco

Airon Rios — PDS; Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Geraldo Melo — PDS; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; José Mendonça Bezerra — PDS; José Moura — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Ricardo Flúiza — PDS; Roberto Freire — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

##### Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Djalma Falcão — PMDB; Fernando Collor — PDS; Geraldo do Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — FDS; Manoel Affonso — PMDB; Nelson Costa — PDS; Renan Calheiros — PMDB.

##### Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Ro'lemburg — PDS; Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PDS; Jackson Barreto — PMDB; Seixas Dória — PMDB.

##### Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Ana — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquissón Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etevír Dantas — PDS; Félix Mendonça — PDS; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Marcelo Cordeiro — PMDB; Ney Ferreira — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rómulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PDS; Virgílio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

##### Espírito Santo

Argilano Dario — PMDB; Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Luiz Baptista — PMDB; Max Mauro — PMDB; Mirthes Bevilacqua — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PDS; Theodorico Ferraço — PDS.

##### Rio de Janeiro

Álvaro Valle — PDS; Abdias do Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Alair Ferreira — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Amaral Netto — PDS; Arlindo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Clemir Ramos — PDT; Darcilio Ayres — PDS; Doso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Eduardo Galil — PDS; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Hamilton Xavier — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Júlio Caruso — PDT; Jorge Cury — PTB; Jorge Leite — PMDB; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PDS; Léo Simões — PDS; Leônidas Sampaio — PMDB; Marcelo Medeiros — PMDB; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macêdo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Sebastião Nery — PDT; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PDS; Walter Casanova — PDT; Wilmar Palis — PDS.

##### Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Aníbal Teixeira — PMDB; Antônio Dias — PDS; Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Cotta — PMDB; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PDS; Christovam Chiaradia — PDS; Emílio Gallo — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; Jairo Magalhães — PDS; João Henrique — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Aparecido — PMDB; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Leopoldo Bessone — PMDB; Luis Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Mário de Oliveira — PMDB; Maurício Campos — PDS; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PDS; Nilton Velloso — PDS; Oscar Corrêa — PDS; Oswaldo Murtinho — PMDB; Ozanan Coelho — PDS; Paulino Cícero de Vasconcelos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Belém — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PDS; Rondon Pacheco — PDS; Sérgio Ferrara — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

##### São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PT; Alberto Goldman — PMDB; Alcides Franciscato — PDS; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Doreto Campanari — PMDB; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Estevam Galvão — PDS; Farabulini Júnior — PTB; Felipe Cheidde — PMDB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Glória Júnior — PDS; Herbert Levy — PDS; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; Ivete Vargas — PTB; João Bastos — PMDB; João Cunha — PMDB; João Herrmann — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Maluhy Neto — PDS; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Moacir Franco — PTB; Natal Gale — PDS; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Paulo Maluf — PDS; Paulo

Zarzur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Renato Cordeiro — PDS; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB; Ruy Côdo — PMDB; Salles Leite — PDS; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

#### Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

#### Mato Grosso

Cristino Cortes — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio de Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB.

#### Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Levy Dias — PDS; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB.

#### Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Fabiano Braga Cortes — PDS; Hélio Duque — PMDB; Italo Conti — PDS; José Carlos Martínez — PDS; José Tavares — PMDB; Luiz Antônio Fayet — PDS; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PDS; Olivir Gabardo — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Bueno — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

#### Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Cacildo Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amorim — PDS; Fernando Bastos — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Paulo Melo — PDS; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

#### Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Mo-

esch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadir Rosseti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

#### Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

#### Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 461 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Uequed.

**O SR. JORGE UEQUED** (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente. Srs. Deputados, Srs. Senadores eleitos pelo povo e demais funcionários da Casa, daqui a pouco o Congresso Nacional não vai voltar, e será aprovado por decurso de prazo, um projeto de origem do Executivo, que permite à IMBEL transferir sua sede para São Paulo, embora todos saibam que a IMBEL já transferiu sua sede para São Paulo, porque o diretor da empresa pretende dirigir seus negócios naquela cidade e não pode perder tempo esperando que o Congresso Nacional aprecie a matéria.

A matéria dá uma demonstração de desrespeito ao Congresso Nacional, que apenas vai homologar aquilo que está decidido. A IMBEL já está em São Paulo, sua sede aqui está desativada — um prédio bellíssimo, não serve para nada, não tem nenhuma utilidade. O Governo e a IMBEL, ao transferirem a sede da empresa, vão pagar altos aluguéis em São Paulo e assim atender aos interesses do diretor-presidente. Não estão mais em jogo as palavras do Presidente da República, de que estamos num período de austeridade. A austeridade é apenas para o povo, porque para os componentes do Governo há as facilidades. Essa facilidade está impressa nesse projeto, que será transformado em lei porque o Congresso Nacional não o apreciou e por decurso de prazo passará a Mensagem Presidencial.

Faco aqui um registro para que no dia de amanhã, quando essa empresa for privatizada — porque este é o desejo da direção da IMBEL e de alguns setores do Governo, e vão privatizá-la utilizando os itens que constam nesse projeto para permitir a ampliação da ação e a transferência de

tecnologia internacional para a empresa — não se diga que não houve o alerta no setor para impedir a privatização de uma empresa de interesse da segurança nacional. O Presidente da IMBEL não presta, na direção da empresa, o necessário cuidado aos interesses dos recursos do Estado nela aplicados, mas defende única e exclusivamente os interesses das empresas privadas que trabalham com a IMBEL, entre elas, a ENGESA, de propriedade do diretor-presidente da IMBEL.

Passa o projeto por decurso de prazo, porque o Ministro do Exército foi enganado pela presidência da IMBEL. A direção da empresa já funcionava em São Paulo e reunia-se às vezes em Brasília, com a moradia que é própria para aqueles que se servem deste Governo. O Ministro do Exército fez a exposição de motivos ao Presidente da República fundamentado em orientação da IMBEL. Induzidos em erro, o Ministro do Exército e o Presidente da República encaminharam o projeto a esta Casa sem o devido respeito, porque a direção da IMBEL já se transferira para São Paulo. E pedem, no projeto, permissão para transferi-la para São Paulo ou para o Rio de Janeiro, como a dizer que havia possibilidade de se instalar a empresa no Rio de Janeiro, quando todos sabem que o interesse do diretor-presidente é transferi-la para São Paulo, onde estão os seus negócios e os seus interesses.

Os nossos protestos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores e demais funcionários da Casa, porque, numa época de abertura política e de austeridade, esse projeto é a negação de tudo isso, é a franquia aos amigos, é a abertura para aqueles que se querem beneficiar das empresas públicas para proporcionar maior lucro às suas empresas particulares. É também um desrespeito à Casa Legislativa, porque vai analisar fatos já consumados e já decididos.

**O Sr. Lomanto Júnior** — Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Pela ordem, tem a palavra o Sr. Senador Lomanto Júnior.

**O SR. LOMANTO JÚNIOR** (PDS — BA. Sem revisão do orador.) — Srs. Congressistas, de acordo com o art. 29, § 2.º, do Regimento Comum, peço a V. Ex.ª que suspenda a sessão, pela evidente falta de número.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Sendo evidente a falta de número, deixam de ser discutidas e votadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Antes de encerrar a sessão, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 1982, que altera a redação dos arts. 19, 21 e 23 da Constituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Raimundo Parente) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.)

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

### Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

### Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visa do, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do.

### Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1 203 — Brasília — DF  
CEP 70.160

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 07/1203**  
**Brasília — DF**